

O FOSSO

DAS CATÁSTROFES

Como o caos
climático agrava
as desigualdades
e enriquece uma
minoria



OXFAM

Agradecimentos

© Oxfam International Outubro de 2026

Esta publicação foi elaborada por Max Lawson, Astrid Nilsson Lewis, Alex Maitland, Joel Chester Pagulayan, Pubudini Wickramaratne e Mateo Adarve Zuluaga.

Apoio à investigação: Sarah Schöngart (ETH Zürich) e Anjela Taneja, Anthony Kamande (Oxfam)

A Oxfam agradece aos vários especialistas que contribuíram para este documento: Teresa Anderson (Action Aid), Philipp Bothe (Paris School of Economics), Lucas Chancel (World Inequality Lab), Kira Erwin (Ground Work), Alexander Gottlieb (Dartmouth College, EUA), Stephane Hallegatte (Banco Mundial), Sivan Kartha (Stockholm Environment Institute), Cornelia Mohren (World Inequality Lab), Laurie Parsons (University of London), Meena Raman (Third World Network) e Mark W. Roberts (ECO Policy Advisors).

A Oxfam reconhece os contributos de David Abudho, Francis Agbere, Carlos Aguilar, Miguel Alba, Mariana Anton, Kira Boe, Alex Bush, Rachel Carle, Pauline Chetcuti, Nafkote Dabi, Anouk Franck, Rod Goodbun, Victoria Harnett, Christian Hallum, Cass Hebron, Selma Huart, Didier Jacobs, Sian Jones, Anthony Kamande, Albertine de Lange, Josie Lee, Imogen London, Leah Mugehera, Adam Musgrave, Linda Oduor-Noah, Gabriel Olila, Martis Palencia, Mariana Paoli, Jacqueline Persson, Susana Ruiz, Joss Saunders, Rune Stahl, Anjela Taneja, Annie Theriault, Ceren Topgul, Nout van der Vaart, Deepak Xavier e Bertram Zagama.

Responsável pela encomenda: Pubudini Wickramaratne

Responsável pela publicação: Emma Kuria

Design: Nigel Willmott

Visualização de dados: Julie Brunet

Edição estrutural: Lucia Fry

Revisão de texto: Adam Houlbrook e Kathryn O'Neill

Este documento faz parte de uma série de documentos elaborados para contribuir para o debate público sobre questões relacionadas com as políticas de desenvolvimento e humanitárias. Para mais informações sobre as questões abordadas neste documento, envie um e-mail para advocacy@oxfaminternational.org.

Esta publicação está protegida por direitos de autor, mas o texto pode ser utilizado gratuitamente para fins de advocacia, campanha, educação e investigação, desde que a fonte seja devidamente indicada. O titular dos direitos de autor solicita que todas as utilizações desta natureza sejam registadas junto do mesmo para efeitos de avaliação do impacto. Para a reprodução em quaisquer outras circunstâncias, ou para reutilização noutras publicações, ou ainda para tradução ou adaptação, é necessário obter autorização, podendo ser cobrada uma taxa.

Fotografias da capa:

Uma porta aberta de um jato privado, fotografada ao pôr do sol. Fotografia: Halberman/istockphoto.

Alleppey, Kerala, Índia, 24 de agosto de 2018: uma equipa de salvamento ajuda as pessoas a sair de uma zona inundada. Fotografia: Jimmy Kamballur/istockphoto.

Visite <https://policy-practice.oxfam.org/copyright-permissions>.

A informação constante nesta publicação estava correta à data de impressão.

Publicada pela Oxfam GB para a Oxfam International ao abrigo do DOI: 10.21201/2026.000154 Oxfam GB, Oxfam House, 2600 John Smith Drive, Oxford, OX4 2JY, Reino Unido.

Índice

Agradecimentos	2
Prefácios	4
Síntese	10
Secção um. A desigualdade nas emissões está a criar catástrofes climáticas	22
1.1. Emissões baseadas no consumo	24
1.1.1. Com foco nos jatos privados	24
1.1.2. Estimativa das emissões baseadas no consumo	25
1.2. Emissões dos acionistas	27
1.2.1. As emissões dos bilionários custam milhares de milhões em danos ambientais	28
1.2.2. Os bilionários têm maior probabilidade de investir em indústrias poluentes	28
1.3. Desigualdades das emissões numa perspetiva interseccional	28
1.4. Como as emissões dos mais ricos estão a alimentar as catástrofes climáticas	29
1.4.1. Como as emissões dos mais ricos estão a contribuir para as catástrofes climáticas que já estão a acontecer	29
1.4.2. Como as emissões dos mais ricos estão a contribuir para a crise alimentar	30
Secção dois. Impactos desiguais das catástrofes climáticas	32
2.1. Desigualdade na responsabilidade, no impacto e na capacidade de resposta	33
2.2. Desigualdade e impactos do colapso climático: um círculo vicioso	33
2.3. Quando ocorre uma catástrofe	35
2.3.1. O círculo vicioso à luz do modelo de três etapas	35
2.4. Uma característica, não uma falha: como o mercado dos seguros protege os mais ricos	39
2.5. Catástrofes climáticas e desigualdade de género	40
2.6. Migrantes climáticos e novos assentamentos na era da desigualdade	42
2.7. A adaptação liderada pelas comunidades está a ganhar força, mas só pode chegar até certo ponto	44
Secção três: Impactos desiguais da redução da produção alimentar e do aumento dos preços dos alimentos provocados pelas alterações climáticas	46
3.1. Desigualdade e impactos do colapso climático nos alimentos: um círculo vicioso	47
3.2. O círculo vicioso à luz do modelo de três etapas	48
3.2.1. Exposição desigual dos sistemas alimentares aos impactos climáticos	48
3.2.2. Vulnerabilidade dos sistemas alimentares aos impactos climáticos	50
3.2.3. Resiliência das comunidades à crise alimentar provocada pelas alterações climáticas	52
3.3. Para poucos, não para muitos	54

Secção quatro. Capitalizar a crise climática: capitalismo de desastre e lucro com as crises	55
4.1. Lucrar com a catástrofe	56
4.1.1. Dinheiro público para benefício privado: a ajuda e o setor privado	56
4.1.2. As alterações climáticas alimentam oportunidades de lucro	57
4.1.3. Investidores lucram duas vezes com as catástrofes	58
4.1.4. As catástrofes abrem portas a agendas neoliberais: um alerta da história	59
4.1.5. Preparação e adaptação às catástrofes: quem lucra?	60
4.2. Lucrar com o agravamento da escassez alimentar e a subida dos preços dos alimentos	62
 Secção cinco. Igualdade radical para um planeta habitável onde ninguém passe fome	 65
5.1. Políticas para reduzir as emissões das pessoas mais ricas e assumir a sua responsabilidade pela reparação dos danos causados	67
5.2. Aumentar substancialmente o financiamento climático destinado ao Sul Global	68
5.3. Reduzir as desigualdades e redistribuir a riqueza das pessoas mais ricas para as pessoas que vivem na pobreza	70
5.4. Reorientar as políticas públicas para minimizar a exposição, reduzir a vulnerabilidade e promover uma adaptação mais equitativa	71
5.5. Construir sistemas alimentares justos e resilientes às alterações climáticas	73
5.6. Fim ao capitalismo de desastre nem lucros obtidos à custa do sofrimento	75
 Notas finais	 77

Utilizadores interativos: Para aceder a qualquer secção deste manual, clique na página pretendida. Para regressar a este índice, clique no título no canto superior esquerdo.

PREFÁCIO



**Sua Excelência Geeta Chaudhary**

Ministra da Agricultura, das Florestas e do Ambiente do Nepal.

As alterações climáticas já não são uma ameaça distante. O mundo poderá ficar momentaneamente abalado pela ferocidade, dimensão e destruição provocadas pelas recentes inundações em Rasuwa. No entanto, para as nossas comunidades, a crise vai muito além dos acontecimentos que atraem a atenção internacional. Continuamos a enfrentar impactos recorrentes que perturbam vidas e meios de subsistência, recaindo o maior peso sobre aqueles que menos contribuíram para o problema.

Temos assistido ao aumento das temperaturas na nossa região montanhosa, ao degelo acelerado dos glaciares e às dificuldades enfrentadas pelos agricultores, que têm de

lidar tanto com secas como com inundações no mesmo ano. A dengue está a chegar a comunidades situadas a altitudes mais elevadas, que anteriormente se considerava serem demasiado frias para a propagação da doença. Estas alterações ameaçam a nossa segurança hídrica, a produção alimentar e a saúde pública, ao mesmo tempo que exercem uma pressão acrescida sobre infraestruturas que já enfrentam dificuldades para fazer face às suas necessidades. Tudo isto num país que contribui com menos de 0,1 % das emissões mundiais de gases com efeito de estufa.

O relatório O Fosso das Catástrofes, da Oxfam, evidencia claramente esta injustiça. O relatório estima que os 0,1 % mais ricos geram mais emissões baseadas no consumo do que os 3,5 mil milhões de pessoas mais pobres em conjunto. Demonstra de que forma as desigualdades determinam a exposição das pessoas às catástrofes e a sua capacidade de recuperação, ao mesmo tempo que revela como algumas pessoas acumulam ainda mais riqueza com as próprias crises que deixam outras pessoas mais pobres. Ao relacionar a responsabilidade pelas emissões com a desigualdade do sofrimento, da recuperação e dos ganhos financeiros, o relatório dá um importante contributo para a compreensão daquilo que a justiça climática deve enfrentar.

Partilho a preocupação expressa pelo nosso Primeiro-Ministro, Balendra Shah, na Assembleia Geral das Nações Unidas, perante um mundo capaz de fazer chegar rapidamente armas através das fronteiras, enquanto os agricultores lutam para obter bens essenciais. O relatório convida-nos a analisar essas prioridades à luz das experiências das pessoas que enfrentam as adversidades provocadas pelas alterações climáticas. Para mim, isto exige que analisemos a quem servem as nossas escolhas económicas. A ação climática deve reduzir as emissões excessivas, proteger as pessoas e respeitar o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas e das respetivas capacidades.

O Nepal apela, por conseguinte, a todas as nações e instituições para que desempenhem o seu papel na redução das emissões. Aqueles que historicamente mais contribuíram para o problema e aqueles que dispõem de maior capacidade de resposta devem fazer mais. Devemos também trabalhar em conjunto para acelerar a adaptação, assegurar um financiamento climático adequado, previsível e baseado em subvenções, e reforçar os sistemas de alerta precoce. O nosso apoio deve chegar às comunidades mais expostas aos riscos e com menor capacidade de recuperação. A nossa ação coletiva deve proteger a dignidade humana e reduzir a injustiça climática.

Saúdo o relatório O Fosso das Catástrofes, da Oxfam, por demonstrar por que razão a redução das desigualdades deve estar no centro da ação climática. Exorto os leitores a refletirem sobre as suas conclusões e a assumirem as responsabilidades que estas colocam em evidência. O nosso progresso deve ser avaliado em função da capacidade daqueles que menos contribuíram para esta crise de viver em segurança e recuperar com dignidade. Somos todos visitantes neste planeta. Nenhum de nós deve ter direitos privilegiados para explorar os recursos à custa dos outros. Os seus dons devem ser partilhados de forma justa por todas as pessoas, ricas e pobres, e pelas gerações ainda por nascer.

**Grace Blakeley**

Comentadora de economia e política, colunista e jornalista britânica, e autora do livro *Vulture Capitalism: How to Survive in an Age of Corporate Greed*.

O colapso climático não é uma ameaça distante: já está a transformar o nosso mundo, a provocar a deslocação de milhões de pessoas e a causar centenas de milhares de mortes todos os anos. No entanto, os efeitos deste aquecimento não são sentidos de forma equitativa. São precisamente aqueles que menos responsabilidade têm pela crise climática, ou seja, aqueles que menos beneficiam do sistema de capitalismo

fóssil que domina o nosso mundo, que pagam o preço mais elevado.

As pessoas que passam fome, são deslocadas ou morrem em consequência do colapso climático não são responsáveis pelo aumento das concentrações de gases com efeito de estufa na nossa atmosfera. O relatório “O Fosso das Catástrofes” conclui que os 0,1 % mais ricos do planeta emitem mais CO₂ do que os 3,5 mil milhões de pessoas mais pobres no seu conjunto. 250 000 das pessoas mais ricas do mundo possuem jatos privados e cada voo emite a mesma quantidade de CO₂ que a pessoa média emite num ano. Os excessos dos mais ricos estão a matar os mais pobres. O relatório da Oxfam conclui que as emissões dos 1 % mais ricos ao longo de apenas um ano provocarão cerca de 1,9 milhões de mortes adicionais devido ao calor extremo.

No entanto, mesmo que as pessoas mais ricas do mundo comessem subitamente a preocupar-se com a sua pegada de carbono, continuariam a ser responsáveis por uma quota desproporcional das emissões por via dos seus investimentos. O relatório “O Fosso das Catástrofes” revela que os investimentos dos 1000 bilionários mais ricos do mundo produziram 486 milhões de toneladas de CO₂ em 2025. 71 % dos investimentos dos bilionários estão concentrados em setores com elevadas emissões, como o petróleo, o gás e os produtos químicos.

O relatório da Oxfam demonstra claramente que os mais ricos têm a maior responsabilidade pela crise climática, mas são também quem dispõe de melhores condições para se proteger dos seus efeitos. Durante os incêndios florestais de 2025 na Califórnia, as pessoas mais ricas foram evacuadas de helicóptero e alojadas em hotéis de cinco estrelas, graças a apólices de seguro de luxo. No entanto, as pessoas com baixos rendimentos perderam as suas casas e viram-se obrigadas a vender os escombros a promotores imobiliários por preços irrisórios. O relatório salienta que, em Mumbai, os agregados familiares com baixos rendimentos afetados pelas inundações tiveram de gastar o equivalente a 15 vezes o seu rendimento mensal em reparações, enquanto os agregados familiares mais ricos apenas tiveram de despendar o equivalente a um mês de rendimento.

Por outras palavras, não existem catástrofes “naturais”. Os fenómenos meteorológicos extremos, cada vez mais frequentes em todo o mundo, transformam-se em catástrofes devido às desigualdades.

Estas estatísticas revelam algo importante: o colapso climático não é algo que a humanidade esteja a fazer à natureza. É o resultado inevitável de um processo de produção capitalista em que um pequeno número de pessoas detém e controla todos os recursos mais importantes da sociedade, enquanto todas as outras são obrigadas a viver com as consequências das suas decisões. A propriedade desigual dos nossos recursos mais importantes e a sua exploração com fins lucrativos estão a aquecer o nosso planeta e a provocar a morte daqueles que não têm qualquer responsabilidade por esta crise.

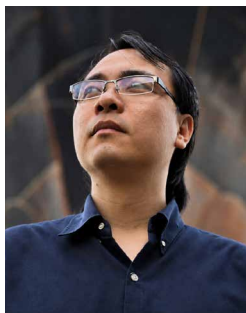
Na década de 1860, numa altura em que o capitalismo industrial transformava a Grã-Bretanha, Marx observou que o capital trata as forças da natureza como uma “dáviva gratuita”. Limita-se a reclamar a propriedade destes recursos, frequentemente com o apoio de Estados poderosos, e a explorá-los com fins lucrativos, raramente investindo na sua regeneração depois de os ter extraído. Desde a apropriação das terras comunais até à usurpação dos recursos naturais em todo o mundo colonizado, esta aliança entre o capital e o Estado tem lucrado, desde a sua origem, com as “dávivas gratuitas” da natureza.

É impressionante a forma como a compreensão de Marx sobre a relação do capital com o mundo natural se revelou tão perspicaz e continua a ser tão relevante para compreender o desafio que representa o colapso climático. O capital extrai combustíveis fósseis da natureza como uma “dádiva gratuita”, obtendo lucros avultados, para além de beneficiar de enormes subsídios concedidos por Estados poderosos. No entanto, as consequências destas decisões fazem-se sentir por todos, sob a forma de colapso climático, sendo os seus efeitos mais graves suportados por aqueles que menos capacidade têm para se proteger. Como afirmou Marx: “A produção capitalista desenvolve, portanto, a tecnologia [...] apenas minando as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.”

Estas crises não são inevitáveis: são o resultado de um sistema criado pela humanidade e que, por isso, pode ser substituído pela própria humanidade. Mas não podemos esperar que os governos façam o trabalho difícil por nós. O Estado capitalista, tão permeado pelos interesses do capital fóssil, não nos salvará do colapso climático. Temos de nos organizar para defender o mundo natural, do qual fazemos parte.

Para sanar a rutura entre a humanidade e a natureza criada pelo desenvolvimento do capitalismo, temos de nos organizar para resistir ao capital fóssil. O caminho a seguir já está a ser construído por aqueles que reconhecem que a separação entre a humanidade e a natureza é um mito. Os povos indígenas estão na linha da frente da resistência ao capital fóssil em todo o mundo: desde os líderes indígenas que combatem a exploração madeireira ilegal na Amazônia até aos que lutam para manter o petróleo do Equador no subsolo, passando pelos que procuram impedir novas perfurações petrolíferas em todo o Alasca. Em Hamburgo, os residentes votaram a favor de devolver a rede energética da cidade à gestão pública.

Existe uma alternativa a um mundo em que todos os nossos recursos mais importantes são detidos e controlados por uma pequena elite que trata a riqueza da natureza como um dom que pode explorar à sua vontade. Essa alternativa já está a ser construída diante dos nossos olhos por ativistas, dirigentes sindicais e membros de movimentos comunitários que estão a recuperar o controlo da nossa economia. O restante movimento climático deveria ter em conta as palavras frequentemente atribuídas a Chico Mendes, seringueiro brasileiro, dirigente sindical e ativista ambiental, que afirmou: “O ambientalismo sem luta de classes é apenas jardinagem.”

**Naderev "Yeb" Saño**

Ativista climático e diretor executivo do Sentro Para sa Ikauunlad ng Katutubong Agham at Teknolohiya (SIKAT), nas Filipinas.

A injustiça que define a nossa era não reside apenas no facto de o clima estar a entrar em colapso, mas também no facto de esse colapso ser provocado deliberadamente, devastando aqueles que menos contribuíram para o causar. Quando os ventos uivam e as águas sobem, desfaz-se a ilusão de que estamos todos no mesmo barco. O relatório da Oxfam, *O Fosso das Catástrofes: como o caos climático agrava as desigualdades e enriquece uma minoria*, expõe uma realidade que muitos de nós, no Sul Global, vivemos há décadas: as catástrofes climáticas agravam as desigualdades existentes,

aprisionando as pessoas em ciclos de pobreza, enquanto aqueles que têm maior responsabilidade continuam a beneficiar do sistema.

As catástrofes climáticas não são meros fenómenos naturais. São manifestações de sistemas de poder injustos que, há séculos, privilegiam o lucro em detrimento das pessoas. As desigualdades estruturais determinam quem sobrevive a uma tempestade e quem é por ela afetado, quem consegue escapar aos campos em chamas e quem é consumido pelas chamas, transformando a crise climática num fator que amplifica as desigualdades.

Esta injustiça manifesta-se talvez de forma mais acentuada no impacto que tem sobre as mulheres e as raparigas. São sistematicamente as mulheres que têm de suportar os efeitos mais devastadores do colapso climático. Não podemos falar de justiça climática sem abordar o peso desigual que recai sobre elas.

A ironia não nos passa despercebida. Enquanto as famílias do Sul Global são empurradas para uma situação de pobreza cada vez mais profunda, os super-ricos continuam a lucrar com uma crise que ajudaram a criar. Tal como muitos ativistas pela justiça climática, passei anos na linha da frente desta luta. No entanto, o coração deste movimento está nas nossas comunidades. Tenho estado ao lado de comunidades piscatórias, grupos de autoajuda, defensores do ambiente e ativistas de base que trabalham para reforçar o poder das comunidades locais. Defender a terra e a água, promover as energias renováveis lideradas pelas comunidades e garantir os direitos das pessoas marginalizadas fazem parte da mesma luta para transformar os sistemas económicos que estão na origem da crise climática.

No meu país, as Filipinas, as pessoas conhecem demasiado bem a realidade do colapso climático. Os seus impactos são cumulativos e a devastação repete-se. Enquanto organizador de base, agente de resposta humanitária e titular de um cargo público, testemunhei o custo humano desta desigualdade. As comunidades possuem um profundo conhecimento dos seus territórios e ecossistemas, mas as suas vidas e meios de subsistência estão ameaçados por uma crise para a qual quase não contribuíram.

Durante demasiado tempo, o sistema económico mundial avaliou o nosso valor com base na nossa capacidade de resistência, romantizando a sobrevivência das pessoas pobres e ilibando os mais ricos da sua responsabilidade. Temos de rejeitar a ideia de que a resiliência se mede pela quantidade de trauma que as pessoas conseguem suportar antes de sucumbirem. A verdadeira resiliência deve medir-se pela capacidade que temos de cuidar uns dos outros.

No entanto, existe um caminho a seguir. As soluções existem e a agenda de mudança da Oxfam oferece um roteiro para combater as desigualdades climáticas. A adaptação não pode ser imposta de cima para baixo; tem de ser liderada pelas comunidades, ter em conta as questões de género e ser inclusiva. Os grupos locais de autoajuda, os povos indígenas, as mulheres rurais, os pequenos agricultores e as comunidades piscatórias artesanais detêm os conhecimentos necessários para enfrentar estes desafios. Quando capacitamos as comunidades locais, construímos uma resiliência transformadora e duradoura.

À medida que se reduz rapidamente o prazo de que dispomos para garantir um planeta habitável, o nosso mandato é claro: a igualdade é uma das nossas mais poderosas defesas contra o caos climático. A crise climática é uma questão de justiça. A justiça nunca nos é concedida. Temos de a conquistar.

É possível construir um futuro diferente, mas isso exigirá uma transformação social e económica e decisões políticas corajosas. É tempo de as pôr em prática. Não estamos derrotados.

SÍNTESE

Os bilionários e os super-ricos estão a queimar carbono a um ritmo extraordinário: os 0,1% mais ricos, ou seja, 8 milhões de pessoas, têm mais emissões do que os 3,5 mil milhões de pessoas na base da pirâmide.¹ A poluição carbónica dos 1% mais ricos está a contribuir diretamente para o aumento de catástrofes climáticas, como inundações, incêndios, secas e crises alimentares. Estima-se que as suas emissões anuais causarão 1,9 milhões de mortes adicionais devido ao calor.²

Por sua vez, estas catástrofes climáticas não são vividas de forma igual. As catástrofes climáticas agravam as desigualdades e são também muito mais mortíferas devido a estas desigualdades. As mortes causadas por inundações, por exemplo, são sete vezes mais elevadas nos países mais desiguais.³

Caixa S1: Como os super-ricos alimentam o caos climático

1. **Os 0,1 % mais ricos** (8 milhões de pessoas) **a nível mundial emitem mais do que os 44 % mais pobres do mundo** (3,5 mil milhões de pessoas) **no seu conjunto**. Emitem mais do que o triplo das emissões de toda a população da África Subsariana (1,3 mil milhões de pessoas).
2. Uma pessoa dos **0,1 % mais ricos contribuiu 125 vezes mais do que a pessoa média para os episódios de calor extremo** e quase 400 vezes mais do que uma pessoa dos 50 % mais pobres.
3. **As emissões resultantes dos investimentos dos 1000 bilionários ascendem a 486 milhões de toneladas de CO₂e em 2025**. Se fossem um país, ocupariam o 19.º lugar entre os países mais poluentes do mundo, logo depois da Austrália e à frente da África do Sul.
4. **Apenas um ano de emissões dos 1 % mais ricos causará 1,9 milhões de mortes adicionais relacionadas com o calor**.
5. **Os 1 % mais ricos são responsáveis por 20 % do aquecimento global desde 1990**, 20 vezes mais do que a sua proporção da população mundial.
6. Uma pessoa dos **1 % mais ricos contribuiu 34 vezes mais do que a pessoa média para os episódios de calor extremo**, mais de 100 vezes mais do que uma pessoa dos 50 % mais pobres.
7. **Entre 2014 e 2050, 1 mil milhões de pessoas, cerca de 10 % da população mundial, terão sido deslocadas devido à crise climática**, e a maioria das pessoas deslocadas estará no Sul Global.
8. **As mortes causadas por inundações são sete vezes mais numerosas nos países mais desiguais**.
9. Prevê-se que o **mercado mundial de recuperação de catástrofes cresça de 70 mil milhões de dólares para 92 mil milhões de dólares por ano até 2029**, impulsionado cada vez mais por fenómenos meteorológicos extremos relacionados com as alterações climáticas.
10. O novo **“Índice Destruir e Reconstruir” da Oxfam** revela que os investidores super-ricos que apoiam os combustíveis fósseis e outras indústrias altamente poluentes também lucram com a preparação para catástrofes e com as operações de limpeza. **As empresas incluídas no Índice Destruir e Reconstruir obtiveram, em média, 1,8 mil milhões de dólares em 2025, distribuindo mais de mil milhões de dólares, em média, aos acionistas.**

As pessoas ricas podem proteger-se, pagando mais pelos alimentos ou mudando-se para locais mais seguros, mas a maioria das pessoas não pode fazê-lo. Além disso, a nova investigação da Oxfam mostra como os super-ricos também estão, na realidade, a lucrar com o sofrimento causado pelo clima, obtendo enormes lucros com os preços exorbitantes dos alimentos e lucrando com as catástrofes. Entretanto, as pessoas comuns, que são afetadas por choques climáticos consecutivos, têm muita dificuldade em recuperar. Estão mais expostas, mais vulneráveis e têm menos poupanças para reconstruir as suas vidas.

É possível quebrar este círculo vicioso. Podemos minimizar os danos humanos causados pelo colapso climático reduzindo as emissões das pessoas mais ricas, reduzindo radicalmente as desigualdades e garantindo que as medidas de adaptação às alterações climáticas centram a igualdade.

IMAGEM S1. EMISSÕES DOS 0,1 % MAIS RICOS DA POPULAÇÃO MUNDIAL



Segurança ameaçada

O ritmo da ação climática não tem sido suficientemente rápido para garantir que o aquecimento global não ultrapasse 1,5 graus. Esta ameaça é um alerta para a necessidade urgente de combater o consumo excessivo, chocante e desnecessário de carbono por parte das pessoas mais ricas do mundo. Se estas pessoas agissem agora para reduzir as suas emissões até à média, dariam ao mundo mais tempo para descarbonizar antes de os impactos climáticos se agravarem ainda mais.

Oito milhões de super-ricos poluem agora tanto como 3,5 mil milhões de pessoas

Porque as pessoas ricas consomem muito mais, também emitem muito mais. As suas várias casas enormes, os seus iates, os seus jatos privados, os seus carros, tudo isto faz com que as suas emissões de carbono sejam incomparavelmente superiores às de uma pessoa comum. A Oxfam tem calculado estas emissões desde 2015, em conjunto com o Stockholm Environment Institute (SEI).⁴ Este ano, uma nova análise destes dados revela que os 0,1% mais ricos, ou seja, 8 milhões de pessoas, emitem agora mais do que os 44% mais pobres (3,5 mil milhões de pessoas) em conjunto, o que equivale a quase metade da humanidade.⁵

O jet set que deixa o planeta a arder

Talvez não exista símbolo melhor de um consumo esbanjador de carbono por parte das pessoas ricas do que viajar de jato privado. Os jatos são utilizados apenas pelos 0,003% mais ricos da população mundial, cerca de 250 000 pessoas,⁶ predominantemente homens.⁷ Uma nova análise da Oxfam aos dados de monitorização de jatos privados e à investigação académica⁸ destaca como um pequeno número de pessoas desempenha um papel desproporcional na criação de emissões provenientes das viagens aéreas. As conclusões relativas a 2025 mostram que:⁹

- Os jatos privados emitiram 16 milhões de toneladas de CO₂; seriam necessárias 80 milhões de árvores para compensar estas emissões.
- Cada voo de jato privado causou, em média, 3,7 toneladas de CO₂, aproximadamente o que uma pessoa comum emitirá num ano.

IMAGEM S2. EMISSÕES DE JATOS PRIVADOS



Como homens brancos e ricos estão a levar o planeta à ruína

O sexismo e o racismo moldam as desigualdades económicas e, por sua vez, influenciam as pegadas de carbono. Os homens brancos¹⁰ estão desproporcionalmente representados nos escalões mais elevados de rendimento e riqueza, aqueles que estão mais associados a grandes pegadas de carbono. Pelo contrário, as mulheres, as pessoas racializadas e as pessoas não binárias estão entre aquelas com menor riqueza¹¹ e rendimento e, por conseguinte, com menor impacto climático.

As emissões das fortunas bilionárias que estão a queimar o planeta

Há alguns anos, no nosso relatório *Carbon Billionaires*,¹² a Oxfam foi uma das primeiras organizações a ir além da análise das emissões de consumo dos super-ricos e a tentar também estimar algo que é, indiscutivelmente, muito mais perigoso: a poluição carbónica dos seus investimentos e das empresas que detêm e controlam.

Esse trabalho analisou apenas as 125 pessoas mais ricas do mundo. Para este relatório, desta vez a Oxfam identificou investimentos de mais de 1000 bilionários em 1095 empresas. Concluímos que:¹³

- As emissões totais associadas à participação acionista¹⁴ dos 1000 bilionários ascendem a 486 milhões de toneladas de CO₂ e em 2025, o equivalente a ser o 19.º país mais poluente do mundo.
- Os 100 bilionários mais ricos têm as pegadas de carbono mais extremas, apresentando, em média, emissões associadas às suas participações acionistas de 4 milhões de toneladas de CO₂ e cada, o que significa que emitem mais carbono do que 3.78 milhões de pessoas em conjunto.
- 71% dos investimentos dos bilionários são classificados como pertencentes a “setores de elevado impacto climático”, como o petróleo, o gás ou os produtos químicos, que são os maiores poluidores.

Incêndios, inundações, fome e os super-ricos

O colapso climático está a acontecer agora. O clima está a mudar em todo o lado. Mais calor extremo, dias de 40 e 50 graus. Mais tempestades. Mais inundações. Mais incêndios florestais. Menos alimentos para colher, o que significa menos para comer, contas de supermercado mais elevadas e mais pessoas a passar fome.

IMAGEM S3. CONTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS MAIS RICAS PARA OS EPISÓDIOS DE CALOR EXTREMO



Com novos dados, a Oxfam pode, pela primeira vez, relacionar as emissões dos super-ricos com estes fenómenos meteorológicos extremos. Combinando os dados do SEI sobre desigualdade nas emissões de carbono com modelos de atribuição climática,¹⁵ conseguimos identificar a contribuição das pessoas mais ricas para o aumento da probabilidade de ocorrência de fenómenos de calor extremo. A Oxfam conclui que:

- Estima-se que as emissões de um ano dos 1% mais ricos causarão 1,9 milhões de mortes adicionais devido ao calor.¹⁶
- A poluição carbónica de uma pessoa dos 0,1% mais ricos contribuiu 125 vezes mais do que a da pessoa comum para os fenómenos de calor extremo que vemos atualmente em todo o mundo e quase 400 vezes mais do que a de alguém dos 50% mais pobres.¹⁷

A lucrar com a crise climática: como os super-ricos enriquecem com as catástrofes climáticas

Mesmo à medida que as consequências de um planeta que aquece rapidamente se tornam evidentes, os próprios agentes que mais contribuem para as alterações climáticas estão agora a aproveitar a oportunidade para transformar o caos em lucro. As pessoas abastadas procuram e exploram oportunidades para acumular ainda mais riqueza e poder a partir dos danos que causaram.

O mercado mundial de recuperação de catástrofes deverá crescer de 70 mil milhões de dólares para 92 mil milhões de dólares por ano até 2029, impulsionado cada vez mais por fenómenos meteorológicos extremos relacionados com o clima,¹⁸ crescendo a um ritmo muito superior à média.¹⁹



Os banhistas relaxam na praia de Moutchic, em Lacanau, no sudoeste de França, enquanto um enorme incêndio florestal deflagra nas proximidades, cobrindo o céu de nuvens de fumo. Foto: Maximilien Lamy/Getty Images

O negócio perfeito: lucrar com a destruição e com a reconstrução

Muitas vezes, são precisamente os mesmos grandes investidores que estão a obter enormes lucros com as empresas que alimentam as alterações climáticas e que, simultaneamente, estão a arrecadar quantias substanciais com as empresas que lideram as operações de limpeza na sequência de catástrofes. A Oxfam criou uma lista de 217 empresas que lucram com a criação de catástrofes climáticas, com a preparação para estas ou com a recuperação das mesmas. Chamámos a esta lista o índice “Destruir e Reconstruir”. A análise das participações acionistas nestas empresas revela que os grandes investidores estão a obter um duplo dividendo com as catástrofes climáticas: investem tanto nas catástrofes como na sua limpeza.

Seis grandes gestoras de ativos, incluindo a Vanguard, a BlackRock e a State Street, representam mais de um quarto de todas as empresas do índice “Destruir e Reconstruir”. A BlackRock e a Vanguard têm investimentos em 92% das empresas do índice: os investimentos totais das duas nestas empresas ascendem a mais de 1 bilião de dólares.²⁰

Nunca desperdiçar uma catástrofe

A recuperação após catástrofes abre muitas vezes caminho à implementação de outras agendas económicas favoráveis aos mais ricos, como a privatização dos serviços públicos, a apropriação de terras, a desregulação e os benefícios fiscais para os ricos e poderosos²¹. Para dar apenas dois exemplos, enquanto Porto Rico recuperava do furacão Maria em 2017, o governador aproveitou a oportunidade para privatizar a rede elétrica,²² o que levou a um aumento subsequente do número de cortes de eletricidade, incluindo um em abril de 2022, que deixou toda a ilha sem eletricidade.²³ Na sequência do furacão Irma, a reconstrução em Barbuda envolveu a substituição das zonas costeiras naturais e das zonas húmidas por residências de luxo e um campo de golfe, retirando o acesso ao mar a muitos pescadores de pequena escala e habitantes locais.²⁴

As catástrofes climáticas são máquinas de desigualdade

A desigualdade alimenta as catástrofes climáticas e, por sua vez, determina quem suporta o peso das suas consequências. Não existem catástrofes “naturais”; é a desigualdade que transforma fenómenos meteorológicos extremos em catástrofes climáticas, criando situações calamitosas para as pessoas comuns, enquanto permite que as pessoas ricas suportem os seus impactos com muito maior facilidade. Estudos mostram que, nos países mais desiguais, as catástrofes provocam um maior número de mortes, causam danos mais graves e afetam um número maior de pessoas.²⁵ As mortes causadas por inundações, por exemplo, são sete vezes mais elevadas nos países mais desiguais.²⁶

Ao mesmo tempo, o impacto do colapso climático atua como um multiplicador das desigualdades já existentes, porque as pessoas mais ricas da sociedade conseguem resistir melhor às tempestades (tanto em sentido literal como figurado) do que o resto da sociedade. Para as pessoas abastadas que vivem em casas grandes nos subúrbios arborizados de Lavington, em Nairobi, no Quênia, uma tempestade torrencial é um incómodo ruidoso, mas essa mesma tempestade pode rapidamente destruir as vidas e as casas das pessoas amontoadas sob os telhados de chapa da comunidade informal de Kawangware, a um mero quilómetro e meio de distância.

Os grupos de rendimentos mais baixos estão mais expostos às catástrofes climáticas, vivendo em locais com maior probabilidade de serem afetados. São também mais *vulneráveis*, vivendo, por exemplo, em habitações de baixa qualidade, ou tendo pior saúde ou empregos que implicam trabalhar ao ar livre. E têm menos recursos e poupanças que lhes permitam recuperar de uma catástrofe, o que os torna menos resilientes do que as pessoas mais ricas.

Por outro lado, a riqueza permite às pessoas mais abastadas viver em locais mais seguros ou ter locais para onde possam fugir (ver caixa S2 abaixo), viver em casas mais resistentes e menos vulneráveis ou trabalhar em espaços interiores, protegidas das condições meteorológicas. As pessoas mais ricas têm a possibilidade de investir em serviços e infraestruturas privadas, como geradores a diesel, fornecimentos de água potável e abrigos de emergência, bombeiros privados ou sistemas de proteção contra inundações. Conseguem fazer seguros dos seus bens contra danos e reservar recursos para os ajudar a atravessar uma crise, o que significa que conseguem reconstruir as suas vidas mais rapidamente.

Caixa S2. A migração dos “tech bros” bilionários

As pessoas ricas estão discretamente a juntar-se às fileiras dos migrantes climáticos. Os bilionários estão a comprar ilhas e a construir complexos fortificados e bunkers subterrâneos equipados com energia renovável, sistemas privados de abastecimento de água e produção de alimentos e segurança de alto nível, isolando-se das catástrofes climáticas.²⁷ Estas estratégias constituem uma forma de apartheid climático, à medida que os super-ricos usam a sua riqueza e poder para escapar às consequências das crises que ajudaram a criar.

Os bilionários da tecnologia estão cada vez mais na vanguarda desta tendência. Peter Thiel, o republicano libertário e financiador de Trump, cofundador do PayPal e antigo membro do conselho de administração do Facebook, voltou a sua atenção para o Hemisfério Sul em 2015, comprando uma propriedade isolada junto a um lago na Nova Zelândia por 4,5 milhões de dólares, onde tem tentado construir um bunker para o fim do mundo. A política rigorosa de imigração da Nova Zelândia parece não ter sido aplicada de forma consistente a indivíduos como Thiel.²⁸

As pessoas que vivem na pobreza podem possuir poucos bens de valor, mas a perda desses bens pode ter um impacto proporcionalmente muito maior. Perder uma bicicleta de que alguém depende para gerar rendimento é um golpe enorme para uma família pobre, em comparação com uma família rica que perde o seu segundo carro, mesmo que esse carro valha muito mais em termos monetários.

As catástrofes recorrentes apenas agravam este impacto e as diferenças de riqueza podem aumentar ao longo do tempo, porque a reconstrução, o valor dos imóveis e os novos investimentos beneficiam desproporcionalmente os grupos mais abastados e com melhores seguros. Um amplo estudo de painel realizado em 158 países entre 1995 e 2019 demonstrou que o aumento dos impactos climáticos estava associado ao aumento da desigualdade de rendimentos.²⁹

Caixa S3. Estudo de caso: incêndios florestais na Califórnia e desigualdade

No verão, os incêndios florestais devoram as florestas da costa oeste dos EUA. Só as pessoas ricas conseguem escapar à devastação que os acompanha. Os sistemas de alerta precoce avisam os mais ricos, que evacuam as suas mansões de helicóptero e mudam-se para hotéis de 5 estrelas, muitas vezes com as despesas de hotel pagas antecipadamente pelas suas seguradoras.³⁰ As seguradoras³¹ estão a cobrar prémios anuais de até seis dígitos por apólices de seguro, que normalmente só estão disponíveis para propriedades com um valor seguro superior a 1 milhão de dólares.³²

Em Altadena, uma comunidade de classe média historicamente negra e racializada, com uma tradição de propriedade imobiliária transmitida de geração em geração, muitos proprietários não têm seguro ou têm apenas uma cobertura parcial. Inúmeras famílias perderam as suas casas na vaga de incêndios florestais de 2025 e, com elas, a principal fonte de riqueza acumulada ao longo de décadas. Em desespero, muitos proprietários venderam as suas propriedades destruídas a empresas imobiliárias predatórias a preços reduzidos, sacrificando a segurança e os laços sociais associados à comunidade.³³

Para além das catástrofes: o impacto desigual da quebra da produção alimentar e do aumento dos preços dos alimentos

A desigualdade do colapso climático não se resume aos fenómenos meteorológicos extremos e às catástrofes. Diz também respeito aos impactos lentos, mas implacáveis, que se fazem sentir ano após ano, sobretudo na produção alimentar e nos preços dos alimentos. As chuvas chegam tarde, ou não chegam de todo, ou são excessivas; não o suficiente para provocar uma catástrofe, mas o suficiente para reduzir lentamente a quantidade de alimentos produzidos. Ao mesmo tempo, os preços dos alimentos continuam a subir, consumindo uma parcela cada vez maior dos rendimentos dos grupos de baixos e médios rendimentos, em todos os países do mundo.

Preços elevados dos alimentos e desigualdade

Os super-ricos muitas vezes nem sequer compram a sua própria comida ou, quando o fazem, podem nem sequer olhar para o preço do que estão a comprar. Isto deve-se ao facto de os custos dos alimentos representarem uma proporção muito pequena dos seus rendimentos; em contrapartida, para a maioria das pessoas e, em particular, para as que vivem na pobreza em todos os países do mundo, o custo da alimentação das suas famílias representa uma despesa importante, o que significa que os aumentos dos preços dos alimentos têm um impacto enorme e representam uma parcela maior das despesas dos seus agregados familiares (Imagem S4). As mulheres, os pequenos agricultores, os pescadores, os povos indígenas e as comunidades racializadas continuam a apresentar taxas desproporcionalmente elevadas de subnutrição e insegurança alimentar.³⁴

IMAGEM S4. DESPESA ANUAL COM ALIMENTAÇÃO VERSUS DESPESA TOTAL DE CONSUMO



Fonte: USDA Economic Research Service (2022); USDA Economic Research Service (ERS) (2023); USDA Economic Research Service (ERS) (2025) – com tratamento dos dados pela Our World in Data.³⁵

Os efeitos vão muito além da simples quantidade ou qualidade dos alimentos que chegam à mesa. Quando os alimentos representam uma parcela tão grande das despesas dos agregados familiares, os choques nos preços dos alimentos obrigam as famílias a fazer escolhas difíceis, por exemplo, dando prioridade à alimentação das crianças e dos homens em detrimento das mulheres ou reduzindo as despesas com a educação ou os cuidados de saúde.³⁶ As pessoas mais abastadas, por outro lado, numa primeira fase, nem sequer sentiriam o impacto do aumento das despesas com a alimentação e, mesmo que o sentissem, poderiam compensá-lo reduzindo despesas não essenciais, como férias, alimentos de luxo e veículos.

IMAGEM S5. A INDÚSTRIA ALIMENTAR É DOMINADA POR BILIONÁRIOS CUJA RIQUEZA AUMENTOU DURANTE MÚLTIPLAS CRISES NAS CADEIAS ALIMENTARES



Os super-ricos também controlam e lucram com a alimentação

Um número muito reduzido e cada vez menor de pessoas abastadas, empresas e agentes financeiros está a alargar o seu controlo sobre uma parcela cada vez maior das terras agrícolas em todo o mundo. As explorações agrícolas com mais de 1000 hectares ocupam mais de metade das terras agrícolas do mundo, apesar de representarem apenas 0,1% do total das explorações agrícolas.³⁷ Os grandes proprietários agrícolas, com maiores recursos financeiros, estão também mais bem posicionados para investir em tecnologias avançadas, sistemas de irrigação e fatores de produção que aumentam a produtividade e melhoram a sua capacidade de adaptação. Os agricultores mais pobres e os trabalhadores agrícolas carecem frequentemente do capital necessário para fazer investimentos semelhantes, agravando as desigualdades em matéria de resiliência e adaptação.³⁸ As novas abordagens “inteligentes do ponto de vista climático” promovidas pela “grande agricultura” estão geralmente fora do seu alcance, agravando ainda mais as desigualdades.

Lucrar com a crise alimentar provocada pelas alterações climáticas

A escassez provocada pelas alterações climáticas pode ser usada como justificação para aumentar os preços para além do aumento dos custos de produção. Em 2024, fenómenos meteorológicos extremos afetaram as colheitas de cacau na África Ocidental, fazendo com que os preços subissem cerca de 231% face ao ano anterior, mas sem que os produtores de cacau obtivessem qualquer benefício.³⁹ Chuvas intensas na Indonésia e secas no Brasil e no Vietname em 2024 contribuíram para uma subida acentuada dos preços do café, com um aumento de 38,8% face à média do ano anterior.⁴⁰ As empresas de comércio de café, os intermediários nas cadeias de abastecimento, obtiveram enormes lucros em consequência disso.

A indústria alimentar é também dominada por bilionários, que são proprietários de algumas das maiores empresas alimentares do mundo. A sua riqueza aumentou em mais de 130 mil milhões de dólares desde 2020, em termos reais, à medida que lucram com múltiplas crises nas cadeias alimentares.⁴¹ A Cargill, uma das maiores empresas de comércio de produtos alimentares do mundo, conta agora com 21 membros da família entre os bilionários,⁴² contra 14 em 2019, antes da pandemia de Covid-19.⁴³

Principais medidas para construir um futuro justo e sustentável

Outro futuro continua a ser possível. Criar um mundo mais igualitário permitiria reduzir rapidamente as emissões, tornar os sistemas alimentares mais justos e resilientes e garantir que os sistemas públicos protejam as pessoas das crises e se adaptem aos efeitos das alterações climáticas. Alcançar esse futuro exigirá escolhas políticas arrojadas para limitar a riqueza excessiva e o poder das empresas, ao mesmo tempo que se investe na resiliência, nos direitos e nos meios de subsistência da maioria das pessoas. A igualdade climática deve agora tornar-se a base da ação climática.

A Oxfam **identificou cinco medidas que podem ser tomadas**, com a boa notícia de que muitas das recomendações políticas que sustentam estas medidas são as mesmas, proporcionando um duplo, triplo ou quádruplo benefício. Por exemplo, impostos muito elevados sobre os jatos privados irão: tornar as sociedades economicamente mais iguais, reduzindo a riqueza dos mais ricos; reduzir drasticamente a poluição carbónica; gerar receitas significativas que permitam aos governos de rendimentos elevados ajudar as pessoas comuns nos seus próprios países, bem como cumprir os seus compromissos de financiamento climático para com o resto do mundo; e, por fim, estas despesas tornarão, por sua vez, as pessoas comuns e as sociedades muito mais capazes de garantir que os fenómenos meteorológicos extremos não se transformem em catástrofes.

As cinco medidas são:

1. Reduzir as emissões poluentes de carbono dos super-ricos

Combater tanto as suas emissões de consumo como as suas emissões associadas às suas participações acionistas. Usar a tributação dos rendimentos e da riqueza dos 1% mais ricos para o efeito. Aplicar impostos punitivos a bens e atividades de luxo com elevadas emissões, como os jatos privados, para desincentivar a sua utilização. Aplicar impostos mais elevados à riqueza investida em indústrias altamente poluentes.

2. Disponibilizar muito mais financiamento para ajudar os países a adaptarem-se

Os países ricos que causaram a crise climática têm de disponibilizar o financiamento necessário ao resto do mundo para ajudar esses países a adaptarem-se e a fazer face às suas consequências. Podem obter este financiamento através da tributação das pessoas mais ricas e das empresas dos seus países, de modo a minimizar a pressão sobre os seus próprios grupos de baixos rendimentos. Utilizando estas receitas, devem, no mínimo, cumprir os compromissos assumidos de triplicar o montante de financiamento destinado à adaptação até 2035 e, de preferência, muito antes. Este financiamento deve assumir a forma de subvenções, e não de empréstimos, e ser disponibilizado através dos fundos climáticos das Nações Unidas.

3. Definir planos nacionais, com prazos definidos, para reduzir a desigualdade económica para níveis baixos

Está comprovado que os países economicamente mais igualitários são mais seguros, mais ecológicos e muito mais capazes de fazer face a choques climáticos como incêndios florestais, inundações ou secas. Tendo isto em conta, todos os países devem implementar planos e estabelecer metas com prazos definidos para alcançar níveis baixos de desigualdade de rendimentos e riqueza, em que o rendimento dos 10% mais ricos não exceda o rendimento dos 40% mais pobres.

4. Minimizar a exposição, reduzir a vulnerabilidade e garantir uma adaptação equitativa aos fenómenos meteorológicos extremos para construir sistemas alimentares mais justos e resilientes

A adaptação às alterações climáticas deve reduzir as desigualdades, em vez de reforçá-las. As políticas públicas devem minimizar a exposição aos riscos climáticos, reduzir a vulnerabilidade e reforçar a resiliência, sobretudo nas comunidades marginalizadas e expostas aos impactos climáticos. As políticas devem incluir uma proteção social abrangente, rendimentos garantidos, infraestruturas resilientes às alterações climáticas em todos os serviços públicos (como a educação e os transportes) e sistemas de alerta precoce e medidas de evacuação centrados nas pessoas. Fixar limites para os preços dos alimentos e investir na distribuição pública de alimentos. Garantir que os agricultores têm acesso a terras aráveis, sistemas de irrigação, bancos comunitários de sementes e outros fatores de produção. Redistribuir as terras, introduzir sistemas de governação fundiária centrados nas pessoas que reconheçam os direitos consuetudinários e coletivos de posse da terra e não permitir que as terras sejam desviadas da produção de alimentos para a produção de biocombustíveis ou para sistemas de compensação de carbono.

Caixa S4. As medidas de Cuba para fazer face aos furacões recorrentes

O compromisso contínuo de Cuba com a igualdade e a justiça social desempenhou um papel fundamental na construção das infraestruturas sociais e físicas do país para fazer face aos furacões recorrentes e reduzir a desigualdade dos impactos.⁴⁴ Como parte deste esforço, o país desenvolveu uma abordagem abrangente à preparação para catástrofes e à gestão dos riscos associados às tempestades tropicais, reconhecida pelas Nações Unidas e pela Cruz Vermelha.⁴⁵ Isto significa que, quando os furacões atingiram Cuba e outras ilhas vizinhas, registaram-se menos mortes e menos danos do que em países muito mais desiguais, como Porto Rico ou a República Dominicana.

5. Pôr fim ao capitalismo de catástrofe e ao aproveitamento económico do colapso climático

Os governos devem limitar o poder excessivo das empresas e garantir que a resposta às alterações climáticas dê prioridade às necessidades humanas e não aos lucros dos acionistas. Estas políticas incluem impostos permanentes sobre lucros extraordinários, limites aos lucros e limites aos preços, bem como a proibição da especulação. O poder das empresas deve ser reduzido através da desagregação dos monopólios. Ao mesmo tempo, todos os Estados devem dar prioridade a alternativas públicas.

Estes cinco passos, se forem implementados, contribuirão muito para quebrar o ciclo vicioso entre crise climática e desigualdade e construir um futuro sustentável e igualitário para as pessoas e o planeta.

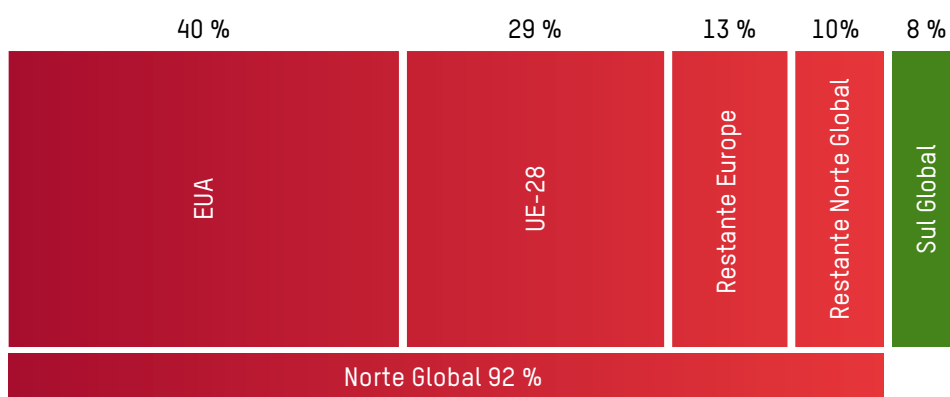
SECÇÃO UM

A desigualdade nas
emissões está a
criar catástrofes
climáticas

Décadas de investigação académica demonstraram, sem margem para dúvidas, que os países e regiões mais ricos são, de longe, os que têm maior responsabilidade pelas emissões de carbono. Entre 1850 e 2015, os países do Norte Global (14% da população mundial) foram responsáveis por 92% das emissões de dióxido de carbono que excedem a sua quota-parte justa dos limites planetários (Imagem 1).⁴⁶ Praticamente todos os países do Sul Global continuam a manter-se bem dentro da sua quota-parte justa de emissões.⁴⁷

Um conjunto crescente de estudos sobre a distribuição das emissões entre os grupos mais ricos e mais pobres da sociedade mostra que também existem grandes disparidades dentro dos próprios países. As análises destas emissões desiguais, causadas tanto pelo consumo como pelos investimentos, apontam todas para a mesma conclusão, bem sintetizada pelo secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres: “Os ricos causam o problema, os pobres pagam o preço mais elevado”.⁴⁸

IMAGEM 1. RESPONSABILIDADE HISTÓRICA PELAS EMISSÕES COM BASE NUMA ANÁLISE DA QUOTA-PARTE JUSTA



Fonte: Hickel (2020).⁴⁹ Notas: O gráfico mostra a percentagem da responsabilidade histórica pelo colapso climático, com base numa análise da quota-parte justa dos limites planetários, sendo os EUA responsáveis por 40%, a União Europeia (UE-28) por 29%, o resto da Europa por 13% e o restante Norte Global por 10%, enquanto o Sul Global é responsável por 8%.

Caixa 1. Porque é que as emissões importam

A capacidade do mundo para cumprir o objetivo de longo prazo de limitar o aumento das temperaturas globais a 1,5 °C está ameaçada. Para que este objetivo fosse alcançado, as emissões de gases com efeito de estufa teriam de diminuir aproximadamente 55 % até 2035.⁵⁰ Ao ritmo atual de emissões, o orçamento de carbono⁵¹ deverá, muito provavelmente, estar totalmente esgotado antes de 2030.⁵²

O orçamento global de carbono é também um orçamento de danos. Cada fração de grau de aquecimento tem consequências diretas para a vida na Terra, sobretudo para as pessoas mais vulneráveis. Os impactos nas espécies vegetais, nos insetos, no calor extremo e no acesso a água doce são duas a três vezes piores com um aquecimento de 2 °C do que com 1,5 °C, com consequências devastadoras em termos de pobreza e mortalidade. Com um aquecimento de 2 °C, 37% da população mundial estará exposta a calor extremo a cada um a cinco anos.⁵³

Para além das trajetórias das emissões, manter a temperatura tão baixa quanto possível, mesmo que o objetivo de 1,5 °C seja ultrapassado, é uma questão de saber quem suporta os custos de uma ação tardia, custos que são, de forma escandalosa, impulsionados pelas emissões de uma elite muito pequena e abastada. Permitir que as temperaturas ultrapassem este limite aumenta a necessidade de adaptação das comunidades em todo o mundo e, para aquelas que têm menos capacidade de resposta, isso significa mais catástrofes climáticas.

1.1. Emissões baseadas no consumo

Para a maioria das pessoas, os níveis de emissões baseadas no consumo⁵⁴ resultam do seu consumo associado à alimentação, aos transportes e à energia. Por sua vez, os seus níveis de emissões variam consoante tenham acesso a transportes públicos, consoante a medida em que as redes elétricas nacionais fornecem energia limpa e consoante os métodos de produção alimentar utilizados para produzir aquilo que comem diariamente. Assim, as decisões muitas vezes tomadas a grande distância pelos governos e pelas empresas relativamente às infraestruturas e aos investimentos condicionam as escolhas da maioria das pessoas sobre a quantidade de carbono que emitem ao longo da vida.

Mas, à medida que as pessoas enriquecem, as opções ao seu alcance aumentam, tal como aumenta a sua capacidade de determinar até que ponto o seu estilo de vida será intensivo em carbono. Os veículos elétricos, a eficiência energética das habitações e os sistemas de aquecimento ou arrefecimento com baixas emissões de carbono exigem geralmente um investimento de capital inicial elevado.⁵⁵ Na ausência de subsídios governamentais significativos, os agregados familiares de baixos rendimentos simplesmente não têm condições para suportar estas adaptações. Embora algumas pessoas mais abastadas utilizem a sua riqueza para investir em estilos de vida com baixas emissões de carbono, como mostra uma análise anterior da Oxfam, a maioria gasta-a em estilos de vida de luxo esbanjadores e altamente intensivos em carbono.⁵⁶

1.1.1. Com foco nos jatos privados

Talvez não exista símbolo melhor das emissões de carbono esbanjadoras das pessoas mais ricas do que viajar de jato privado. Uma nova análise da Oxfam aos dados de monitorização de jatos privados, juntamente com investigação académica,⁵⁷ evidencia como um pequeno número de pessoas desempenha um papel desproporcional na criação de emissões provenientes das viagens aéreas. As conclusões relativas a 2025 são chocantes:⁵⁸

- No total, 68% dos jatos privados partiram dos EUA, apesar de apenas 4% da população mundial viver no país.
- Estes jatos emitiram 16 milhões de toneladas de CO₂; seriam necessárias 80 milhões de árvores para compensar estas emissões.
- Os jatos privados passaram, no total, mais de 6,5 milhões de horas no ar, o equivalente a mais de 750 anos, e percorreram 4 mil milhões de quilómetros, o equivalente a dar a volta ao mundo 105 000 vezes.
- Cada voo provocou, em média, 3,7 toneladas de CO₂, aproximadamente o que a pessoa comum emitirá num ano.
- Os jatos privados de todo o mundo, em conjunto, emitem em dois segundos mais do que uma pessoa pertencente aos 50% mais pobres da população mundial emitirá num ano.

IMAGEM 2. EMISSÕES DOS JATOS PRIVADOS



1.1.2. Estimativa das emissões baseadas no consumo

Existem dois métodos estabelecidos para determinar a distribuição das emissões baseadas no consumo a nível nacional e global, com base na situação financeira dos agregados familiares.⁵⁹

A Oxfam utiliza o método desenvolvido pelo Stockholm Environment Institute (SEI), que distribui as emissões baseadas no consumo de acordo com a distribuição de rendimentos de cada país.⁶⁰

Uma nova análise destes dados revela que:⁶¹

- Os 0,1% mais ricos (8 milhões de pessoas) em todo o mundo emitem mais do que os 44% mais pobres (3,5 mil milhões de pessoas) em conjunto.
- Os 0,1% mais ricos emitem mais de três vezes o que toda a população da África Subsaariana (1,3 mil milhões de pessoas) emite.
- Os 0,1% mais ricos do mundo emitem 37 vezes mais do que todas as instalações de captura e armazenamento de carbono removem num ano.

Lucas Chancel e o World Inequality Lab apresentam um método alternativo para medir a desigualdade das emissões. Este método distingue entre as emissões associadas a (a) despesas públicas, que são distribuídas de forma igual por toda a população, (b) despesas dos agregados familiares, que são distribuídas de acordo com a distribuição dos rendimentos, e (c) emissões resultantes do investimento de capital, com base na distribuição da riqueza.⁶²

IMAGEM 3. EMISSÕES DOS 0,1 % MAIS RICOS DA POPULAÇÃO MUNDIAL

Apesar das metodologias muito diferentes, as conclusões gerais de ambos os estudos são praticamente iguais, como mostra a Tabela 1.

TABELA 1. COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DOS DOIS PRINCIPAIS ESTUDOS SOBRE A DESIGUALDADE DAS EMISSÕES

Grupo de percentil	Emissões baseadas no consumo segundo o SEI/Oxfam, 2023	Emissões baseadas no consumo segundo o World Inequality Lab/Chancel, 2019
	Toneladas de CO ₂ por pessoa por ano (percentagem das emissões)	Toneladas de CO ₂ e por pessoa por ano (percentagem das emissões)
1% mais ricos	75,1 (16,6%)	101 (16,9%)
10% mais ricos	21,5 (47,5%)	28,7 (48,0%)
40% do meio	5,1 (44,0%)	6,1 (40,5%)
50% mais pobres	0,8 (8,4%)	1,4 (11,5%)

1.2. Emissões dos acionistas

Outra forma de avaliar como as emissões estão distribuídas pela população consiste em analisar a propriedade de ativos, ou seja, as emissões produzidas pelas empresas que são atribuídas aos acionistas, em vez de serem associadas ao consumo dos indivíduos.

Nos últimos quatro anos, a Oxfam analisou a pegada de carbono das carteiras de investimento dos bilionários. Para este relatório, a Oxfam identificou as emissões associadas aos investimentos de mais de 1000 bilionários de 59 países (68% dos bilionários vivem no Norte Global),⁶³ com investimentos em 1095 empresas, utilizando uma base de dados de investimentos de bilionários recentemente ampliada.

As emissões totais associadas aos investimentos⁶⁴ dos 1000 bilionários ascendem a 486 milhões de toneladas de CO₂e em 2025, o equivalente às emissões do 19.º país mais poluente do mundo, logo depois da Austrália e à frente da África do Sul⁶⁵. As suas emissões médias são de 485 000 toneladas de CO₂e, o que significa que, em pouco mais de um minuto, um bilionário emite, em média, mais carbono do que o total anual emitido por uma pessoa pertencente à metade mais pobre da humanidade.⁶⁶

Os 100 bilionários no topo da lista têm uma pegada de carbono ainda mais extrema, emitindo, em média, mais de 4 milhões de toneladas de CO₂e cada um através das suas carteiras de investimento, o que significa que um bilionário médio emite mais do que 3.78 milhões de pessoas em conjunto.⁶⁷

IMAGEM 4. AS EMISSÕES RESULTANTES DOS INVESTIMENTOS DE BILIONÁRIOS CAUSAM MILHARES DE MILHÕES DE DÓLARES EM DANOS AMBIENTAIS



1.2.1. As emissões dos bilionários custam milhares de milhões em danos ambientais

Com base nos dados da S&P Capital Trucost,⁶⁸ é possível estimar em termos monetários os danos causados pelas emissões associadas aos investimentos dos bilionários.⁶⁹ Os custos ambientais diretos e indiretos anuais totais dos investimentos dos 1000 bilionários ascendem a 181 mil milhões de dólares. Os danos ambientais causados pelos investimentos de bilionários individuais podem ascender a milhares de milhões de dólares, traduzindo-se em custos humanos devastadores em todo o mundo. Por exemplo, em 2024, a Oxfam estima que:⁷⁰

- Os investimentos do oligarca mexicano Carlos Slim causaram 3,7 mil milhões de dólares em danos ambientais.
- O proprietário da Tyson Foods, John Tyson, dos EUA, custou ao mundo 1,9 mil milhões de dólares.
- O magnata francês da moda Bernard Arnault, proprietário da Louis Vuitton, foi responsável por 1,7 mil milhões de dólares em custos.

1.2.2. Os bilionários têm maior probabilidade de investir em indústrias poluentes

Os investimentos dos bilionários tendem a concentrar-se em setores mais poluentes: 71% dos seus investimentos estão classificados como pertencentes a “setores de elevado impacto climático”, como o petróleo, o gás ou os produtos químicos, em comparação com 63% dos investimentos do S&P Global 1200 (um índice que abrange 70% do valor de mercado global das empresas).⁷¹ Com base em avaliações independentes dos planos de descarbonização de cada empresa,⁷² 69% das empresas detidas por bilionários não estão alinhadas com a atual meta de 1,5 °C do Acordo de Paris, em comparação com 51% das empresas do S&P Global 1200.⁷³

Estão a surgir os primeiros esforços para medir as emissões associadas aos investimentos à escala global. Lucas Chancel e o World Inequality Lab desenvolveram uma metodologia que distribui as emissões associadas aos investimentos de acordo com a distribuição da riqueza dos diferentes países.⁷⁴ A investigação conclui que os investimentos dos 1% mais ricos geram 826 vezes mais emissões do que os investimentos dos 50% mais pobres.⁷⁵ Isto significa que, em menos de meio dia, uma pessoa pertencente aos 1% mais ricos gera, através dos seus investimentos, mais emissões do que as emissões anuais de uma pessoa pertencente aos 50% mais pobres.⁷⁶

1.3. Desigualdades das emissões numa perspetiva interseccional

As estruturas de poder patriarcais e racializadas não só moldam a desigualdade económica, como também influenciam as pegadas de carbono. Em muitas sociedades, os homens brancos estão desproporcionalmente representados nos escalões de rendimento mais elevados, os mais associados a grandes pegadas de carbono, enquanto as mulheres, as pessoas não binárias e as comunidades racializadas estão fortemente sub-representadas.

Diversos estudos demonstram como as normas de género influenciam os comportamentos individuais relacionados com o consumo de carbono, mostrando, por exemplo, que os homens têm maior probabilidade de consumir carne vermelha e conduzir veículos com elevado consumo de combustível.⁷⁷ Por outro lado, os grupos marginalizados tendem a depender mais de infraestruturas partilhadas, dos transportes públicos e de práticas de reparação e reutilização, além de adotarem estilos de vida de menor consumo, gerando assim muito menos emissões de carbono.

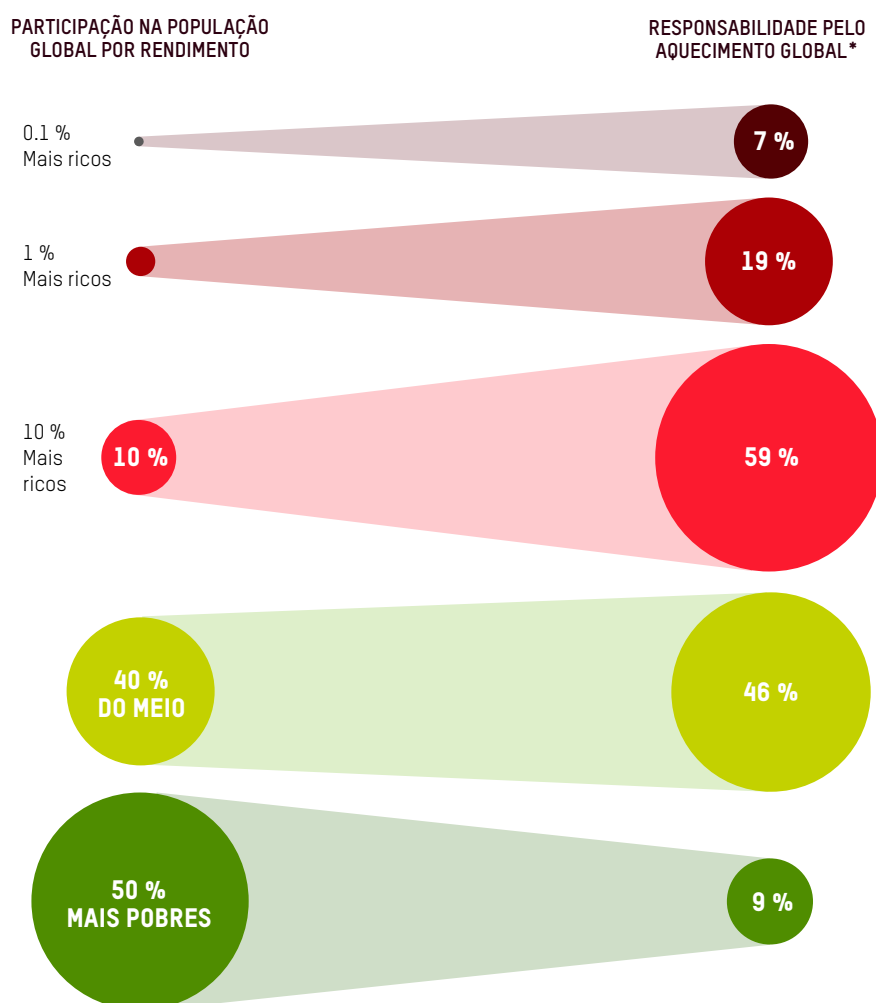
A investigação também conclui que as mulheres têm maior probabilidade de ser agentes de mudança e de adotar práticas de sustentabilidade, cuidado e responsabilidade coletiva. Um estudo sobre as atitudes e ações dos políticos da União Europeia (UE) mostrou que as mulheres tinham uma probabilidade significativamente maior de apoiar legislação ambiental do que os homens, mesmo depois de controlados fatores como a ideologia política e a nacionalidade.⁷⁸ Estudos mostram também que os países com uma maior percentagem de mulheres no parlamento tendem a apresentar menores emissões de CO₂ per capita⁷⁹ e que os países com mais mulheres em posições de decisão na área ambiental estabelecem metas mais ambiciosas de redução de emissões e aplicam de forma mais rigorosa a regulamentação ambiental.⁸⁰ Estas conclusões são também corroboradas por estudos sobre a liderança feminina no setor privado.⁸¹

1.4. Como as emissões dos mais ricos estão a alimentar as catástrofes climáticas

1.4.1. Como as emissões dos mais ricos estão a contribuir para as catástrofes climáticas que já estão a acontecer

Como as pessoas mais ricas são responsáveis por uma parcela maior das emissões globais de carbono, também lhes cabe uma parcela maior da responsabilidade pelo aumento da frequência e da intensidade das catástrofes provocadas pelas alterações climáticas. Os super-ricos são, por isso, também responsáveis pelo aumento das necessidades e das lacunas de adaptação, contribuindo não só para as emissões, mas também para a vulnerabilidade, a exposição e as perdas e danos.

IMAGEM 5. RESPONSABILIDADE PELO AQUECIMENTO GLOBAL DE DIFERENTES GRUPOS DE RENDIMENTO



* responsabilidade pelo aquecimento global expressa como percentagem do aquecimento total observado desde 1990

Em 2023, mais de 178 000 pessoas morreram em todo o mundo devido a ondas de calor, das quais 54% foram atribuídas às alterações climáticas provocadas pela atividade humana.⁸² E a ocorrência de ondas de calor continuará a aumentar: quase metade da população mundial poderá viver sob calor extremo até 2050 se o mundo atingir um aquecimento global de 2 °C acima dos níveis pré-industriais.⁸³

Combinando os dados do SEI sobre a desigualdade das emissões de carbono com modelos de atribuição climática, a Oxfam conseguiu identificar a contribuição das pessoas mais ricas para o aquecimento global e para o aumento da probabilidade de ocorrência de fenómenos de calor extremo.^{84 85}

Analisando os 1% mais ricos, a Oxfam conclui que:⁸⁶

- São responsáveis por 20% do aquecimento global desde 1990, 20 vezes mais do que seria expectável tendo em conta a sua proporção da população mundial.
- Uma pessoa pertencente aos 1% mais ricos contribuiu 34 vezes mais do que a pessoa comum para os fenómenos de calor extremo que vemos atualmente, e mais de 100 vezes mais do que uma pessoa pertencente aos 50% mais pobres.
- As emissões de um único ano dos 1% mais ricos causarão, segundo estimativas, 1,9 milhões de mortes adicionais devido ao calor.⁸⁷
- Analisando os 0,1% mais ricos, a Oxfam conclui que:⁸⁸
- São responsáveis por 7% do aquecimento global desde 1990, 70 vezes mais do que seria expectável tendo em conta a sua proporção da população mundial.
- Uma pessoa pertencente aos 0,1% mais ricos contribuiu 125 vezes mais do que a pessoa comum para os fenómenos de calor extremo que vemos atualmente, e quase 400 vezes mais do que uma pessoa pertencente aos 50% mais pobres.

1.4.2. Como as emissões dos mais ricos estão a contribuir para a crise alimentar

Para além das catástrofes, as emissões desproporcionais das pessoas mais ricas contribuem de forma desproporcional para a degradação dos sistemas alimentares causada pelas alterações climáticas, agravando as desigualdades de rendimentos e de riqueza já existentes.

O sistema alimentar mundial é profundamente injusto: as pessoas que vivem na pobreza têm dificuldade em adquirir bens alimentares básicos num mundo caracterizado por uma produção alimentar global abundante e por excedentes persistentes em algumas regiões.⁸⁹ Os choques climáticos, como inundações, ondas de calor e secas, provocam crises alimentares agudas e agravam a insegurança alimentar.

As alterações climáticas a longo prazo, sobretudo o aumento das temperaturas médias, a alteração dos padrões de precipitação e a maior frequência de fenómenos extremos, estão a transformar o sistema alimentar. As projeções indicam que as alterações climáticas provocarão reduções significativas na produção global de todas as principais culturas.⁹⁰ Os rendimentos das colheitas de milho, a cultura mais produzida no mundo, poderão diminuir até 24% nos cenários mais extremos.⁹¹

A diminuição dos rendimentos das colheitas deverá empurrar ainda mais para a pobreza muitos agricultores que já se encontram entre as pessoas mais pobres e com maior insegurança alimentar do mundo. Estima-se que um aumento de 1 °C nas temperaturas médias corresponda a uma diminuição de 53% nos rendimentos agrícolas dos agregados familiares pobres.⁹²

Os pequenos agricultores familiares asseguram mais de 70 % do abastecimento alimentar na Ásia e na África Subsariana,⁹³ enquanto aproximadamente 2,5 mil milhões de pessoas em todo o mundo dependem da agricultura, pastorícia e pesca de pequena escala,⁹⁴ o que as torna particularmente vulneráveis às variações sazonais, às secas e às alterações nos padrões de precipitação. Isto inclui as pessoas mais pobres e com maior insegurança alimentar do mundo, que são as que menos contribuem para a crise climática.

IMAGEM 6. CONTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS MAIS RICAS PARA OS EPISÓDIOS DE CALOR EXTREMO



As mulheres representam 39,6% da força de trabalho agrícola,⁹⁵ mas possuem apenas 15% das terras,⁹⁶ e são particularmente vulneráveis à pobreza e à insegurança alimentar devido às alterações climáticas.⁹⁷ Se as temperaturas médias aumentassem apenas 1 °C, as mulheres rurais poderiam sofrer uma perda de rendimento 34% superior à dos homens rurais.⁹⁸

Os consumidores de alimentos também enfrentam uma subida acentuada dos preços devido às alterações climáticas, num fenómeno designado por “*climate-flation*”. Um estudo recente concluiu que os aumentos da temperatura global projetados para 2035 farão aumentar a inflação alimentar entre 0,92 e 3,23 pontos percentuais por ano,⁹⁹ o que significa que um cabaz alimentar médio que custe 10 dólares em 2026 poderá custar até 33 dólares em 2035. Outros estudos demonstraram que choques de temperatura fora dos EUA podem aumentar em 1,5% os preços dos produtos importados para o país após dois anos.¹⁰⁰ As pessoas que vivem na pobreza em países de baixos rendimentos gastam uma parcela maior do seu rendimento para ter acesso a uma alimentação saudável do que as pessoas em países de rendimentos mais elevados.¹⁰¹ Assim, qualquer aumento de preços afeta-as muito mais do que os agregados familiares mais ricos, enquanto proporção do seu orçamento. As alterações nos padrões meteorológicos perturbam a agricultura e a pesca em todo o mundo, e os aumentos de preços que se seguem afetam de forma desproporcional as pessoas que vivem na pobreza. Em 2025, o fosso de insegurança alimentar entre homens e mulheres aumentou para um nível que não se registava desde 2015, após um aumento de 46% desse fosso desde 2023.¹⁰²

SECÇÃO

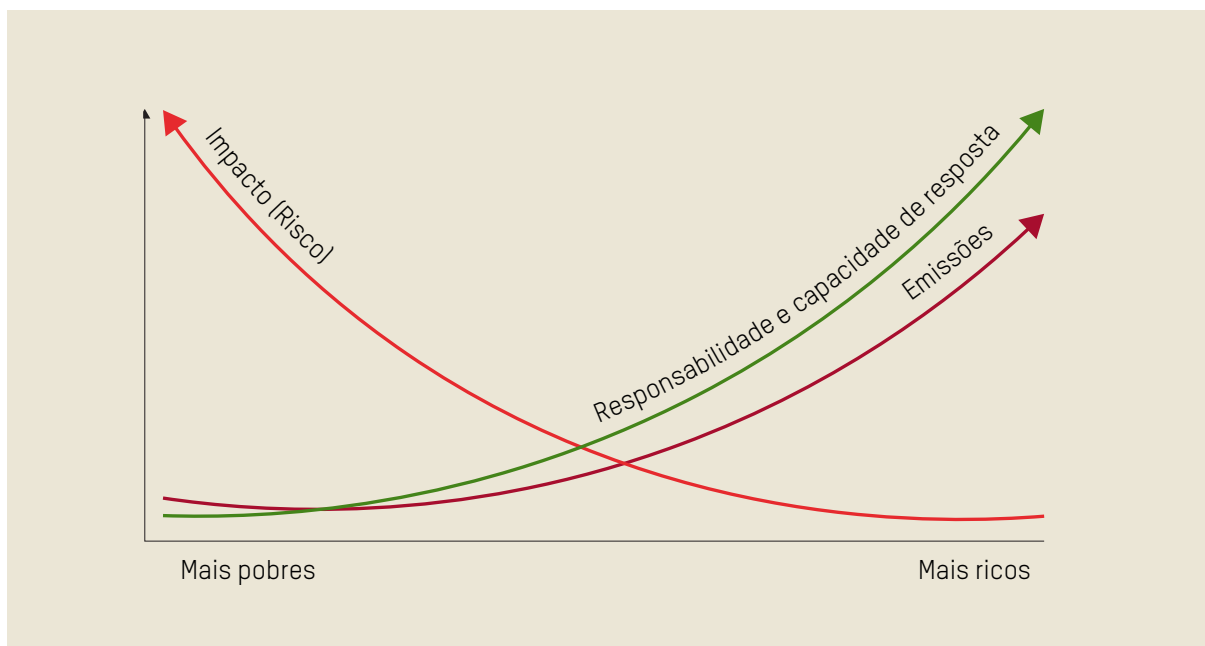
DOIS

Impactos desiguais das
catástrofes climáticas

2.1. Desigualdade na responsabilidade, no impacto e na capacidade de resposta

A responsabilidade pelo colapso climático está desproporcionalmente concentrada entre as pessoas mais ricas das nossas sociedades (Imagem 7). Da mesma forma, a capacidade de responder aos impactos climáticos e de se adaptar a eles está também concentrada no topo da distribuição. No entanto, o mesmo tempo, os riscos decorrentes do colapso climático recaem de forma desproporcional sobre as pessoas que vivem na pobreza.

IMAGEM 7. A DESIGUALDADE NA RESPONSABILIDADE, NO IMPACTO E NA CAPACIDADE DE RESPOSTA



2.2. Desigualdade e impactos do colapso climático: um círculo vicioso

A desigualdade tanto agrava as catástrofes climáticas como determina quem sofre mais com as suas consequências. Transforma fenómenos meteorológicos extremos em catástrofes climáticas, causando situações de calamidade para as pessoas que vivem na pobreza, enquanto permite que as pessoas mais ricas enfrentem esses fenómenos com muito maior facilidade. Estudos mostram que, nos países mais desiguais, as catástrofes provocam mais mortes, causam maiores danos e afetam um número maior de pessoas.¹⁰³ As pessoas abastadas dos bairros arborizados de Nairobi, por exemplo, vivem uma tempestade torrencial de forma muito diferente das pessoas amontoadas no bairro informal de Kawangware, a apenas 1,5 quilómetros de distância.

Ao mesmo tempo, o impacto da crise climática agrava as desigualdades já existentes, porque as pessoas mais ricas da sociedade conseguem enfrentar as tempestades, tanto em sentido literal como figurado, muito melhor do que as pessoas com menos recursos. A riqueza permite às pessoas mais abastadas viver em locais mais seguros, segurar os seus bens contra danos e reservar recursos para fazer face a uma crise, permitindo-lhes reconstruir as suas vidas mais rapidamente. Têm ainda a possibilidade de investir em serviços e infraestruturas privadas, como abastecimento de água potável e abrigos de emergência, escolas internas para os seus filhos e bombeiros privados ou sistemas de proteção contra inundações. Se nada for feito para o impedir, as instituições de mercado seguem o dinheiro, oferecendo uma série de serviços que protegem a vida das pessoas mais ricas, enquanto deixam as pessoas comuns desprotegidas.

As pessoas que vivem na pobreza podem possuir poucos bens de valor, mas a perda desses bens pode ter um impacto proporcionalmente muito maior. Perder uma mota de que alguém depende para gerar rendimento representa um duro golpe para uma família que vive na pobreza, em comparação com uma família rica que perde o seu segundo carro, mesmo que esse carro tenha um valor monetário muito superior.

As catástrofes recorrentes apenas agravam este impacto e as desigualdades de riqueza podem aumentar ao longo do tempo, porque a reconstrução, o valor dos imóveis e os novos investimentos beneficiam de forma desproporcional os grupos mais abastados e com melhores seguros. Um estudo longitudinal abrangente, que analisou 158 países entre 1995 e 2019, demonstra que o aumento da vulnerabilidade às alterações climáticas está positivamente associado ao aumento da desigualdade de rendimentos.¹⁰⁴

A Oxfam utilizou um quadro analítico de três etapas para compreender melhor a forma como a desigualdade interage com o colapso climático e por que razão é importante ir além da simples medição das perdas agregadas ao nível da população (Caixa 2).¹⁰⁵

Caixa 2. Riscos climáticos e desigualdade: um quadro de análise em três etapas

1. Exposição. A nível mundial, os países mais pobres sofrem os piores impactos do aumento da frequência e da intensidade dos riscos relacionados com o clima. Este padrão repete-se dentro das fronteiras nacionais. As pessoas mais pobres tendem a viver nas zonas mais vulneráveis do país (por exemplo, áreas suscetíveis à seca) e a trabalhar em profissões com maior exposição aos elementos naturais (por exemplo, comércio informal, agricultura ou construção). Esta exposição é agravada pela degradação dos ecossistemas. As comunidades cujos mangais, recifes, zonas húmidas ou florestas foram degradados pela crise climática e pelas indústrias extrativas perdem importantes barreiras naturais de proteção.¹⁰⁶ Por outro lado, as pessoas ricas vivem frequentemente em locais mais seguros, em regiões de clima mais temperado, e trabalham em empregos realizados em espaços interiores e protegidos dos impactos climáticos.¹⁰⁷

2. Vulnerabilidade. Para além de estarem mais expostas, as pessoas dos grupos de baixos rendimentos são também mais suscetíveis a sofrer impactos. Vivem em habitações de baixos rendimentos e de má qualidade, com bens materiais concentrados no local onde vivem e trabalham, ficando diretamente expostos aos riscos, o que as deixa vulneráveis quando os riscos se concretizam. Um agregado familiar que dependa da pesca e cujo recife de coral sofreu branqueamento, ou um agregado familiar que dependa da agricultura e cujo solo sofreu erosão, vê a sua própria base de subsistência e produção ficar ecologicamente comprometida antes mesmo de ocorrer qualquer fenómeno extremo.¹⁰⁸ Por outro lado, as pessoas mais ricas vivem em habitações de melhor qualidade e mais resilientes e dispõem de uma maior diversidade de ativos, que são mais frequentemente financeiros e, por isso, estão protegidos de danos imediatos.

3. Resiliência. As pessoas que vivem na pobreza têm uma capacidade muito menor para fazer face aos danos causados pelos riscos climáticos. É provável que os seus meios de subsistência sejam diretamente afetados por uma catástrofe, por exemplo, através da destruição de culturas agrícolas ou de mercadorias destinadas ao comércio. É menos provável que tenham poupanças, ativos financeiros ou seguros que as ajudem a recuperar. As pessoas ricas têm segurança financeira, beneficiam das suas redes de relações sociais e podem ter acesso a seguros que cubram os danos. As comunidades pobres com uma forte coesão social e conhecimentos ecológicos tradicionais são comprovadamente mais resilientes, mas essa coesão é frequentemente fragilizada pela pobreza e pela insegurança, e esses conhecimentos acabam por se perder.¹⁰⁹

Em última análise, a recuperação das catástrofes tem de ser mais do que simplesmente regressar a uma normalidade que já era precária, desigual e insustentável; deve passar por uma transformação rumo a um futuro mais sustentável e equitativo.¹¹⁰

Se nada for feito para o contrariar, cria-se um círculo vicioso. Os países mais desiguais sofrem impactos mais graves do colapso climático, afetando uma parcela maior das suas populações. Os impactos das alterações climáticas agravam, por sua vez, ainda mais a desigualdade, deixando as comunidades de baixos rendimentos e marginalizadas ainda mais vulneráveis à próxima inundação, incêndio ou seca. Este fenómeno reflete a distribuição injusta dos efeitos das alterações climáticas a nível mundial: os países do Sul Global, que menos contribuem para a crise climática, sofrem os seus piores impactos, enquanto as nações mais ricas são simultaneamente menos afetadas e têm maior capacidade de adaptação quando as crises ocorrem. As estimativas sugerem que o aquecimento global fez com que a desigualdade entre países fosse cerca de 25% superior à que teria sido de outra forma nos últimos 50 anos.¹¹¹

2.3. Quando ocorre uma catástrofe

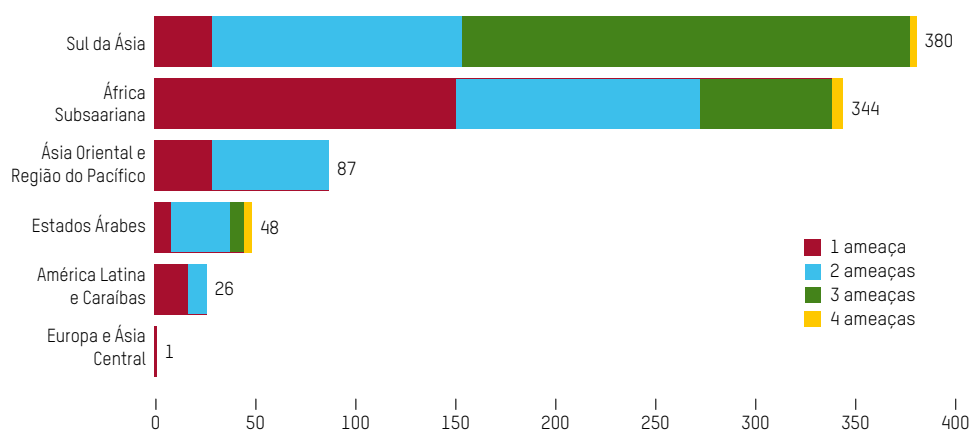
As pessoas que vivem na pobreza e as pessoas marginalizadas sofrem os piores impactos de catástrofes climáticas como incêndios florestais e inundações. Ao mesmo tempo, a desigualdade estrutural condiciona a capacidade das pessoas de diferentes grupos de rendimento para sobreviver, resistir e recuperar.

2.3.1. O círculo vicioso à luz do modelo de três etapas

As pessoas que vivem na pobreza estão mais **expostas** às catástrofes climáticas. O Banco Mundial estima que as alterações climáticas poderão empurrar até 132 milhões de pessoas para a pobreza extrema até 2030.¹¹² Um recente relatório global sobre o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) concluiu que 80% das pessoas que vivem na pobreza, 887 milhões de pessoas num total de 1,1 mil milhões, vivem em regiões expostas a pelo menos um risco climático, como calor extremo, inundações ou secas. Os números são claros: 681 milhões de pessoas (54% do total) que vivem em situação de pobreza extrema estão expostas ao calor extremo, 465 milhões a inundações (41%) e 207 milhões a secas (18%).¹¹³

O impacto está concentrado, mas o fenómeno é global. O Sul da Ásia representa a maior proporção de pessoas que vivem na pobreza e que estão simultaneamente expostas a riscos climáticos, com mais de 76% expostas a inundações, num total de 380 milhões de pessoas (Imagem 8). Segue-se a África Subsaariana, com 344 milhões de pessoas expostas, mais de metade das quais enfrenta simultaneamente múltiplas ameaças decorrentes do calor extremo e das inundações. No Médio Oriente e Norte de África, mais de 85% das pessoas que vivem na pobreza estão expostas ao calor extremo, enquanto no Leste Asiático e Pacífico, 56,8% estão expostas a inundações.¹¹⁴

IMAGEM 8. MILHÕES DE PESSOAS POBRES EXPOSTAS SIMULTANEAMENTE A RISCOS CLIMÁTICOS



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI) (2025).¹¹⁵

Caixa 3. Fugir das cheias: quem ganha e quem perde em Nova Orleães, EUA e Xai-Xai, Moçambique

O processo de gentrificação climática ocorre quando os residentes mais abastados se deslocam para locais mais seguros durante ou após uma catástrofe climática, enquanto as comunidades de baixos rendimentos são deslocadas.¹¹⁶ O furacão Katrina causou quase 2000 mortes e devastou os bairros negros e de baixos rendimentos de Nova Orleães, localizados sobretudo nas zonas mais baixas e mais vulneráveis a inundações da cidade. Nos anos que se seguiram, as zonas de maior altitude foram alvo de gentrificação climática, com residentes brancos e mais abastados a deslocarem-se para áreas menos expostas a inundações, enquanto muitos dos residentes negros deslocados tiveram dificuldades em regressar sequer à cidade.¹¹⁷

Em 2026, Xai-Xai, na província de Gaza, em Moçambique, foi atingida por grandes inundações. As comunidades mais pobres, que vivem em zonas baixas junto ao rio Limpopo, ficaram expostas à força total das cheias. As suas casas de adobe não dispunham de qualquer proteção estrutural contra a inundação. Os agregados familiares agrícolas, cujos bens eram materiais, estavam ligados ao território e, em grande parte, não tinham seguro, perderam não só as colheitas e o gado, mas também a base produtiva da qual depende qualquer recuperação. Os residentes e as empresas mais abastados, situados em zonas mais elevadas, tinham a segurança física, as reservas financeiras e a vantagem geográfica necessárias para absorver o impacto e recuperar.

Nenhuma destas catástrofes ocorreu num vazio. Nova Orleães é uma das cidades mais desiguais dos EUA¹¹⁸ e a África Austral é uma das regiões mais desiguais do mundo, onde se encontram oito dos 12 países mais desiguais a nível mundial.¹¹⁹



Vista aérea de uma zona inundada nas províncias de Maputo e Gaza, Moçambique, janeiro de 2026. Foto: Luisa Nhamumbo/EPA/Shutterstock

As pessoas que vivem na pobreza são também mais vulneráveis às catástrofes climáticas. Um estudo sobre as inundações em Mumbai, na Índia, concluiu que os agregados familiares de baixos rendimentos tiveram de gastar o equivalente a 15 vezes o seu rendimento mensal para reparar e substituir bens, enquanto, entre os grupos de rendimentos mais elevados, essa despesa correspondia a cerca de um mês de rendimento.¹²⁰ Uma análise de mais de 200 países concluiu que os 20% mais pobres da população tinham o dobro da probabilidade de viver em habitações classificadas como “frágeis”.¹²¹ As pessoas que vivem na pobreza também têm maior probabilidade de depender de infraestruturas públicas, como o abastecimento de água, as estradas e a eletricidade, ou, pelo menos, menor probabilidade de dispor de alternativas de recurso.

Em contrapartida, as pessoas ricas podem proteger-se, literal e figurativamente, das catástrofes climáticas. Podem adaptar as suas casas com janelas resistentes a impactos, telhados reforçados e fundações elevadas; contratar empresas privadas para as preparar para tempestades; e manter seguros premium para cobrir perdas e danos de elevado valor. As pessoas super-ricas têm também meios para proteger carros, iates, jatos, mobiliário e valiosas coleções de arte ou vinho, transferindo-os para locais mais seguros ou mantendo-os em abrigos seguros. Os superiates, em particular, são vulneráveis durante os furacões, mas as seguradoras coordenam frequentemente a sua evacuação ou armazenamento antes das tempestades para os manter seguros para os seus proprietários.¹²² Estas respostas baseadas no mercado estão a fazer exatamente aquilo para que foram concebidas: favorecer e dar prioridade aos interesses e aos bens das pessoas ricas.

Por fim, as famílias que vivem na pobreza têm uma capacidade de **resiliência** muito menor quando ocorrem catástrofes climáticas. Têm menos riqueza e, além disso, a riqueza que possuem está concentrada em dinheiro e/ou bens materiais diretamente ligados aos seus meios de subsistência, o que torna mais difícil protegê-los dos impactos das catástrofes climáticas. Em 1998, nas Honduras, o furacão Mitch destruiu 18% dos bens dos 20% mais pobres da população, em comparação com apenas 3% dos bens dos 20% mais ricos.¹²³

Os bens das pessoas que vivem na pobreza são geralmente imóveis, como terrenos, e muitas vezes também estão mal documentados. Frequentemente, não dispõem de direitos sobre a terra nem de segurança de posse. Quaisquer outros bens que possam possuir também não estão, em muitos casos, documentados ou segurados, pelo que, mesmo quando existe alguma forma de compensação por parte do governo ou de outras fontes, é difícil comprovar e especificar os bens que possam ter perdido.¹²⁴

Caixa 4. Terra, posse e seguros: a desigualdade na adaptação no Pacífico

O número de pessoas afetadas por catástrofes climáticas no Pacífico aumentou, em média, 700% na última década,¹²⁵ e a desigualdade socioeconómica influencia fortemente a capacidade de adaptação de uma comunidade ou agregado familiar. Quem possui terras, quem está legalmente protegido e quem não está determina, em grande medida, o grau de exposição das comunidades aos riscos climáticos e a rapidez com que conseguem recuperar.

Timor-Leste enfrenta riscos climáticos regulares e cada vez mais intensos, incluindo chuvas fortes e irregulares, períodos prolongados de seca e tempestades de grande intensidade, como o ciclone tropical Seroja, em 2021. Os agregados familiares que sobrevivem da agricultura de subsistência e aqueles que ocupam terrenos vulneráveis aos riscos, sem segurança jurídica de posse, estão mais expostos. Sem segurança de posse, há poucos incentivos para que os agregados familiares com recursos limitados invistam em tornar as suas casas ou terrenos mais resilientes. A investigação confirma este padrão: os agregados familiares com segurança de posse da terra sofrem menos perdas e recuperam mais rapidamente dos impactos climáticos¹²⁶, uma vez que a segurança de posse lhes permite tomar decisões sobre a utilização da terra e as práticas agrícolas e investir no reforço da sua resiliência climática.

Nesta ilha do Sudeste Asiático, a desigualdade de género agrava o impacto das catástrofes climáticas. Embora a lei garanta formalmente às mulheres direitos iguais sobre a terra, os sistemas socioculturais tradicionais favorecem sistematicamente os homens na prática, deixando os agregados familiares chefiados por mulheres expostos à perda de terras, habitação e meios de subsistência.¹²⁷

Caixa 4 continuação

Nas ilhas do Estreito de Torres, na Austrália, a subida do nível do mar, as marés vivas e a aceleração da erosão já estão a engolir cemitérios, casas e locais de importância cultural. O investimento do governo nos paredões marítimos e noutras infraestruturas das ilhas revelou-se insuficiente, com os novos paredões já a apresentar infiltrações e a ser galgados.¹²⁸ As projeções mostram que, se as emissões de carbono continuarem sem controlo, as ilhas poderão tornar-se inabitáveis até meados deste século, fazendo dos habitantes das ilhas do Estreito de Torres e dos residentes aborígenes as primeiras comunidades do país a sofrer este destino.¹²⁹

Entretanto, muitas das pessoas que vivem nos subúrbios costeiros mais abastados do continente, sobretudo pessoas não indígenas, têm rendimentos mais elevados, mais poupanças e seguros privados, o que significa que conseguem lidar muito melhor com as ameaças climáticas.¹³⁰ Beneficiam também de códigos de construção mais rigorosos e de grandes projetos de defesa costeira. Apesar disso, existem claras disparidades socioeconómicas e geográficas em toda a Austrália, que afetam a capacidade das pessoas para se adaptarem, responderem e recuperarem de catástrofes climáticas.¹³¹



Uma estrada danificada na sequência das inundações em Díli, Timor-Leste, abril de 2021. Dezenas de pessoas morreram e várias ficaram desaparecidas na sequência das inundações e dos deslizamentos de terras causados por chuvas torrenciais que atingiram a parte oriental da Indonésia e Timor-Leste. Foto: Antonio Dasiparu/EPA-EFE/Shutterstock

Fenómenos que antes ocorriam uma vez por geração estão agora a desenrolar-se como um ciclo implacável de choques repetidos, com um impacto cumulativo superior à soma de cada crise individual. A cada nova catástrofe, as comunidades de baixos rendimentos, mais expostas e vulneráveis, veem a sua capacidade de resposta degradar-se muito mais do que a das comunidades de rendimentos mais elevados. Por sua vez, isto aumenta os níveis de desigualdade a nível nacional, e os países marcados por desigualdades mais profundas têm menor capacidade para responder e recuperar de choques climáticos subsequentes.

2.4 Uma característica, não uma falha: como o mercado dos seguros protege os mais ricos

As apólices de seguros são respostas de adaptação às alterações climáticas baseadas no mercado, concebidas para preservar a riqueza, o que fazem de forma muito eficaz. As análises convencionais de custo-benefício favorecem sistematicamente as pessoas mais ricas: as pessoas que vivem na pobreza habitam zonas mais dispendiosas de proteger, mas, ao mesmo tempo, possuem menos bens seguráveis. Em termos puramente económicos, isto torna mais difícil justificar o investimento na sua resiliência.¹³² À medida que os fenómenos meteorológicos extremos se intensificam, são as pessoas com mais recursos que têm acesso à melhor proteção, enquanto as que têm menos recursos ficam mais expostas, não por acaso, mas por conceção.

Os seguros aprofundam ainda mais as desigualdades existentes. Em zonas de elevado risco, os prémios estão a aumentar acentuadamente ou a cobertura está a deixar de estar disponível, enquanto as pessoas sem direitos formais de posse da terra são frequentemente excluídas por completo. Isto cria um fosso de proteção cada vez maior, em que as pessoas mais expostas têm menos acesso a recursos financeiros para a recuperação. Dados da Austrália mostram que as alterações climáticas já estão a tornar o seguro habitação inacessível para muitas famílias de baixos rendimentos, aprofundando as divisões sociais e geográficas existentes.¹³³

Caixa 5. Incêndios florestais na Califórnia

No verão, os incêndios florestais devastam as florestas da costa oeste dos EUA. Só as pessoas ricas conseguem escapar à devastação que se segue. Os sistemas de alerta precoce avisam os mais ricos, que evacuam as suas mansões de helicóptero e se mudam para hotéis de 5 estrelas, muitas vezes com as despesas de hotel pagas antecipadamente pelas suas seguradoras.¹³⁴ Empresas como a AIG, a Chubb, a PURE e outras oferecem proteção preventiva contra incêndios florestais para propriedades,¹³⁵ cobrando prémios anuais que podem atingir valores de seis dígitos por apólices que, normalmente, só estão disponíveis para propriedades seguradas em mais de 1 milhão de dólares. Este padrão está a tornar-se cada vez mais comum à medida que os riscos climáticos aumentam: as seguradoras mais sofisticadas abandonam os mercados mais difíceis e as que permanecem cobram prémios extremamente elevados, deixando as pessoas sem capacidade para suportar perdas com o menor nível de proteção.¹³⁶

Em Altadena, uma comunidade de classe média historicamente negra e racializada, com uma tradição de propriedade imobiliária transmitida entre gerações, muitos proprietários não têm seguro ou dispõem apenas de uma cobertura parcial. Inúmeras famílias perderam as suas casas na vaga de incêndios florestais de 2025 e, com elas, a sua principal fonte de riqueza acumulada ao longo de décadas. Num contexto de desespero, muitos proprietários venderam as suas propriedades destruídas a empresas imobiliárias predatórias a preços reduzidos, sacrificando a segurança e os laços sociais associados à comunidade.¹³⁷

Caixa 5 continuação

As disparidades sociais e económicas também determinam quem consegue preparar-se para o próximo incêndio florestal. Na Califórnia, as habitações situadas em comunidades classificadas pelo governo dos EUA como desfavorecidas têm cerca de 29% mais probabilidade de ser destruídas por incêndios florestais nos próximos 30 anos do que as situadas em comunidades não desfavorecidas. No entanto, estas comunidades têm 28% menos probabilidade de realizar melhorias preventivas de resistência ao fogo, como a substituição de telhados, o que conduz a custos mais elevados depois de os incêndios serem extintos.¹³⁸



Residentes evacuam a zona enquanto o incêndio se alastra por mais de 2 900 acres em Palisades, Califórnia, 7 de janeiro de 2025.
Foto: Kit Karzen/Alamy Live News

2.5. Catástrofes climáticas e desigualdade de género

Este padrão de impactos climáticos desiguais tem também uma clara dimensão de género. Uma análise de 130 estudos concluiu que, em 68% dos casos, as mulheres e raparigas foram mais afetadas do que os homens e rapazes pelos impactos das alterações climáticas na saúde, com disparidades particularmente acentuadas na insegurança alimentar (79%), na saúde mental (69%) e nas mortes e lesões (64%).¹³⁹ Os impactos recaem com maior intensidade sobre as mulheres de comunidades de baixos rendimentos e racializadas, que enfrentam desvantagens cumulativas no acesso a recursos, na mobilidade e na tomada de decisões. As catástrofes climáticas também agravam as desigualdades de género já existentes: a violência baseada no género aumenta durante e após fenómenos meteorológicos extremos, com dois terços dos estudos a identificarem aumentos da violência por parte de parceiros íntimos ou da violência doméstica após episódios de inundações, tempestades ou secas.¹⁴⁰

Uma dimensão particularmente marcante deste padrão é a relação entre as catástrofes climáticas e o trabalho de prestação de cuidados não remunerado. Quando as inundações destroem casas, as secas fazem colapsar os sistemas alimentares ou os incêndios obrigam as comunidades a deslocar-se, são as mulheres, as raparigas e as comunidades racializadas que se tornam a infraestrutura invisível que mantém as famílias e as sociedades vivas, percorrendo longas distâncias para ir buscar água, cozinhando em condições adversas, cuidando das crianças, das pessoas com problemas de saúde e dos idosos, e reconstruindo as redes comunitárias. Este trabalho é essencial para a sobrevivência, mas é sistematicamente não reconhecido, subvalorizado e não remunerado.¹⁴¹

Nas zonas rurais do Bangladesh, por exemplo, as mulheres criam pequenos animais, cuidam de hortas familiares e dedicam-se a atividades de comércio informal, todas elas essenciais para o rendimento e a nutrição. Tal como acontece com as mulheres em todo o mundo, têm uma responsabilidade desproporcional pelos cuidados. Quando ocorrem inundações e ciclones, como acontece com uma frequência crescente¹⁴², a perda de terras e de meios de subsistência reforça as disparidades já existentes na propriedade e no controlo dos recursos, limitando ainda mais a segurança económica, a autonomia e o estatuto social das mulheres.¹⁴³

As catástrofes climáticas têm causado um forte impacto económico nos agregados familiares. Estudos mostram que estas pressões intensificam os efeitos nocivos de normas sociais como o casamento forçado, o casamento precoce e a interrupção precoce da escolaridade das raparigas. As mulheres enfrentam frequentemente discriminação no acesso à ajuda quando os líderes comunitários do sexo masculino controlam as listas oficiais de distribuição. Podem também ter dificuldade em ultrapassar práticas tradicionais prejudiciais, como o isolamento, também conhecido como *purdah*.¹⁴⁴



Depois de recolher água potável num local distante, uma mulher regressa à sua comunidade com o filho. Foto: Habibul Haque/Oxfam & Drik

2.6. Migrantes climáticos e novos assentamentos na era da desigualdade

Se a comunidade internacional continuar a não agir, as tendências atuais indicam que, entre 2014 e 2050, até 1 milhar de milhões de pessoas, cerca de 10% da população mundial, terão sido deslocadas pela crise climática.¹⁴⁵ A frequência e a intensidade destes fenómenos estão a aumentar como resultado direto das alterações climáticas. A maioria das pessoas deslocadas estará no Sul Global. As inundações, as tempestades, as secas e os incêndios florestais são responsáveis por 98% dos casos documentados de deslocação relacionados com fenómenos meteorológicos, destruindo casas, infraestruturas e meios de subsistência a uma escala massiva.¹⁴⁶ Catástrofes relacionadas com fenómenos meteorológicos como estas já obrigaram cerca de 220 milhões de pessoas a abandonar as suas casas na última década, o equivalente a 60 000 pessoas deslocadas todos os dias, segundo um relatório recente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).¹⁴⁷

IMAGEM 9. DESLOCAÇÃO DEVIDO À CRISE CLIMÁTICA



Mais uma vez, serão sobretudo pessoas do Sul Global, sendo as mais vulneráveis as da América Central, da África Ocidental e do Sudeste Asiático, que serão obrigadas a empreender viagens perigosas, sem qualquer garantia de um destino seguro. Uma vez fora de perigo imediato, os refugiados climáticos deparam-se frequentemente com discriminação e habitação precária em regiões e locais expostos a elevados riscos de impactos climáticos.

A futura migração climática não se limitará às pessoas que vivem na pobreza: grandes segmentos da população mundial de rendimentos médios poderão ter de se deslocar, porque as hipotecas e os seguros de habitação se tornam incomportáveis ou deixam de estar disponíveis, ou porque os empregos e as oportunidades económicas se deslocaram para outros locais. A deslocação provocada pelas alterações climáticas está a tornar-se uma realidade universal, vivida de forma muito diferente consoante a posição que cada pessoa ocupa na hierarquia global da riqueza.

Caixa 6. Os migrantes bilionários

As pessoas ricas estão discretamente a juntar-se às fileiras dos migrantes climáticos. Os bilionários estão a comprar ilhas e a construir complexos fortificados e bunkers subterrâneos equipados com energia renovável, sistemas privados de abastecimento de água e de produção de alimentos e segurança de alta qualidade, isolando-se das catástrofes climáticas.¹⁴⁸ Estas estratégias constituem uma forma de apartheid climático, à medida que as pessoas super-ricas usam a sua riqueza e poder para escapar às consequências das crises que, em grande medida, ajudaram a criar.

Os bilionários da tecnologia estão cada vez mais na linha da frente desta tendência. Isto reflete um fascínio mais amplo, entre algumas pessoas super-ricas, pela chamada “apólice de seguro contra o apocalipse”, incluindo bunkers de luxo remotos concebidos para escapar ao colapso social provocado pelas alterações climáticas.¹⁴⁹ Mark Zuckerberg construiu um desses projetos, iniciado em 2014 numa propriedade de 5,5 km² na ilha havaiana de Kauai, que inclui um bunker equipado com os seus próprios sistemas de energia e abastecimento de alimentos. Peter Thiel, libertário republicano e financiador de Trump, cofundador do PayPal e antigo membro do conselho de administração do Facebook, voltou-se para o Hemisfério Sul em 2015, comprando uma propriedade isolada junto a um lago na Nova Zelândia por 4,5 milhões de dólares, onde tem tentado construir um bunker para o fim do mundo (aparentemente, a política de migração rigorosa da Nova Zelândia não se aplica a alguém como Thiel).¹⁵⁰



Vista aérea de um barco de mergulho de luxo e de uma ilha nas Maldivas. Foto: Aleksei Permiakov/Getty Images.

2.7. A adaptação liderada pelas comunidades está a ganhar força, mas só pode chegar até certo ponto

Na Amazônia, os incêndios florestais recorrentes, intensificados por secas prolongadas e por condições mais quentes e secas provocadas pela crise climática, estão a consumir vastas áreas de floresta primária. Só em 2024, mais de 62 000 km² da floresta amazónica já tinham ardido, uma área superior à do Sri Lanka,¹⁵¹ enquanto as alterações climáticas tornaram as condições meteorológicas extremas propícias à ocorrência de incêndios até 30 a 70 vezes mais prováveis em algumas partes da bacia.¹⁵²

Os povos indígenas desenvolveram respostas de adaptação: brigadas de incêndio lideradas pelas comunidades, sistemas de alerta precoce com recurso a dados de satélite e drones e queimadas controladas para reduzir a carga de combustível e proteger os povoados.¹⁵³ No entanto, estes esforços são sistematicamente prejudicados pelas assimetrias de poder. Os incêndios são deliberadamente ateados por criadores de gado e usurpadores de terras para desmatar a floresta e expandir a agricultura, com os direitos territoriais dos povos indígenas frequentemente ignorados, enquanto o fumo sufoca as aldeias e os impactos na saúde aumentam entre as comunidades. Em muitas zonas, a gestão dos incêndios pelos povos indígenas só se revela eficaz quando apoiada pela proteção do Estado, reforçando a ideia de que a adaptação é moldada pelo poder e pela política.

As comunidades resistem aos fenómenos climáticos extremos num contexto de poder político que também reproduz a desigualdade. Na Guatemala, a vice-presidente Roxana Baldetti (2012-2015) foi acusada de desviar fundos públicos para tornar a casa de praia de verão de um amigo, atualmente condenado por tráfico de droga, “à prova das alterações climáticas”, protegendo-a contra a subida do nível do mar e as inundações costeiras, através da adjudicação de um projeto de proteção costeira de 8,5 milhões de dólares na zona de San Marino.¹⁵⁴ Esta é a mesma zona imobiliária de luxo onde a vice-presidente tinha a sua própria casa de praia de verão, que está no centro das investigações à corrupção.¹⁵⁵



Os bombeiros voluntários da comunidade indígena de Galilea, na Bolívia, combatem incêndios na sua própria comunidade e nas comunidades vizinhas durante a estação seca. A brigada de voluntários foi criada na sequência de ações de formação sobre prevenção e resposta a incêndios realizadas na comunidade pelo CIPCA e pela Oxfam e constitui um recurso vital para as comunidades da região, uma vez que Galilea se encontra geograficamente muito distante das principais cidades ou localidades. Foto: Samuel Nacar/ Oxfam Intermón

Entretanto, na vizinha Iztapa, a lenta erosão costeira tem vindo a consumir progressivamente casas e até o cemitério da localidade, à medida que a subida do nível do mar e o aumento da força das ondas avançam sobre a linha costeira. Os residentes têm visto as suas casas, chalés e terrenos de sepultura serem engolidos pelo mar, sem qualquer apoio do Estado para a realocização, proteção ou indemnização.¹⁵⁶

No norte da República Democrática Popular do Laos, aldeias como Houaymard apresentam um elevado risco de inundações devido ao terreno íngreme e à precipitação imprevisível. O comité de gestão do risco de catástrofes da comunidade organiza regularmente a limpeza dos sistemas de drenagem obstruídos sob as estradas, escava novos canais para gerir o escoamento da água e aconselha os agregados familiares sobre a construção de habitações resilientes às inundações. Através destes esforços coordenados, a aldeia conseguiu evitar novos danos causados pelas inundações, reforçar a sensibilização e aumentar a resiliência. Embora sejam eficazes temporariamente e a nível local, estas estratégias continuam a ser limitadas perante riscos climáticos recorrentes e cada vez mais intensos, demonstrando que a solidariedade comunitária só pode ir até certo ponto e que é necessário o apoio e a intervenção do Estado.¹⁵⁷

A Secção 5 analisa de que forma os governos podem agir para ajudar as pessoas a proteger os seus bens e meios de subsistência, bem como a manter e reforçar a coesão social e as instituições coletivas, para que possam reconstruir os seus ecossistemas que reduzem o risco e os impactos das catástrofes. Os riscos relacionados com o clima podem ser redistribuídos e, desse modo, reduzidos no seu conjunto.

Para transformar verdadeiramente as sociedades, em vez de simplesmente regressar a uma “normalidade” desigual, inaceitável e insustentável, é essencial uma maior igualdade a nível nacional e mundial, sobretudo porque esta contribui para construir uma coesão social e uma solidariedade muito maiores a nível comunitário, mas também a nível nacional e internacional.

SECÇÃO

TRE



Impactos desiguais da
redução da produção
alimentar e do aumento
dos preços dos alimentos
provocados pelas
alterações climáticas

3.1. Desigualdade e impactos do colapso climático nos alimentos: um círculo vicioso

A desigualdade dos impactos do colapso climático ano após ano, particularmente na produção alimentar e nos preços dos alimentos. As chuvas chegam tarde, ou não chegam de todo, ou são excessivas; não o suficiente para provocar uma catástrofe, mas o suficiente para reduzir lentamente a quantidade de alimentos produzidos. Ao mesmo tempo, os preços dos alimentos continuam a subir, absorvendo uma parcela cada vez maior dos rendimentos da maioria das pessoas em todo o mundo.

Caixa 7. El Niño “Godzilla” de 2026–2027 deverá agravar drasticamente a crise climática e alimentar

Prevê-se que um fenómeno El Niño “Godzilla”, que deverá estar entre os mais fortes de que há registo, agrave significativamente os impactos climáticos e faça subir as temperaturas para níveis recorde até ao final de 2026 e durante 2027. Trará secas a algumas regiões, chuvas intensas e inundações a outras, bem como stress térmico generalizado.¹⁵⁸

Quando o El Niño atingiu pela última vez uma intensidade comparável, em 2015–2016, 60 milhões de pessoas foram diretamente afetadas, com impactos devastadores na agricultura e na segurança alimentar, e efeitos em cascata nos meios de subsistência, na água e no saneamento e na saúde.¹⁵⁹

Nos próximos dois anos, prevê-se que este padrão de impactos se repita, colocando ainda mais pressão sobre os sistemas alimentares e fazendo subir os preços dos alimentos, que já se encontram sob pressão. Agravado pela fragilidade e pelos conflitos, o Famine Early Warning Systems Network (FEWS NET) estimou, em junho de 2026, que entre 115 milhões e 125 milhões de pessoas necessitariam de assistência alimentar urgente até dezembro de 2026, sendo o risco de fome já uma realidade em vários países.¹⁶⁰



Cenário em Port-au-Prince, no Haiti, na sequência da passagem do furacão Matthew, que atingiu o país em outubro de 2016. O poderoso fenómeno El Niño proporcionou o calor oceânico que contribuiu para a intensificação do furacão Matthew, transformando-o numa tempestade catastrófica. Fotografia: UN Photo/Logan Abassi

A produção e o consumo de alimentos em muitas regiões estão cada vez mais vulneráveis ao aumento das temperaturas, aos padrões de precipitação imprevisíveis e à progressiva degradação dos solos. A maioria das pessoas nos países de baixos rendimentos depende da agricultura e dos recursos naturais para a sua vida e meios de subsistência, setores e práticas particularmente afetados pelas alterações climáticas.¹⁶¹

Os dados demonstram uma desigualdade acentuada no acesso aos alimentos, tanto em termos de quantidade como de qualidade, entre países e dentro dos próprios países, incluindo no acesso a dietas nutritivas e saudáveis. No total, 2,3 mil milhões de pessoas, sobretudo no Sul Global, enfrentaram insegurança alimentar moderada ou grave em 2024,¹⁶² e o fosso de insegurança alimentar entre homens e mulheres aumentou 46% desde 2023.¹⁶³ Os choques relacionados com o clima estão a limitar ainda mais a produção e o consumo de alimentos, sobretudo entre os agregados familiares de baixos rendimentos.

Na África Oriental, na África Austral e no Médio Oriente, os conflitos e os choques climáticos, incluindo inundações e ciclones, empurraram mais de 87 milhões de pessoas para a insegurança alimentar.¹⁶⁴

A desigualdade determina, em grande medida, quem ganha e quem perde com estas alterações nos padrões: quem passa fome e durante quanto tempo e quem colhe os benefícios. Recorrendo ao modelo de três etapas apresentado na Secção 2.3.1, é possível compreender como e por que razão os impactos do colapso climático são distribuídos de forma tão injusta.

3.2. O círculo vicioso à luz do modelo de três etapas

3.2.1. Exposição desigual dos sistemas alimentares aos impactos climáticos

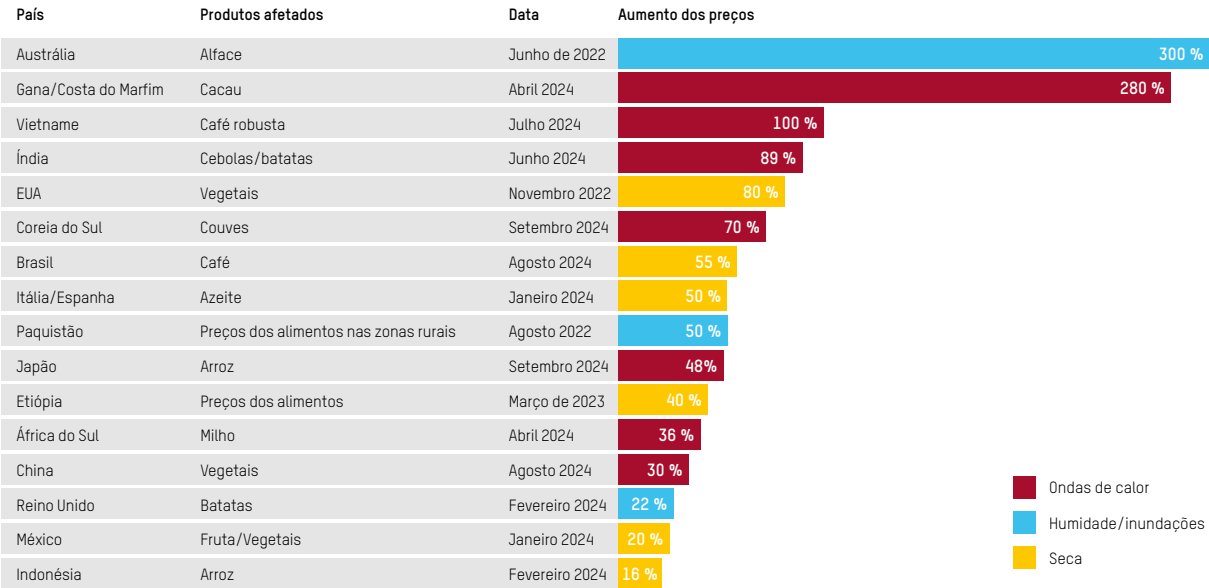
A maioria das regiões agrícolas do mundo registou tanto um rápido aumento das temperaturas como uma maior secura da atmosfera. Aproximadamente 1,7 mil milhões de pessoas vivem em zonas onde a insegurança alimentar é atribuível a perdas de produtividade agrícola provocadas pela degradação dos solos. Os países de rendimento médio são os mais afetados, com quase mil milhões de pessoas afetadas. Nos países de rendimentos elevados, a utilização intensiva de fatores de produção permitiu manter a produtividade, mas aumentou os danos ambientais.¹⁶⁵

Os pequenos agricultores estão desproporcionalmente concentrados em zonas de agricultura de sequeiro, áridas, montanhosas, costeiras e ambientalmente marginais, onde a agricultura depende das condições meteorológicas locais e está, por isso, mais diretamente exposta às secas, inundações, degradação dos solos e alterações nos padrões de precipitação.¹⁶⁶ A agricultura de pequena escala é particularmente importante para as comunidades de baixos rendimentos do Sul Global, muitas das quais dependem da produção alimentar local tanto para os seus meios de subsistência como para a sua subsistência.

De forma semelhante, as comunidades piscatórias de pequena escala enfrentam uma elevada exposição às alterações climáticas devido à sua dependência direta de ecossistemas marinhos e de água doce sensíveis ao clima.¹⁶⁷ O pastoreio, praticado por entre 200 milhões e 500 milhões de pessoas em mais de 75% dos países do mundo, está também altamente exposto à variabilidade climática. A dependência dos pastores de pastagens sensíveis ao clima e a sua mobilidade sazonal colocam-nos num risco acrescido de escassez de água, degradação das pastagens e perda de gado devido às alterações climáticas.¹⁶⁸

As pessoas que vivem no limiar ou abaixo do limiar de pobreza estão também mais expostas em períodos de volatilidade dos preços dos alimentos. Os choques nos preços dos alimentos provocados pela crise climática estão a tornar-se mais frequentes e intensos e prevê-se que provoquem mais casos de desnutrição, sendo os agregados familiares de baixos rendimentos os mais afetados pela escassez de alimentos e pelo aumento dos preços.¹⁶⁹ A Imagem 10 mostra o aumento dos preços de produtos específicos provocado pelas alterações climáticas numa série de países.

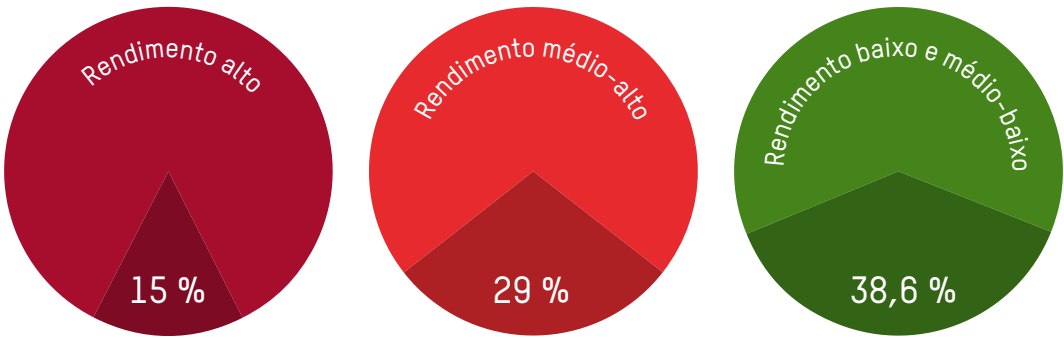
IMAGEM 10. PERCENTAGEM DE AUMENTO DOS PREÇOS DOS ALIMENTOS PROVOCADO PELAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



Fonte: S. Butler (2025).¹⁷⁰

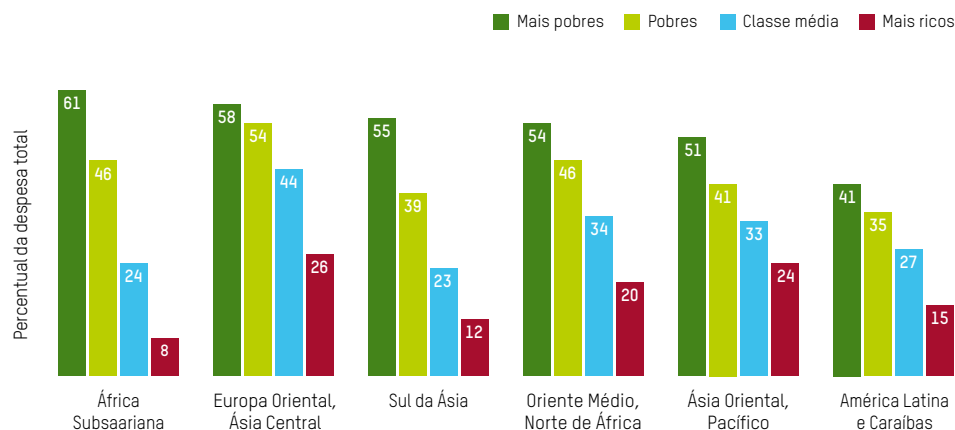
Os agregados familiares de baixos rendimentos estão mais expostos aos choques nos preços dos alimentos porque destinam uma parcela muito maior das suas despesas totais à alimentação do que os agregados familiares mais ricos. Nos EUA, o quintil mais pobre da população gasta 33% dos seus rendimentos em alimentação, em comparação com 8% entre o grupo de rendimentos mais elevados.¹⁷¹ Para uma pessoa num país de baixos ou médios-baixos rendimentos, a parcela do seu rendimento gasta em alimentação é 2,74 vezes superior à de uma pessoa num país de rendimentos elevados.¹⁷² As Imagens 11 e 12 destacam esta disparidade entre grupos de rendimento.

IMAGEM 11. DESPESA ANUAL COM ALIMENTAÇÃO VERSUS DESPESA TOTAL DE CONSUMO



Fonte: USDA Economic Research Service (2022); USDA Economic Research Service (ERS) (2023); USDA Economic Research Service (ERS) (2025) – tratado pela Our World in Data.¹⁷³

IMAGEM 12. PERCENTAGEM DAS DESPESAS TOTAIS DOS AGREGADOS FAMILIARES DESTINADA A ALIMENTOS E BEBIDAS, POR CATEGORIA DE RENDIMENTO: PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, 2010



Fonte: M. Bangalore et al. (2017).¹⁷⁴ Nota: Calculado com base no valor total do consumo em 2010 (US\$, valores ajustados pela paridade do poder de compra) nos países em desenvolvimento. Os grupos de consumo baseiam-se nos dados da distribuição global dos rendimentos: mais pobres = menos de 2,97 dólares per capita por dia; pobres = entre 2,97 e 8,44 dólares per capita por dia; classe média = entre 8,44 e 23,03 dólares per capita por dia; mais abastados = mais de 23,03 dólares per capita por dia.

3.2.2 Vulnerabilidade dos sistemas alimentares aos impactos climáticos

Embora os riscos climáticos afetem os sistemas alimentares a nível mundial, os seus impactos são condicionados pelas estruturas existentes de raça, classe, etnia, género e geografia, produzindo resultados desiguais, apesar de a produção alimentar mundial ser mais do que suficiente para um mundo sem fome. As pessoas que vivem na pobreza sofrem mais do que as pessoas ricas porque as desigualdades preexistentes determinam o acesso aos alimentos, aos meios de subsistência, à terra e aos recursos.¹⁷⁵ As estimativas modelizadas do acesso aos alimentos sugerem que as desigualdades dentro dos países aumentaram, mesmo enquanto a desigualdade entre países diminuiu, deixando claro que a insegurança alimentar relacionada com o clima é cada vez mais mediada pelas disparidades socioeconómicas internas.¹⁷⁶

As mulheres, os pequenos agricultores, as comunidades piscatórias, os povos indígenas e as comunidades racializadas continuam a apresentar taxas desproporcionalmente elevadas de desnutrição e insegurança alimentar, apesar dos esforços para adaptar os sistemas alimentares locais às alterações climáticas.¹⁷⁷ Os pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas dispõem frequentemente de recursos financeiros limitados, têm acesso restrito a fatores de produção agrícola e a infraestruturas e enfrentam fortes limitações de acesso aos mercados.¹⁷⁸ Muitos também não têm acesso aos sistemas de proteção social e às redes de segurança necessárias para absorver e recuperar dos choques climáticos.¹⁷⁹ As mulheres são particularmente afetadas não só devido à sua concentração na agricultura de pequena escala, mas também devido a desigualdades estruturais de género, como a insegurança da posse da terra, que limitam a sua capacidade de adaptação e recuperação.¹⁸⁰

Na Europa, os agregados familiares de baixos rendimentos têm uma probabilidade 10,9 pontos percentuais superior à dos agregados familiares de rendimentos médios de enfrentar insegurança alimentar, à medida que as ondas de calor e as secas se tornam mais frequentes.¹⁸¹ Os aumentos dos preços dos alimentos relacionados com o clima intensificam ainda mais a vulnerabilidade, porque os agregados familiares mais pobres gastam uma parcela muito maior dos seus rendimentos em alimentação e, por isso, têm uma capacidade limitada para absorver o aumento dos preços.¹⁸² Como demonstra o estudo de caso apresentado na Caixa 8, as comunidades pobres têm cada vez mais dificuldade em manter uma alimentação adequada, à medida que os impactos climáticos perturbam os sistemas alimentares e aumentam a volatilidade dos preços.

Os efeitos vão muito além da simples quantidade ou qualidade dos alimentos à mesa. Quando a alimentação representa uma parcela tão elevada das despesas dos agregados familiares, os choques nos preços dos alimentos obrigam as famílias a fazer escolhas difíceis, por exemplo, dando prioridade à alimentação das crianças e dos homens em detrimento das mulheres, ou reduzindo as despesas com a educação ou os cuidados de saúde.¹⁸³ As pessoas mais abastadas, por outro lado, têm a possibilidade de reduzir as despesas discricionárias, como férias, alimentos de luxo e veículos.

Caixa 8. As alterações climáticas agravam a vulnerabilidade no Corredor Seco da América Central

O Corredor Seco da América Central tem sido fortemente afetado pelas alterações climáticas, sobretudo na Guatemala, em El Salvador e nas Honduras. Os padrões meteorológicos irregulares, marcados pela alternância entre períodos de seca e chuvas intensas, têm provocado perdas significativas nas comunidades rurais dependentes da agricultura de subsistência¹⁸⁴ e constituem um dos principais fatores da deslocação forçada da América Central para a América do Norte.

A investigação da Oxfam na Guatemala e nas Honduras conclui que 5,7 milhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar moderada ou grave nos dois países e que a insegurança alimentar nas zonas rurais não é apenas uma questão de consumo, mas resulta de desigualdades estruturais e relacionadas com o clima que se acumulam ao longo do tempo.¹⁸⁵ Os baixos rendimentos, a elevada dependência da agricultura de pequena escala e de baixa rentabilidade, as reservas alimentares insuficientes, a exposição recorrente a choques e perdas climáticas e a capacidade limitada para absorver os impactos sem comprometer os meios de subsistência futuros aumentaram a vulnerabilidade para níveis alarmantes.



Uma cultura de milho devastada ao sopé do vulcão Tolimán, na Guatemala, um lembrete contundente da intensificação da crise alimentar mundial. Photo: Zoonar/Tolo/Alamy

Caixa 8 continuação

A extrema fragilidade económica conduziu a uma situação em que mais de metade da população da Guatemala e das Honduras gasta cerca de 65% do seu rendimento em alimentação, enquanto mais de um terço destina 75% ou mais do seu rendimento à alimentação, deixando os agregados familiares com recursos muito limitados para a saúde, a educação, a habitação e outras necessidades básicas. Cerca de 68% dos inquiridos na Guatemala e 82% nas Honduras afirmam ter de recorrer a estratégias de adaptação de crise, como vender terras, ferramentas e gado, racionar os alimentos, saltar refeições e reduzir a qualidade da alimentação.¹⁸⁶

A desigualdade de género agrava ainda mais os impactos desiguais da crise na região. Os agregados familiares encabeçados por mulheres apresentam níveis significativamente mais elevados de insegurança alimentar moderada ou grave do que os agregados familiares encabeçados por homens. Na Guatemala, 44% dos agregados familiares encabeçados por mulheres enfrentam insegurança alimentar, em comparação com 35% dos encabeçados por homens; nas Honduras, os valores correspondentes são 51% e 38%.¹⁸⁷

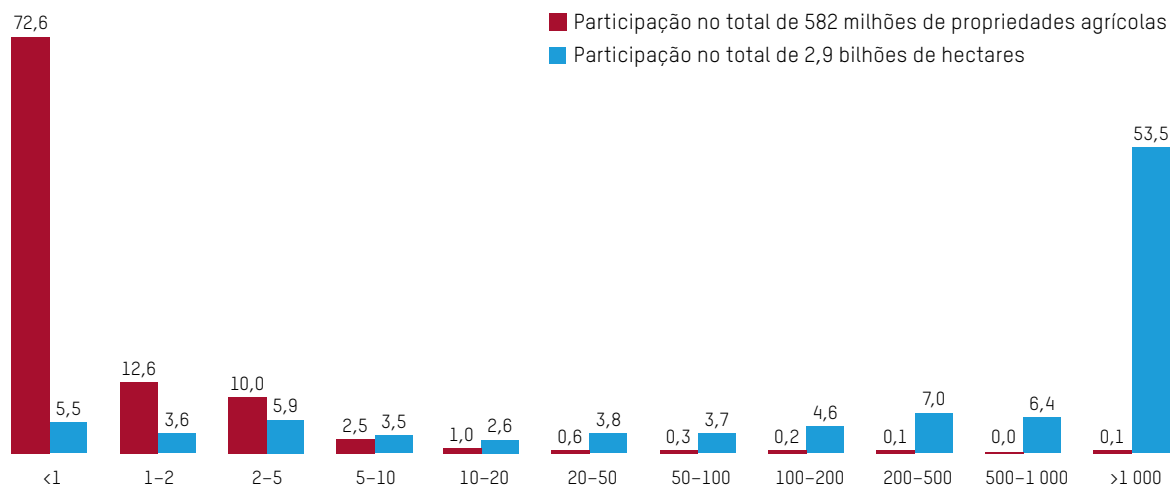
3.2.3. Resiliência das comunidades à crise alimentar provocada pelas alterações climáticas

Nos sistemas de produção alimentar, a resiliência refere-se à capacidade dos agricultores e produtores de alimentos para adaptar as práticas agrícolas, absorver perdas e manter a produção sob pressão climática. No que diz respeito ao consumo, a resiliência das pessoas depende da sua capacidade para manter um acesso estável a alimentos acessíveis e nutritivos durante períodos de crise e volatilidade. Os produtores e consumidores mais abastados conseguem, em geral, investir mais na adaptação, diversificar as fontes de rendimento, contratar seguros e absorver o aumento dos custos dos alimentos, enquanto as comunidades mais pobres dispõem de margens de manobra muito mais reduzidas para fazer face aos impactos e recuperar.¹⁸⁸

A crise climática está a intensificar as consequências de um mercado alimentar e agrícola global moldado pela desigualdade económica e pela concentração empresarial, reforçando a resiliência de alguns intervenientes enquanto fragiliza a de outros.

Um número muito reduzido e cada vez menor de pessoas ricas, empresas e agentes financeiros está a alargar o seu controlo sobre uma parcela crescente das terras agrícolas em todo o mundo. As explorações agrícolas com mais de 1000 hectares ocupam mais de metade das terras agrícolas mundiais, apesar de representarem apenas 0,1% do total das explorações agrícolas (Imagem 13).¹⁸⁹ A apropriação do setor agroalimentar pelas empresas, através de grandes investimentos no agronegócio centrados em modelos de produção industrial, está a transformar o sistema alimentar e a forma como as terras agrícolas são detidas e utilizadas, em benefício das empresas e dos investidores. Isto afeta diretamente a resiliência de 500 milhões de pequenos agricultores e de 982 milhões de trabalhadores agrícolas, ao mesmo tempo que ameaça os sistemas locais de produção alimentar.

IMAGEM 13. DISTRIBUIÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E DAS ÁREAS DE TERRAS AGRÍCOLAS POR DIMENSÃO DA EXPLORAÇÃO



Fonte: FAO (2026).¹⁹⁰ Nota: Esta imagem baseia-se nos dados mais recentes disponíveis dos recenseamentos agrícolas de 131 países desde 2006, estimando-se que abranjam 98% dos agricultores do mundo. O número total de explorações agrícolas apresentado na imagem difere do número total de explorações projetado para 2025, referido no texto, em linha com o declínio previsto do número global de explorações agrícolas.

Nas últimas décadas, as empresas norte-americanas e europeias assumiram uma posição dominante na agricultura industrial, enquanto as empresas da China, do Brasil e da Índia estão cada vez mais a reproduzir modelos extrativistas semelhantes no Sul Global. A aquisição de terras agrícolas e o controlo dos processos e das tecnologias permitem-lhes controlar os preços de mercado.¹⁹¹

As grandes empresas do agronegócio nos EUA e na UE recebem milhares de milhões de dólares em subsídios, que reduzem os seus custos de produção e lhes permitem exportar culturas básicas e produtos pecuários a preços com os quais os pequenos agricultores dos países mais pobres não conseguem competir.¹⁹² Combinadas com práticas laborais exploradoras, a monocultura e as economias de escala, estas dinâmicas fragilizam os sistemas alimentares locais e reduzem a resiliência dos pequenos produtores.¹⁹³

Os proprietários de explorações agrícolas com maiores recursos financeiros estão também mais bem posicionados para investir em tecnologias avançadas, sistemas de irrigação e fatores de produção que aumentam a produtividade e reforçam a sua capacidade de adaptação. Os agricultores e trabalhadores agrícolas mais pobres carecem frequentemente do capital necessário para realizar investimentos semelhantes, agravando as desigualdades em matéria de resiliência e adaptação.¹⁹⁴ As novas abordagens “inteligentes do ponto de vista climático”, privilegiadas pelo “grande agronegócio”, estão geralmente fora do seu alcance.

As grandes empresas do agronegócio têm também, em geral, um bom acesso a seguros agrícolas, crédito, infraestruturas de armazenamento, sistemas de irrigação e reservas de sementes, fertilizantes e outros fatores de produção agrícola. Estas salvaguardas permitem aos grandes produtores absorver perdas temporárias, estabilizar a produção e recuperar mais rapidamente após perturbações relacionadas com o clima. Os pequenos agricultores, pelo contrário, operam frequentemente com poupanças mínimas e acesso limitado a seguros ou a reservas de fatores de produção, o que significa que uma única colheita perdida pode comprometer a capacidade de produção futura e reduzir a segurança alimentar do agregado familiar.¹⁹⁵

Ironicamente, o sistema agroalimentar mundial é responsável por 32% das emissões de carbono, resultantes da agricultura e do uso dos solos, mas também do armazenamento, transporte, embalagem, transformação, comércio e consumo de alimentos, o que faz deste setor um dos principais alvos da transição ecológica. Embora a transição para modelos agrícolas menos prejudiciais e a adaptação às alterações climáticas exijam investigação, desenvolvimento e inovação, muitas soluções práticas já estão disponíveis. A agroecologia, uma abordagem com séculos de existência praticada por milhões de pequenos agricultores em todo o mundo, já demonstrou proporcionar múltiplos benefícios sociais, económicos e ambientais, mas continua a carecer de apoio através de políticas públicas adequadas e de financiamento.¹⁹⁶

3.3. Para poucos, não para muitos

O colapso climático não só compromete a produção alimentar, sobretudo nas comunidades e nos agregados familiares mais expostos, como também acentua as estruturas desiguais que determinam quem consegue recuperar das perdas, adaptar as suas práticas e manter um acesso seguro aos alimentos. Mas, numa crise, quem ganha tende a ganhar muito. As pessoas mais ricas do mundo, e as empresas que dirigem e nas quais investem, não estão apenas protegidas dos impactos das alterações climáticas; estão também a beneficiar diretamente delas, explorando o aumento dos preços dos alimentos e a produção alimentar desigual para obter grandes lucros.

SECÇÃO

QUATRO

Capitalizar a crise climática:
capitalismo de desastre e
lucro com as crises

Mesmo à medida que as consequências de um planeta que aquece rapidamente se tornam cada vez mais evidentes, os próprios atores que mais contribuíram para as alterações climáticas estão agora a aproveitar a oportunidade para transformar o caos em lucro.

A economia global é desigual por definição: privilegia a riqueza privada em detrimento da riqueza pública, com o objetivo de maximizar os lucros dos proprietários e acionistas das maiores empresas do mundo. Esta busca incessante pelo lucro contribuiu para alimentar o colapso climático. E as pessoas e empresas mais ricas não se limitam a proteger-se dos seus impactos; procuram também oportunidades para acumular ainda mais riqueza e poder através dos danos que causaram.

Numerosos estudos documentaram a forma como as empresas obtêm enormes lucros com atividades que aceleram o aquecimento global, por exemplo, através da exploração de combustíveis fósseis e do desenvolvimento e comercialização de bens e serviços intensivos em carbono.¹⁹⁷ Esta secção centra-se, no entanto, na forma como os super-ricos e as suas empresas lucram com a resposta a catástrofes e a adaptação às alterações climáticas, bem como com as duas crises interligadas de volatilidade dos preços dos alimentos e escassez alimentar provocadas pelo aquecimento global.

4.1. Lucrar com a catástrofe

A gravidade e a frequência crescentes das catástrofes provocadas pelas alterações climáticas, bem como os custos que impõem às comunidades afetadas, têm-se tornado uma oportunidade cada vez mais rentável para empresas privadas oportunistas gerarem receitas. As próprias catástrofes estão a transformar-se num novo mercado para muitas empresas, instituições financeiras e investidores (Caixa 9) que procuram especular com o caos. Permitir que o setor privado lidere a resposta às catástrofes e obtenha lucros com elas significa desviar dinheiro de quem mais precisa para os lucros dos acionistas e atribuir recursos com base nas margens de lucro, em vez de nas necessidades das pessoas.

Caixa 9. As catástrofes climáticas abrem caminho à privatização dos bens públicos

Na Grécia, os repetidos incêndios florestais durante o período de austeridade aumentaram a pressão exercida pelos credores internacionais para a privatização dos setores da energia e das infraestruturas, enquanto os cortes na despesa pública resultantes da austeridade enfraqueceram a capacidade do Estado para gerir catástrofes.¹⁹⁸ No Paquistão, depois de as cheias de 2022 terem destruído mais de 20 000 escolas, os bancos multilaterais de desenvolvimento promoveram ativamente a participação do setor privado na sua reconstrução e na gestão da educação, acelerando tendências já existentes de externalização da educação através de parcerias público-privadas (PPP) e de modelos de prestação híbridos.¹⁹⁹ Relatórios anteriores da Oxfam demonstraram que a privatização nestes e noutros setores conduz a uma maior desigualdade na prestação e no acesso.²⁰⁰

4.1.1. Dinheiro público para benefício privado: a ajuda e o setor privado

Historicamente, as agências governamentais, as Nações Unidas e as organizações não governamentais (ONG) internacionais lideravam a maior parte das operações de resposta a catástrofes. As ONG nacionais e as organizações de base comunitária também desempenhavam um papel importante. Nos últimos anos, porém, a resposta e a recuperação após catástrofes evoluíram: o setor privado passou de fornecedor contratado de bens, como alimentos, medicamentos e produtos de higiene, a assumir operações de resposta humanitária totalmente externalizadas. A investigação da Oxfam documentou uma apropriação dos esforços de desenvolvimento pelo financiamento privado, que inclui a substituição de subvenções por empréstimos, uma abordagem que se revelou ineficaz e contribuiu para empurrar países para crises de endividamento extremo.²⁰¹ Apenas 12% do financiamento privado mobilizado foi canalizado para países de baixos rendimentos.²⁰² As alegações de que os recursos públicos podem estimular o investimento privado também não se confirmaram: as evidências mostram que cada dólar de investimento público mobilizou apenas 0,75 dólares de financiamento privado,²⁰³ apesar de um estudo do Banco Mundial estimar que esse valor ascende a 1,6 dólares.²⁰⁴

As parcerias público-privadas (PPP) nos setores da saúde e da educação são frequentemente mais dispendiosas do que o financiamento público e criam enormes riscos orçamentais para os Estados.²⁰⁵



Descarga de bens de ajuda humanitária destinados às pessoas afetadas pelas inundações no Paquistão, agosto de 2010. Foto: Trappe/Alamy

4.1.2. As alterações climáticas alimentam oportunidades de lucro

Na sequência de catástrofes, o setor privado é frequentemente chamado a intervir nas operações de limpeza e reconstrução, incluindo a remoção de resíduos e destroços e a reconstrução ou reparação de edifícios e infraestruturas. O índice Prepare and Repair (P&R) da Bloomberg, que acompanha empresas envolvidas na preparação e recuperação após catástrofes, mostra até que ponto esta indústria se tornou lucrativa: entre 2019 e 2024, o P&R superou o S&P 500, que reúne as maiores empresas dos EUA, em 10 pontos percentuais por ano.²⁰⁶

As alterações climáticas têm potencial para acelerar ainda mais esta tendência. Só nos EUA, o custo dos impactos climáticos atingiu quase 1 bilião de dólares nos 12 meses entre 2024 e 2025, o equivalente a 3% do produto interno bruto (PIB) do país.²⁰⁷ Prevê-se que o mercado global de recuperação após catástrofes cresça de 70 mil milhões para 92 mil milhões de dólares por ano até 2029, impulsionado cada vez mais por fenómenos meteorológicos extremos relacionados com as alterações climáticas.²⁰⁸

Os investidores mais ricos procuram agora consolidar o mercado, levando as grandes empresas a adquirir empresas de recuperação de forma acelerada.²⁰⁹ As empresas de capital privado têm estado na linha da frente destas aquisições de empresas especializadas na recuperação após catástrofes.²¹⁰ Estas práticas conduzem frequentemente a preços mais elevados para os consumidores e a salários e condições de trabalho piores para os trabalhadores,²¹¹ incluindo no setor da recuperação após catástrofes.²¹²

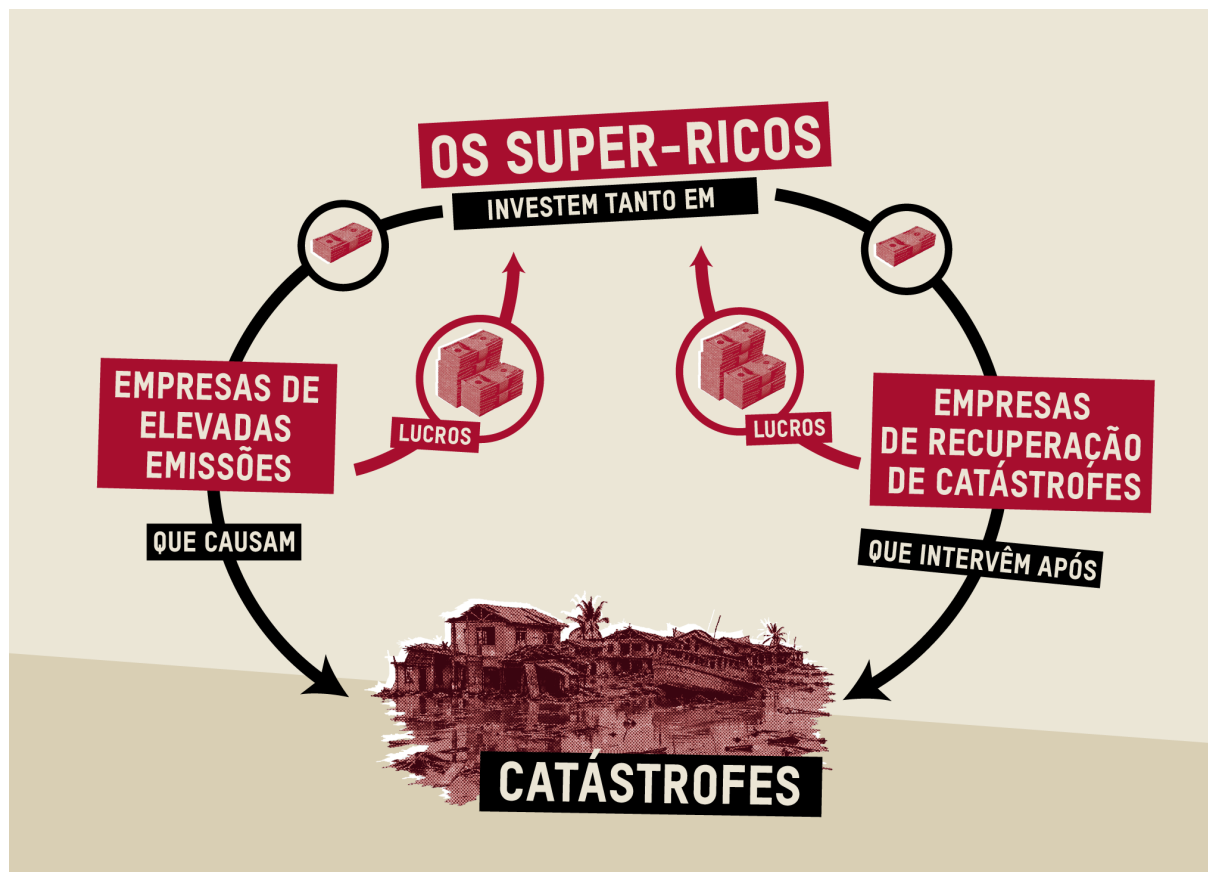
4.1.3. Investidores lucram duas vezes com as catástrofes

Muitas vezes, são as próprias empresas que obtêm enormes lucros ao alimentar as alterações climáticas que, em simultâneo, arrecadam somas avultadas com a limpeza e recuperação após catástrofes. Por exemplo, até muito recentemente, a empresa de capital privado Blackstone lucrava com investimentos na empresa de resposta a catástrofes Servpro, ao mesmo tempo que obtinha grandes receitas através do financiamento de várias empresas de combustíveis fósseis.²¹³ Entre estas encontrava-se a central elétrica General James Gavin Power Plant, no Ohio (vendida à Energy Capital Partners em 2025),²¹⁴ uma das maiores fontes individuais de poluição por carvão nos EUA.²¹⁵ As seguradoras reproduzem este padrão, obtendo enormes lucros através de investimentos em empresas de combustíveis fósseis, enquanto se mostram cada vez mais relutantes em oferecer cobertura contra riscos relacionados com as alterações climáticas que possam reduzir as suas margens de lucro.²¹⁶

Alguns dos maiores investidores do mundo têm participações em empresas que lucram tanto com atividades que provocam catástrofes climáticas como com a prestação de serviços de mitigação ou recuperação. Ao cruzar as empresas cotadas em bolsa incluídas na base de dados Carbon Majors²¹⁷ (que reúne os maiores produtores mundiais de petróleo, gás, carvão e cimento), com o índice Bloomberg P&R²¹⁸ (que inclui empresas envolvidas na mitigação das alterações climáticas ou na recuperação após catástrofes), a Oxfam criou uma amostra, a que chamou índice «Destruir e Reconstruir», composta por 217 empresas que lucram com a criação de catástrofes climáticas, com a preparação para as mesmas ou com a recuperação após as catástrofes.

As empresas do índice “Destroy and Rebuild” obtiveram, em média, 1,8 mil milhões de dólares americanos em 2025, distribuindo, em média, mais de 1 mil milhões de dólares americanos pelos acionistas. A análise das participações acionistas nestas empresas revela que os grandes investidores estão a obter um duplo retorno com as catástrofes climáticas.

IMAGEM 14. INVESTIDORES SUPER-RICOS QUE APOIAM OS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS E OUTRAS INDÚSTRIAS ALTAMENTE POLUENTES TAMBÉM LUCRAM COM A PREPARAÇÃO PARA CATÁSTROFES E COM AS OPERAÇÕES DE LIMPEZA



Os investimentos de seis grandes gestores de ativos (incluindo a Vanguard, a BlackRock e a State Street) representam mais de um quarto do valor de todas as empresas incluídas no índice “Destruir e Reconstruir”. Dez gestores de ativos têm investimentos em mais de 90% destas empresas, sendo que a BlackRock e a Vanguard têm participações em 92% das empresas do índice: o total dos investimentos das duas nestas empresas ascende a mais de 1 bilhão de dólares.²¹⁹

A investigação revela também de que forma os fundos de investimento que afirmam estar centrados em fatores ambientais, sociais e de governação (ESG) estão a lucrar com as empresas Carbon Majors. Foram identificados oito fundos ESG que investem em pelo menos 25% das empresas Carbon Majors cotadas em bolsa. Por exemplo, o HC Capital Trust Catholic SRI Growth Portfolio, que é especificamente comercializado como um fundo que “integra valores católicos nas suas decisões de investimento”,²²⁰ detém participações em 45% das empresas Carbon Majors, incluindo a Exxon Mobil, a Chevron, a Shell, a BHP e a TotalEnergies, algumas das maiores empresas poluidoras do mundo. O BlackRock Carbon Transition Readiness Aware Fund, que “oferece uma forma de investir na transição para uma economia de baixo carbono”,²²¹ detém participações em 19% das empresas Carbon Majors.²²²

4.1.4. As catástrofes abrem portas a agendas neoliberais: um alerta da história

A recuperação após catástrofes pode abrir caminho ao avanço de novas agendas neoliberais, como a privatização dos serviços públicos, a desregulamentação e os benefícios fiscais para pessoas ricas e poderosas.²²³ Embora as alterações climáticas possam não ser um fator em todas as catástrofes, as lições retiradas de muitos exemplos históricos constituem um forte alerta para um futuro em que a escala e a frequência das catástrofes irão certamente aumentar devido ao aquecimento global.

No rescaldo do tsunami do Oceano Índico de 2004, assistiu-se a uma privatização generalizada da costa do Sri Lanka para dar lugar ao turismo de luxo e a promotores imobiliários, desalojando mais de 1,5 milhões de pessoas, sobretudo comunidades piscatórias pobres e tradicionais.²²⁴



Palmetto Point, fotografado em outubro de 2020, onde está a ser construído o Barbuda Ocean Club. Foto: Global Legal Action Network

Na sequência do furacão Irma, em 2017, a reconstrução de Barbuda envolveu a substituição de zonas costeiras naturais e zonas húmidas por residências de luxo e um campo de golfe, privando muitos pescadores de pequena escala e habitantes locais do acesso ao mar.²²⁵ A relação entre promotores imobiliários, investidores famosos e governos tem sido contestada pelos habitantes de Barbuda, com alegações de clientelismo,²²⁶ à medida que são enfraquecidas as leis que garantem a propriedade comum das terras.²²⁷

Porto Rico foi deliberadamente deixado ao abandono e sem apoio por parte do Governo federal dos EUA na sequência do furacão Maria, em 2017.²²⁸ À medida que o território recuperava da catástrofe, o governador aproveitou a oportunidade para privatizar a rede elétrica,²²⁹ o que levou a um aumento subsequente do número de apagões, incluindo em abril de 2022, quando toda a ilha ficou sem eletricidade.²³⁰

4.1.5. Preparação e adaptação às catástrofes: quem lucra?

O setor privado encara cada vez mais o investimento na adaptação, ou seja, na disponibilização de intervenções e tecnologias destinadas a preparar para as alterações climáticas e a atenuar os seus impactos, como uma fonte de receitas promissora. Os intermediários financeiros promovem a “economia verde” como uma oportunidade de investimento de um bilião de dólares americanos, projetando que a dimensão do mercado aumente de 1 bilião de dólares americanos para uns possíveis 4 biliões de dólares americanos até 2050, se as temperaturas globais aumentarem a um ritmo mais acelerado.²³¹ Por outras palavras, quanto mais quente estiver o planeta, maiores serão os lucros das empresas e dos investidores. As soluções de adaptação abrangem desde a inteligência meteorológica e o equipamento de combate a incêndios até à proteção contra inundações e aos sistemas de refrigeração.



Ativistas participam numa manifestação com um cartaz onde se lê “financiamento da adaptação já”, na Cimeira do Clima COP28 da ONU, sexta-feira, 8 de dezembro de 2023, no Dubai, Emirados Árabes Unidos. Foto: AP Photo/Peter Dejong/Alamy

Ao mesmo tempo, existe uma enorme lacuna no financiamento da adaptação: as necessidades são 12 vezes superiores ao atual financiamento público baseado em subvenções disponibilizado para a adaptação.²³² Os governos dos países ricos, interessados em evitar o pagamento, gostam de afirmar que o financiamento privado é a resposta. Na realidade, o atual financiamento privado destinado à adaptação corresponde a apenas cerca de 3% das necessidades totais estimadas de financiamento da adaptação nos países em “desenvolvimento”.²³³ Apesar das afirmações retóricas sobre o poder do financiamento privado, a maior parte do financiamento existente para a adaptação às alterações climáticas continua, com razão, a ser assegurada pelo setor público. As abordagens ao financiamento do desenvolvimento centradas nos investidores privados muitas vezes não conseguem alcançar resultados porque a ganância e os incentivos ao lucro se sobrepõem a tudo o resto.²³⁴ Enquanto as empresas e os investidores esperam que o setor público reduza o risco dos seus investimentos, pagando pelas infraestruturas que lhes garantirão um lucro, procuram utilizar fundos públicos para socializar os riscos, de modo a poderem privatizar os benefícios.

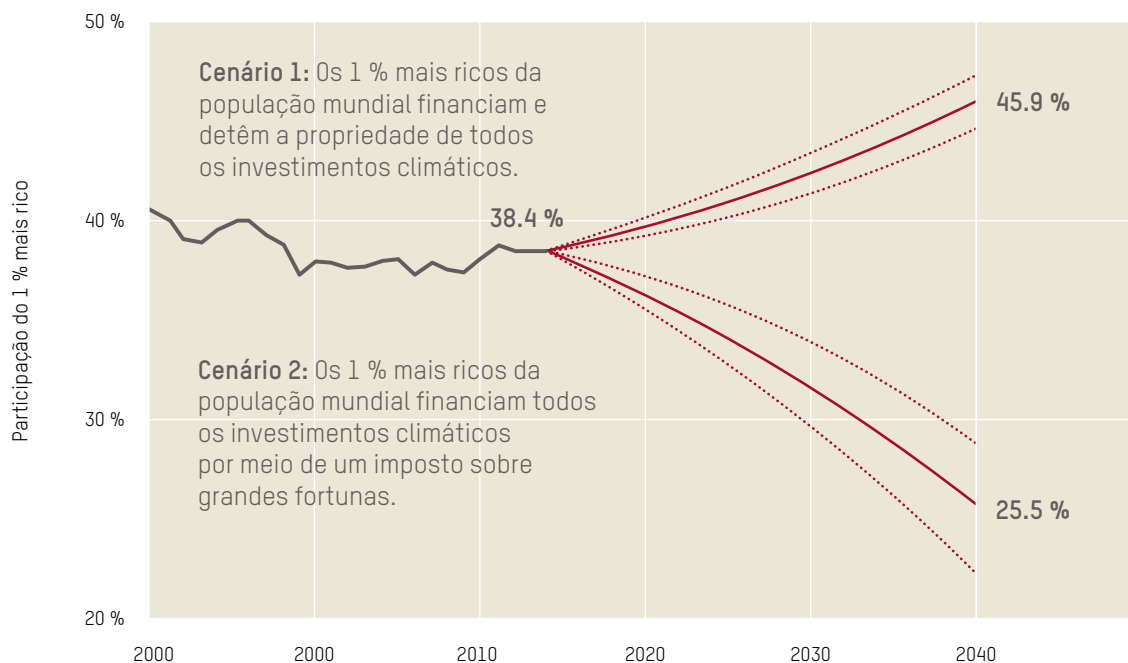
A dependência de empresas que procuram maximizar os lucros para assegurar a preparação e a adaptação às catástrofes pode significar que os serviços são de má qualidade e excessivamente caros. Também implica o risco de as respostas serem determinadas pelas forças do mercado, e não pelas necessidades sociais. Por exemplo, uma investigação conduzida pelo Estado sobre corrupção num projeto de controlo de inundações no valor de 8,5 mil milhões de dólares americanos nas Filipinas concluiu que os contratos estavam sobrevalorizados e que as defesas contra as inundações ficaram inacabadas ou não chegaram sequer a ser construídas. Num dos estados, metade dos projetos de controlo de inundações não estava localizada em zonas de risco de inundação.²³⁵

As companhias de seguros têm-se visto obrigadas a adaptar-se aos custos das catástrofes climáticas: no primeiro semestre de 2025, os eventos climáticos globais tiveram um custo de 162 mil milhões de dólares americanos (dos quais 126 mil milhões de dólares americanos corresponderam aos EUA), sendo 100 mil milhões de dólares americanos cobertos por seguros.²³⁶ No entanto, como demonstra a Secção 2, os seguros estão, por definição, orientados para as pessoas mais ricas, enquanto as pessoas com menos recursos e que se encontram em situação de elevado risco não conseguem obter seguro ou deparam-se com prémios de seguro incommensuravelmente elevados. Em alguns estados dos EUA, por exemplo, os seguros apoiados pelo Estado intervêm como seguradores de último recurso quando as companhias de seguros se retiram, mas isso pode criar um incentivo perverso à construção em zonas afetadas por tempestades.²³⁷

Isto acontece também a nível governamental. O Governo do Malawi pagou 4,7 milhões de dólares americanos por um seguro contra a seca a um grupo apoiado pelo G7 e, quando o país foi atingido pela catástrofe em 2016, o custo total dos danos ascendeu a 395 milhões de dólares americanos. No entanto, o grupo segurador, que funcionava como uma organização sem fins lucrativos, mas transferia mais de metade do risco de seguro para companhias de resseguro com fins lucrativos, recusou-se inicialmente a efetuar qualquer pagamento e acabou por chegar a um acordo para pagar apenas 8 milhões de dólares americanos, ou seja, 2% do total dos danos.²³⁸

Se a transição verde for financiada através de investimento privado em vez de investimento público, tal contribuirá para agravar ainda mais as desigualdades de riqueza. As escassas receitas públicas serão utilizadas para garantir a rentabilidade dos investimentos privados e o pagamento das dívidas aos investidores do setor privado. Dado que a maioria destes investidores se encontra entre as pessoas mais ricas do mundo (os 1% mais ricos detêm 43% de todos os ativos financeiros), uma transição verde liderada pelo setor privado representaria um enorme impulso para as fortunas privadas. A alternativa claramente preferível é tributar os 1% que já detêm uma enorme riqueza e utilizar esses recursos para financiar o investimento público. A equipa do World Inequality Lab, em Paris, estimou que, se todo o investimento climático necessário para alcançar a meta de 1,5 °C, cerca de 266 biliões de dólares americanos em despesa acumulada até 2050, fosse financiado pelos 1% mais ricos, a sua parcela da riqueza aumentaria 25,6 pontos percentuais (Imagem 15).²³⁹ Por outro lado, se os investimentos fossem propriedade do setor público, a parcela da riqueza detida pelos 1% mais ricos diminuiria 13 pontos percentuais.

IMAGEM 15. PARCELA DA RIQUEZA MUNDIAL DETIDA PELOS 1% MAIS RICOS ENTRE 2000 E 2025, VALORES OBSERVADOS E PROJETADOS



Fonte: L. Chancel e C. Mohren (2025).²⁴⁰

4.2. Lucrar com o agravamento da escassez alimentar e a subida dos preços dos alimentos

Tal como referido na Secção 2, o aquecimento global está a provocar um aumento sustentado dos preços dos alimentos, ao mesmo tempo que torna os alimentos cada vez mais escassos e inacessíveis para as pessoas com menores rendimentos. Os custos não são distribuídos de forma equitativa ao longo das cadeias de valor nem entre as empresas do setor alimentar, e alguns proprietários multimilionários estão a obter lucros enormes com esta crise. O mercado é dominado por um pequeno número de grandes empresas, o que lhes permite, simultaneamente, pressionar em baixa os preços pagos aos agricultores e explorar os consumidores.

A análise de fenómenos meteorológicos extremos demonstrou como as empresas podem utilizar as quebras na oferta relacionadas com as alterações climáticas como justificação para aumentar os preços para além do aumento dos custos de produção. Em 2024, fenómenos meteorológicos extremos danificaram as colheitas de cacau na África Ocidental, fazendo com que os preços disparassem cerca de 231% em termos homólogos, sem que os produtores de cacau beneficiassem de qualquer aumento dos seus rendimentos.²⁴¹ Chuvas intensas na Indonésia e secas no Brasil e no Vietname, em 2024, contribuíram para uma subida acentuada dos preços do café, com um aumento de 38,8% face à média do ano anterior.²⁴² As empresas de comércio de café, que atuam como intermediárias nas cadeias de abastecimento, obtiveram enormes lucros em consequência desta situação. O segmento de aprovisionamento da ofi (Olam Food Ingredients), cuja atividade comercial inclui café e cacau, registou um crescimento homólogo de 6,1% nos resultados antes de juros e impostos em 2024,²⁴³ enquanto a Louis Dreyfus, uma empresa de comércio de produtos agrícolas, atribuiu o crescimento da sua atividade de café às margens de lucro mais elevadas no Brasil e no Vietname.²⁴⁴

Os efeitos indiretos nas populações de animais de criação também podem desencadear uma forte volatilidade dos preços. Durante o surto de gripe aviária H5N1 de 2021-2025, uma doença zoonótica sensível às alterações climáticas, foram abatidas mais de 120 milhões de aves nos EUA, incluindo um grande número de galinhas poedeiras, reduzindo drasticamente a oferta e triplicando os preços, apesar de os custos da alimentação terem

permanecido relativamente estáveis.²⁴⁵ As evidências demonstram também que, uma vez que os fornecedores aumentam os seus preços em resposta a situações temporárias de escassez provocadas pelas alterações climáticas, os preços elevados dos alimentos persistem. Por exemplo, entre setembro e outubro de 2023, o Índice de Preços dos Alimentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) a nível mundial caiu 11,5%, mas os preços internos continuaram a aumentar em todos os grupos de países. Os países de baixo rendimento e os países de rendimento médio-baixo registaram as taxas mais elevadas de inflação alimentar interna persistente, com os seus preços a aumentarem 30% e 12%, respetivamente.²⁴⁶

A capacidade das empresas do setor alimentar para prosperarem durante uma crise, seja uma guerra, uma pandemia ou uma catástrofe provocada pelas alterações climáticas, deve constituir um sério alerta de que, à medida que os alimentos se tornam cada vez mais escassos devido às alterações climáticas, as empresas e os bilionários estarão em condições de lucrar com esta situação. Os mercados agrícolas são dominados por quatro empresas (Archer-Daniels-Midland Company, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus), que, em 2022, controlavam cerca de 50%-60% do comércio mundial de cereais, oleaginosas e culturas proteaginosas.²⁴⁷ Uma investigação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)²⁴⁸ conclui que os lucros dos principais comerciantes de produtos alimentares tendem a aumentar durante uma crise, tendo-se registado um aumento acentuado dos lucros em 2021-2022, quando a volatilidade dos preços disparou devido às perturbações nas cadeias de abastecimento provocadas pela COVID-19 e à invasão da Ucrânia pela Rússia. No exercício financeiro terminado em 31 de maio de 2023, as receitas da Cargill atingiram o nível mais elevado de sempre, aumentando 7% face a 2022,²⁴⁹ antes de diminuírem em 2024 e 2025,²⁵⁰ acompanhando a mesma tendência de descida dos preços dos alimentos.²⁵¹

IMAGEM 16. A INDÚSTRIA ALIMENTAR É DOMINADA POR BILIONÁRIOS CUJA RIQUEZA AUMENTOU DURANTE MÚLTIPLAS CRISES NAS CADEIAS ALIMENTARES



A Cargill deixou de divulgar publicamente os seus lucros durante a pandemia,²⁵² pelo que não é possível avaliar em que medida as suas margens de lucro se alteraram. A Archer-Daniels-Midland registou os maiores lucros de sempre no segundo trimestre de 2022.²⁵³ Dez fundos de cobertura obtiveram lucros estimados em 1,9 mil milhões de dólares americanos antes da subida dos preços dos alimentos provocada pela guerra na Ucrânia,²⁵⁴ e a especulação excessiva sobre matérias-primas alimentares, conjugada com as alterações climáticas, agravou ainda mais os preços dos alimentos.²⁵⁵ A guerra ilegal dos EUA e de Israel contra o Irão também impulsionou os lucros das empresas envolvidas na produção de fertilizantes, à medida que os preços da energia aumentaram.²⁵⁶

A indústria alimentar é dominada por bilionários, que são proprietários de algumas das maiores empresas do setor alimentar do mundo. Em termos reais, a sua riqueza aumentou mais de 130 mil milhões de dólares americanos desde 2020, à medida que lucram com as múltiplas crises que afetam as cadeias alimentares.²⁵⁷ A Cargill, uma das maiores empresas de comércio de produtos alimentares do mundo, conta atualmente com 21²⁵⁸ membros da família entre os bilionários, contra 14 em 2019, antes da pandemia de COVID-19.²⁵⁹

Nada disto tem de acontecer. Os impactos desiguais do colapso climático podem ser significativamente reduzidos, e a redução das desigualdades pode, desde logo, diminuir os impactos globais. O agravamento das desigualdades, que atualmente empurra cada vez mais pessoas que vivem na pobreza para uma situação de pobreza extrema, enquanto os super-ricos acumulam uma riqueza cada vez maior, não é inevitável. Tão-pouco o é o consumo excessivo de carbono que devasta o nosso planeta e impede as pessoas de terem segurança alimentar e meios de subsistência sustentáveis. Estes problemas resultam de escolhas políticas e de sistemas económicos viciados, reforçados pela captura das políticas públicas por interesses empresariais. A Secção 5 apresenta uma agenda progressista para a mudança, baseada numa maior igualdade.

SECÇÃO

CINCO

Capitalizar a crise climática:
capitalismo de desastre e
lucro com as crises

O círculo vicioso da desigualdade climática pode ser quebrado. A desigualdade transforma os impactos climáticos em catástrofes humanitárias. Mas o inverso também é verdade: os países mais igualitários têm, de forma consistente, maior capacidade para evitar que fenómenos meteorológicos extremos se transformem em tragédias. Opções de política baseadas em evidências sólidas e na experiência concreta demonstram que um mundo mais igualitário, que erradique a fome e preserve a riqueza natural do nosso planeta perante o caos climático, não só é possível como está ao nosso alcance.

Caixa 10. As medidas de Cuba para fazer face aos furacões recorrentes

O compromisso político continuado de Cuba com a igualdade e a justiça social desempenhou um papel fundamental na criação de infraestruturas sociais e físicas capazes de fazer face aos furacões frequentes e de reduzir a desigualdade dos seus impactos.²⁶⁰ Um elemento fundamental desta abordagem é o modelo socioeconómico de Cuba, que reduz a vulnerabilidade e investe no capital social através do acesso universal aos serviços públicos e da promoção da equidade social. Tal conduziu a um investimento continuado em infraestruturas sociais e físicas e no reforço das capacidades do Estado em matéria de preparação e resposta a catástrofes. Neste contexto, o país desenvolveu uma abordagem abrangente à preparação para catástrofes e à gestão dos riscos associados a tempestades tropicais, reconhecida pelas Nações Unidas e pela Cruz Vermelha.²⁶¹



Residentes são evacuados de autocarro nas proximidades de Santa Cruz del Sur, na província cubana de Camagüey, antes da chegada do furacão Ernesto, em agosto de 2006. O Governo cubano coordena frequentemente evacuações em massa antes da chegada de tempestades de grande intensidade, a fim de evitar vítimas mortais. Fotografia: AP Photo/Javier Galeano/Alamy

Caixa 10 continuação

O nível de proteção proporcionado é significativo. Por exemplo, quando o furacão George atingiu Cuba e a República Dominicana com a mesma intensidade, em 1998, morreram 64 vezes mais pessoas na República Dominicana,²⁶² um país com uma população menor do que a de Cuba, mas com níveis de desigualdade muito mais elevados. A história repetiu-se duas décadas mais tarde, quando, em 2016, o furacão Matthew causou 40 mortes nos EUA e 1000 no Haiti, enquanto nenhuma vida se perdeu em Cuba. Do mesmo modo, em 2017, quando os furacões Maria e Irma, de categoria 5, atingiram a região, provocaram 10 mortes em Cuba, 66 nos EUA e 2975 em Porto Rico.²⁶³

5.1. Políticas para reduzir as emissões das pessoas mais ricas e assumir a sua responsabilidade pela reparação dos danos causados

As emissões dos indivíduos e das empresas super-ricos do mundo estão a impulsionar a crise climática. A par dos países ricos historicamente responsáveis pelas maiores emissões, têm a responsabilidade de reduzir as emissões primeiro e mais rapidamente. Têm também a responsabilidade de reparar os danos causados pela crise climática que criaram e de pagar pelos impactos que esta tem nos países de baixo rendimento e nas pessoas que vivem na pobreza.

Os governos devem:

- Introduzir e implementar planos climáticos nacionais ambiciosos, alinhados com o Acordo de Paris e baseados no princípio da quota-parte justa, reduzindo as emissões a um ritmo suficientemente rápido para limitar o aquecimento a 1,5 °C e assegurando que os que têm maior responsabilidade atuam primeiro e mais rapidamente. Isto significa que os países mais ricos e as pessoas mais ricas, cujas emissões excedem largamente as de todas as outras pessoas, devem assumir a liderança na realização de reduções rápidas e profundas.²⁶⁴
- Tributar as pessoas e empresas mais ricas, de modo a reduzir significativamente e rapidamente as suas emissões e o seu envolvimento em atividades poluentes. Tal implica:
 - Aumentar os impostos aplicáveis aos 1% mais ricos da população, através da introdução de impostos progressivos permanentes sobre a sua riqueza e os seus rendimentos.²⁶⁵
 - Introduzir um imposto permanente sobre os grandes poluidores dirigido às empresas de combustíveis fósseis,²⁶⁶ aplicando uma taxa de imposto mais elevada aos lucros dessas empresas que excedam um limiar de referência baixo.
 - Aplicar taxas de imposto adicionais mais elevadas sobre a riqueza e os rendimentos provenientes de investimentos poluentes e sobre lucros extraordinários,²⁶⁷ ou tributar os lucros excessivos obtidos pelas empresas através do controlo dos mercados.²⁶⁸
 - Introduzir impostos punitivos sobre bens e atividades de luxo com elevadas emissões, como os jatos privados.²⁶⁹
- Regular as empresas e os investidores, de modo a reduzir radical e equitativamente as emissões de carbono. Tal inclui obrigar as empresas e os investidores a: divulgar integralmente as emissões de Âmbito 1, 2 e 3 em todas as suas operações e cadeias de abastecimento; comunicar regularmente os progressos realizados no cumprimento das metas de redução; e estabelecer metas ambiciosas, baseadas na ciência, com vias claramente definidas para reduzir as emissões em todos os âmbitos, em conformidade com o Acordo de Paris.²⁷⁰



Ativistas na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2025, em Belém, Brasil, exigem que os poluidores ricos assumam a responsabilidade e paguem pelos danos. Foto: Karelia Pallan

5.2. Aumentar substancialmente o financiamento climático destinado ao Sul Global

A comunidade internacional deve reparar as injustiças históricas que deram origem à crise climática através de uma ação concertada e reforçada. Durante demasiado tempo, os países do Norte Global não cumpriram as suas obrigações de aumentar substancialmente o financiamento climático destinado ao Sul Global, de modo a garantir equidade, justiça e reparações.²⁷¹

Dado que os países ricos foram responsáveis pela maior parte da atual crise climática e têm uma maior capacidade de ação, o Acordo de Paris obriga-os a prestar assistência financeira aos países em desenvolvimento, tanto para reduzir as emissões como para se adaptarem às alterações climáticas. Na cimeira COP29 sobre o clima, em 2024, foi estabelecida uma nova meta de aumentar o financiamento climático para, pelo menos, 300 mil milhões de dólares americanos por ano até 2035, face aos atuais 100 mil milhões de dólares americanos por ano (níveis de 2024),²⁷² a par de uma trajetória destinada a mobilizar 1,3 biliões de dólares americanos por ano para os países em desenvolvimento até 2035. Na COP30, foi também decidido dar resposta aos atuais níveis inadequados de apoio, estabelecendo o objetivo de triplicar o financiamento da adaptação até 2035. Tanto o atual nível de financiamento climático como as metas adotadas continuam muito aquém das necessidades identificadas na literatura.²⁷³

Os governos dos países ricos devem cumprir os seus compromissos e aumentar drasticamente o financiamento climático a curto e médio prazo, dando prioridade ao financiamento público e baseado em subvenções. O incumprimento destes compromissos não só comprometerá a implementação dos Novos Objetivos Climáticos estabelecidos na COP29 e na COP30, como também prejudicará os progressos nas negociações e colocará em risco a confiança na ação climática coletiva. Tal significará que os países que já estão a pagar o preço da inação devido à falta de financiamento sofrerão ainda mais.

Os países ricos devem:

- Disponibilizar pelo menos 300 mil milhões de dólares americanos por ano até 2035, sobretudo através de financiamento baseado em subvenções.
- Assegurar um equilíbrio entre a mitigação e a adaptação e incluir as perdas e danos.
- Dar prioridade à disponibilização de financiamento climático através dos Fundos Climáticos das Nações Unidas, não só para implementar o Objetivo Climático, mas também para assegurar um melhor acesso por parte das comunidades.
- Evitar formas de financiamento que gerem dívida e excluir os empréstimos comerciais de qualquer tipo de financiamento climático.
- Utilizar abordagens baseadas nos direitos, lideradas a nível local, sensíveis às questões de género, participativas e inclusivas na atribuição e implementação do financiamento climático, de modo a garantir benefícios concretos para as comunidades que se encontram na linha da frente da crise climática.
- Facilitar uma adaptação baseada nas comunidades, centrada nas pessoas e liderada a nível local, através do acesso direto ao financiamento destinado a soluções de adaptação, complementado, sempre que necessário, por apoio financeiro e técnico.

Caixa 11: As inundações no Nepal e o custo da falta de ação climática

Em 26 de agosto de 2026, uma avalanche de gelo e rochas com origem na bacia hidrográfica de Lhende Khola, no Nepal, provocou inundações repentinas de grandes proporções que devastaram tudo o que encontraram no seu caminho ao longo do corredor dos rios Bhote Koshi, Trishuli e Narayani. Até 15 de setembro, tinham sido dadas como mortas 1 410 pessoas e 6 145 continuavam desaparecidas, tendo sido afetadas 1,6 milhões de pessoas em cinco distritos, sendo Rasuwa, Nuwakot e Dhading os mais afetados.²⁷⁴

Estas inundações rapidamente se transformaram numa das catástrofes climáticas mais chocantes dos últimos anos, não só devido à sua magnitude sem precedentes, mas também ao elevado número de vítimas e ao aumento vertiginoso das perdas e dos danos. Estima-se que os custos das perdas e dos danos ascendam a 2,7 mil milhões de dólares, aos quais acrescem 4,8 mil milhões de dólares em custos de recuperação imediata e a longo prazo, perfazendo um total de quase 7,5 mil milhões de dólares,²⁷⁵ o equivalente a 16 % do PIB do país, de 45,5 mil milhões de dólares.²⁷⁶



Casas danificadas pelas inundações em Trishuli Bazaar, Nuwakot. Foto: Sharada Bashyal/Oxfam

Caixa 11 continuação

Em 2024, o Nepal foi classificado como o 6.º país mais afetado por fenómenos meteorológicos extremos.²⁷⁷ No entanto, um relatório recente da Oxfam estimou que, entre 2011 e 2021, o Nepal recebeu um total de apenas 5,7 mil milhões de dólares em financiamento climático, o equivalente a pouco mais de 76 % do custo total das inundações de 2026. O relatório também lança luz sobre a natureza do financiamento recebido, sendo mais de 60 % sob a forma de empréstimos, principalmente não concessionais, o que agrava o peso da dívida do Nepal. Os bancos multilaterais de desenvolvimento foram os principais financiadores, representando 58 % do financiamento climático total, mas 98 % deste foi concedido sob a forma de instrumentos de dívida, e não de subvenções.²⁷⁸

Este panorama sustenta o apelo a um maior financiamento climático público sob a forma de subvenções acessíveis e capazes de responder às necessidades imediatas e à natureza das catástrofes climáticas. Faz eco dos apelos do Governo do Nepal ao Fundo de Resposta a Perdas e Danos (FRLD), no sentido de assegurar uma compensação de emergência rápida, direta e eficaz.²⁷⁹

5.3. Reduzir as desigualdades e redistribuir a riqueza das pessoas mais ricas para as pessoas que vivem na pobreza

As evidências apresentadas ao longo deste relatório deixam uma coisa inequivocamente clara: a desigualdade transforma os impactos climáticos em catástrofes humanitárias. No entanto, o inverso também é verdade: os países com uma distribuição mais equitativa da riqueza, sistemas sólidos de proteção social e serviços públicos universais de qualidade têm, de forma consistente, maior capacidade para evitar que fenómenos meteorológicos extremos se transformem em tragédias. Durante os impactos climáticos, estas proteções funcionam como estabilizadores automáticos, impedindo que os agregados familiares caiam na pobreza e assegurando uma maior resiliência às alterações climáticas. As pessoas estão mais bem preparadas para enfrentar os impactos climáticos, resistir a inundações, incêndios e secas, minimizar as perdas e os danos e reconstruir as suas vidas.

Os governos devem introduzir medidas políticas ambiciosas e progressistas para reduzir radicalmente a desigualdade económica e transformar as sociedades em sociedades mais igualitárias, em prol do bem-estar humano e da prosperidade do planeta.

Neste momento crítico, a comunidade internacional deve redobrar os esforços para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10, que visa reduzir as desigualdades entre o Norte Global e o Sul Global, assegurando, em particular, que o rendimento dos 10% mais ricos não seja superior ao rendimento dos 40% mais pobres a nível mundial.²⁸⁰

Os governos devem elaborar imediatamente planos nacionais para reduzir a desigualdade que incluam estabelecer metas realistas e calendarizadas para reduzir a desigualdade económica:

- Tributar os super-ricos, sobretudo sobre a riqueza e os rendimentos de capital, a taxas suficientemente elevadas para reduzir a desigualdade, e eliminar as lacunas fiscais exploradas pelos super-ricos e pelas empresas multinacionais.²⁸¹
- Pôr termo aos monopólios privados e limitar a influência das pessoas ricas e dos grupos de pressão empresariais sobre as políticas públicas.²⁸²
- Criar sistemas de governação e instituições democráticas transparentes e responsáveis.²⁸³
- Aumentar todos os salários para um nível que assegure um rendimento digno e consagrar os direitos laborais, garantindo o acesso universal a serviços públicos de qualidade, como os cuidados de saúde, os serviços de apoio à infância e a educação.²⁸⁴
- Garantir serviços públicos de água, transportes e energia para todos, assegurando a sua sustentabilidade e acessibilidade económica.

5.4. Reorientar as políticas públicas para minimizar a exposição, reduzir a vulnerabilidade e promover uma adaptação mais equitativa.

A adaptação às alterações climáticas deve reduzir as desigualdades, em vez de as reforçar. As políticas públicas devem minimizar a exposição aos riscos climáticos, reduzir a vulnerabilidade e reforçar a resiliência, em particular das comunidades marginalizadas e expostas aos riscos climáticos. As políticas de adaptação e resiliência devem, por conseguinte, ser baseadas nos direitos, sensíveis às questões de género, lideradas a nível local e inclusivas, e concebidas explicitamente para corrigir os impactos desiguais das alterações climáticas. Os sistemas de proteção social desempenham um papel fundamental na redução da vulnerabilidade estrutural e na viabilização da adaptação às alterações climáticas a longo prazo e, por isso, devem constituir uma componente central das políticas públicas de resiliência e adaptação. Os governos devem:

- Criar sistemas universais de proteção social abrangentes e baseados nos direitos:
 - Introduzir programas que garantam a segurança dos rendimentos, permitindo aos agregados familiares antecipar os riscos e investir em estratégias de adaptação.
 - Promover o emprego público inclusivo e o investimento em serviços universais de saúde de qualidade e em empregos no setor dos cuidados.²⁸⁵
 - Criar sistemas de assistência de emergência rápidos e flexíveis que ativem transferências monetárias,²⁸⁶ subsídios de curto prazo e ajuda alimentar em caso de choques.
 - Reconhecer que o trabalho não remunerado e os cuidados constituem a base das respostas às catástrofes climáticas, redistribuir ativamente as responsabilidades de cuidado na comunidade e apoiar as mulheres e os líderes comunitários enquanto primeiros intervenientes, a fim de minimizar o impacto dos choques e reforçar os esforços de recuperação.²⁸⁷
- Reforçar os meios de subsistência e a resiliência local:
 - Investir em infraestruturas resilientes às alterações climáticas nos setores da educação, saúde, transportes, água e saneamento, de modo a minimizar a interrupção dos serviços públicos e proteger as mulheres do aumento do trabalho de cuidados não remunerado durante as crises.²⁸⁸
 - Reforçar a resiliência e a preparação das comunidades através de sistemas de alerta precoce centrados nas pessoas, do reforço das defesas contra inundações e incêndios florestais, de medidas de evacuação e de formação dos funcionários públicos e dos líderes locais em matéria de resposta às alterações climáticas, com especial atenção às comunidades mais vulneráveis.²⁸⁹
 - Apoiar as comunidades no desenvolvimento de meios de subsistência sustentáveis e resilientes às alterações climáticas, proporcionar formação e reforço de competências para uma transição verde, dando prioridade aos cuidados, à agroecologia e à proteção da biodiversidade.
 - Apoiar estratégias de adaptação inclusivas e lideradas a nível local que reforcem a resiliência²⁹⁰ local e rejeitar soluções de adaptação orientadas pelo mercado e pelo lucro que agravem as desigualdades.
 - Garantir que as comunidades afetadas pelas alterações climáticas estão na linha da frente da conceção de soluções de adaptação.²⁹¹

Caixa 12. Cooperativas de mulheres como líderes da adaptação a nível local na Türkiye

As cooperativas de mulheres nos setores agrícola e têxtil da Türkiye estão na vanguarda da adaptação climática liderada a nível local, demonstrando que a resiliência enraizada nas comunidades emerge mesmo perante pressões que se acumulam.

As cooperativas de mulheres em Izmir, Muğla, Hatay e Malatya enfrentam graves perturbações: as inundações impedem as colheitas, o granizo reduz a qualidade e a comercialização das culturas e as secas obrigam a recorrer a dispendiosos camiões-cisterna para o abastecimento de água. Num dos casos, as geadas do final da primavera provocaram a perda de até 70% das colheitas de alperces de cooperativas como a Zeynep Ana Women's Cooperative, em Malatya, devastando os meios de subsistência das suas associadas, das suas famílias e das trabalhadoras sazonais.

Estes impactos são agravados por desigualdades estruturais. O aumento dos custos de irrigação, energia e fertilizantes reduz margens de lucro já de si reduzidas, enquanto os prémios de seguro são incomportáveis, sobretudo para organizações desfavorecidas sem títulos de propriedade ou históricos de crédito formais. A Begonvil Women's Cooperative, em Muğla, constatou que o seu seguro era insuficiente para cobrir os danos causados pelas inundações nas suas instalações têxteis, enquanto a Bayındır Women's Cooperative, em Izmir, não tinha qualquer cobertura, tornando praticamente impossível a recuperação da sua produção de sabão e de plantas ornamentais.



A Cooperativa de Mulheres Devrek Güneşi produz bens regionais sob a marca “Devrek Güneşi”, em Devrek, Zonguldak, Türkiye. Através desta iniciativa sustentável liderada por mulheres, as mulheres locais preservam produtos tradicionais da região, integrando simultaneamente técnicas inovadoras para desenvolver modelos de produção resilientes às alterações climáticas. Foto: KEDV Archive

Caixa 12 continuação

As empresas mais abastadas têm acesso a seguros abrangentes, mas estas mulheres não, obrigando-as a esgotar os seus próprios recursos para manter as suas atividades. As cooperativas de mulheres desenvolveram, por isso, estratégias de adaptação baseadas no contexto local, assentes em gerações de conhecimentos ecológicos, como a conservação dos solos, a compostagem e a gestão da água, que refletem práticas de gestão responsável dos recursos com uma longa tradição.

A Gümöz Women's Cooperative, em Izmir, em vez de dar como perdidas as tangerinas danificadas pelas inundações, começou a transformá-las em vinagre, colónia e pó, preservando simultaneamente os meios de subsistência, reduzindo o desperdício e diversificando as linhas de produtos. As cooperativas de mulheres põem em prática os princípios da economia circular, não enquanto quadro de políticas, mas como uma expressão vivida da capacidade de adaptação e da solidariedade.

Este modelo reflete um recurso fundamental, mas subvalorizado. As mulheres que se organizam coletivamente possuem capacidades de adaptação específicas, enraizadas nos seus papéis enquanto gestoras de recursos e detentoras de conhecimentos. As estruturas das cooperativas de mulheres reduzem a vulnerabilidade individual através da partilha de trabalho, da partilha de conhecimentos e da distribuição dos riscos, princípios fundamentais da adaptação transformadora. Ao funcionarem com base na solidariedade, em vez da concorrência, as cooperativas de mulheres constroem redes de proteção social que absorvem desigualdades que os mercados não só não conseguem corrigir, como também reproduzem ativamente.

No entanto, as comunidades, por si só, não conseguem atenuar plenamente todos os impactos do colapso climático. Os governos devem introduzir políticas que abordem a distribuição dos riscos, reconheçam os fatores de risco identificados pelas mulheres e pelas comunidades de base e apoiem as suas estratégias de adaptação.

5.5. Construir sistemas alimentares justos e resilientes às alterações climáticas

As alterações climáticas estão a tornar os alimentos cada vez mais escassos, sujeitos a maior volatilidade de preços e inacessíveis, sobretudo para as pessoas que vivem na pobreza. Ao mesmo tempo, a concentração empresarial ao longo dos sistemas alimentares está a intensificar as desigualdades, a enfraquecer a resiliência e a permitir que atores poderosos lucrem com as crises. Os governos devem transformar os sistemas alimentares para garantir a disponibilidade de alimentos nutritivos a preços acessíveis, proteger os pequenos produtores e os trabalhadores agrícolas, reforçar a resiliência e dar prioridade às pessoas, e não aos lucros das empresas.

- Rejeitar os modelos de agricultura industrial e reequilibrar a produção e a distribuição de alimentos:
 - Facilitar o acesso dos agricultores a terras aráveis, sistemas de irrigação, bancos comunitários de sementes e fatores de produção agrícola, e introduzir regras comerciais mais justas e flexíveis que contribuam para reforçar os sistemas alimentares locais.
 - Proteger as terras agrícolas e impedir a sua conversão para utilizações improdutivas, como a produção de biocombustíveis ou os regimes de mitigação das alterações climáticas em terras aráveis.
 - Investir em investigação e desenvolvimento de fatores de produção mais eficazes e ecologicamente sustentáveis, variedades de plantas resilientes às alterações climáticas e novas tecnologias de armazenamento e transformação.
 - Disponibilizar financiamento climático adequado, equitativo e acessível aos pequenos produtores de alimentos, dando especial atenção às mulheres e aos grupos marginalizados.²⁹²

- Reduzir as desigualdades na posse da terra e combater os seus fatores determinantes:
 - Redistribuir a propriedade da terra, desencorajar as alterações do uso do solo que agravam as desigualdades na posse da terra, como os projetos de grande escala e as monoculturas de grande escala que deslocam os pequenos produtores e responder melhor às reivindicações das populações rurais em matéria de acesso à terra e de controlo sobre a mesma.²⁹³
 - Introduzir sistemas sólidos de governação fundiária centrados nas pessoas que reconheçam os direitos consuetudinários e coletivos sobre a terra e os direitos dos povos indígenas; combater os obstáculos políticos e estruturais que afetam as mulheres agricultoras e garantir os seus direitos sobre a terra e o acesso aos recursos; prevenir a apropriação de terras e os despejos forçados; e assegurar que o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) seja garantido no que respeita aos povos indígenas e aplicado como princípio de boa prática no que respeita a outras comunidades.²⁹⁴

Caixa 13. O Plano Popular para habitação resiliente às alterações climáticas em eThekwiní, África do Sul

Em 2022, inundações catastróficas atingiram a área metropolitana alargada de Durban, na África do Sul, expondo fortes desigualdades raciais e de rendimento que persistiam desde a era do apartheid.²⁹⁵ Os assentamentos informais, onde vive um quarto da população, foram os mais afetados: 544 pessoas morreram, 42 000 foram deslocadas e a cidade sofreu danos superiores a 3,6 mil milhões de dólares americanos.²⁹⁶

O apoio do Estado durante e após a crise foi lento e irregular. Os residentes, as organizações comunitárias, os grupos de base, os urbanistas, os académicos e as autoridades reuniram-se para colmatar esta lacuna e formaram a Coligação de Durban.



As casas das pessoas foram arrastadas pelas águas em Ntuzuma, nos arredores de Durban, África do Sul, terça-feira, 12 de abril de 2022. As chuvas prolongadas e as inundações na província sul-africana de KwaZulu-Natal causaram muitas mortes. Foto: AP Photo/Str/Alamy

Caixa 13 continuação

Elaboraram o Plano Popular pelo Direito à Habitação na Era das Alterações Climáticas, um novo plano de ação para uma maior resiliência climática e uma cidade mais igualitária, lançado em novembro de 2024.²⁹⁷ O plano representou um compromisso arduamente negociado, centrado na habitação, a prioridade expressa pelas comunidades de baixos rendimentos, e na reparação das infraestruturas de água e saneamento, defendida pelos residentes mais abastados. No entanto, ambas as partes reconheceram pontos em comum: melhorar as infraestruturas deficientes, exigir responsabilidades ao governo e reduzir a vulnerabilidade.²⁹⁸

- O plano assenta em quatro programas:
- Governação inclusiva e estruturas institucionais.
- Resiliência climática nos aglomerados humanos.
- Apoio à habitação para pessoas deslocadas, especialmente trabalhadores migrantes e refugiados.
- Segurança da posse da terra.

Um dos pilares fundamentais do plano é a gestão de catástrofes ao nível das comunidades, proporcionando formação e equipamento às equipas de emergência dos bairros, com o apoio do Estado. Trata-se de um exemplo de adaptação liderada a nível local na prática: soluções concebidas e conduzidas pelas pessoas que estão mais próximas dos riscos, assentes na experiência direta, em vez de prescrições impostas de cima para baixo.²⁹⁹

Quando eThekwiní publicou o seu Plano Integrado de Desenvolvimento (PID) de 2023, não deu resposta à principal reivindicação da coligação de reconstruir a cidade de forma mais equitativa em vez de simplesmente restaurar o que existia antes.³⁰⁰ No entanto, na sequência de uma ação concertada de defesa de direitos, a cidade concordou em integrar o Plano Popular no PID representando uma vitória não só para a adaptação liderada pelos cidadãos, mas também para a ação unida em prol da igualdade.

5.6. Fim ao capitalismo de desastre nem lucros obtidos à custa do sofrimento

As catástrofes climáticas não devem transformar-se em oportunidades de exploração, especulação e controlo monopolista. No entanto, as empresas estão cada vez mais a lucrar com a resposta às catástrofes, a reconstrução, a adaptação e as crises alimentares, enquanto as comunidades mais afetadas lutam para recuperar. Os governos devem limitar o poder excessivo das empresas e garantir que a resposta às alterações climáticas dá prioridade às necessidades das pessoas, e não aos lucros dos acionistas.

- Limitar o poder das empresas nas respostas de emergência:
 - Estabelecer e aplicar códigos, normas e regulamentação sólidos para reger a atuação das empresas em contextos de resposta a catástrofes e às alterações climáticas.
 - Introduzir limites aos lucros ou uma tributação dos lucros excessivos das empresas privadas que prestam serviços de resposta de emergência, de modo a evitar lucros excessivos e a especulação com as situações de emergência.³⁰¹
 - Introduzir impostos permanentes sobre os lucros extraordinários das empresas que lucram com situações de crise,³⁰² incluindo catástrofes climáticas, a aplicar novamente em períodos de crise.
 - Introduzir um imposto permanente sobre os lucros dos poluidores, permitindo redistribuir os lucros das empresas de combustíveis fósseis para financiar a ação climática.³⁰³
 - Impor limites temporários aos preços e às margens de lucro das mercadorias essenciais durante catástrofes oficialmente declaradas.
 - Regular os mercados de seguros privados para evitar prémios excessivos ou a retirada de coberturas em zonas de elevado risco e garantir proteção para todos através de medidas como resseguro com apoio governamental, fundos comuns de seguro contra catástrofes, programas que tornem os seguros mais acessíveis, seguros obrigatórios e reduções dos prémios associadas a medidas de reforço da resiliência.³⁰⁴

- Limitar o poder das empresas nos sistemas alimentares durante as catástrofes:
 - Travar uma maior concentração do mercado nos mercados mundiais de fatores de produção agrícola e de matérias-primas, através da introdução de impostos sobre os lucros extraordinários e os lucros excessivos das empresas dos setores alimentar e agrícola.³⁰⁵
 - Introduzir medidas de fixação justa dos preços e de combate à especulação, proibindo ou regulamentando rigorosamente a negociação especulativa de matérias-primas alimentares durante as crises, a fim de evitar aumentos artificiais dos preços e introduzir limites aos preços dos fatores de produção essenciais para a alimentação e a agricultura durante as situações de emergência.
- Reafirmar o papel do setor público e do financiamento público:
 - Reforçar a capacidade do setor público de resposta e recuperação perante catástrofes, de modo a reduzir a dependência do setor privado.
 - Dar prioridade ao financiamento público em detrimento do financiamento privado e disponibilizar financiamento sob a forma de subvenções, em vez de empréstimos.

Um outro futuro continua a ser possível. Criar um mundo mais igualitário permitiria reduzir rapidamente as emissões, tornar os sistemas alimentares mais justos e resilientes e criar sistemas públicos capazes de proteger as pessoas das crises e de as ajudar a adaptar-se aos efeitos das alterações climáticas. Alcançar esse futuro exigirá escolhas políticas arrojadas para limitar a riqueza excessiva e o poder das empresas, investindo simultaneamente na resiliência, nos direitos e nos meios de subsistência da maioria. A justiça climática e a igualdade devem agora constituir a base da ação climática.

**NOTAS
FINAIS**

A horizontal, irregular tear in the red background, revealing a light beige, textured surface underneath. The tear runs across the middle of the text, passing between the words 'NOTAS' and 'FINAIS'.

- 1 Nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Estatística 2.1.
- 2 As mortes calculadas abrangem um período de 100 anos, atingindo um pico cerca de dez anos após as emissões. Este cálculo baseia-se no facto de as emissões de CO₂ atingirem o seu potencial máximo de aquecimento cerca de 10 anos após serem emitidas. Para mais informações, consulte a nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Estatística 2.5.
- 3 S. Lindersson, E. Raffetti, M. Rusca, L. Brandimarte, J. Mård and G. Di Baldassarre. (2023). “The Wider the Gap between Rich and Poor the Higher the Flood Mortality”. *Nature Sustainability*, 6, 995–1005. <https://doi.org/10.1038/s41893-023-01107-7>
- 4 N. Dabi, A. Maitland e A. Nilsson Lewis. (2025). *Pilhagem climática: Como um pequeno grupo poderoso está a condenar o mundo ao desastre* Oxfam International. Consultado em 2 de junho 2026. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/climate-plunder-how-a-powerful-few-are-locking-the-world-into-disaster-621741>
- 5 Nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Estatística 2.1.
- 6 S. Gössling, A. Humpe e J.C. Leitão. (2024). “Private Aviation is Making a Growing Contribution to Climate Change”. *Communications Earth & Environment*, 5, 666. <https://doi.org/10.1038/s43247-024-01775-z>
- 7 VistaJet e Wealth-X. (2018). *The Jet Traveler Report: The Global Perspective on Who Flies Privately and How*. VistaJet. Consultado em 1 de julho de 2026 em <https://www.vistajet.com/globalassets/documents/jettravelerreport.pdf>
- 8 S. Gössling e A. Humpe. (2020). “The Global Scale, Distribution and Growth of Aviation: Implications for Climate Change”. *Global Environmental Change*, 65, 102194. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2020.102194>
- 9 Nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Secção 1.
- 10 E. Ischinsky e D. Tisch. (2023). “Women in the Global Super Rich. An Analysis of the Forbes World’s Billionaires List, 2010–2023”. *Australian Feminist Studies*, 37(114), 458–74. <https://doi.org/10.1080/08164649.2023.2243649>; B.I. Page, J. Seawright e M.J. Lacombe. (2018). *Billionaires and Stealth Politics*. University of Chicago Press.
- 11 L. Valentino e N. Yadon. (2023). “Intersectional Wealth Gaps: Contemporary and Historical Trends in Wealth Stratification among Single Households by Race and Gender”. *Socius*, 9, 1–17. <https://doi.org/10.1177/23294965221139845>
- 12 A. Maitland, M. Lawson, H. Stroot, A. Poidatz, A. Khalfan e N. Dabi. (2022). *Carbon Billionaires: The Investment Emissions of the World’s Richest People*. Oxfam International. Consultado em 1 de julho de 2026 em <https://policy-practice.oxfam.org/resources/carbon-billionaires-the-investment-emissions-of-the-worlds-richest-people-621446/>
- 13 Nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Secção 3.
- 14 As emissões dos investimentos são calculadas atribuindo as emissões de Âmbito 1 e 2 de uma empresa à percentagem de participação que um bilionário detém nessa empresa: se um bilionário detiver 25% de uma empresa, então 25% das emissões são atribuídas à sua carteira de investimentos. Apenas foram incluídos investimentos superiores a 10%, uma vez que estes são considerados de “acionistas principais”, com maior influência sobre a direção e a estratégia da empresa.
- 15 Com base num estudo inovador: S. Schöngart, Z. Nicholls, R. Hoffmann, S. Pelz e C. F. Schleussner, (2025). “High-Income Groups Disproportionately Contribute to Climate Extremes Worldwide”. *Nature Climate Change*, 15, 627–33. <https://doi.org/10.1038/s41558-025-02325-x>
- 16 As mortes calculadas abrangem um período de 100 anos, atingindo um pico cerca de dez anos após as emissões. Este cálculo baseia-se no facto de as emissões de CO₂ atingirem o seu potencial máximo de aquecimento cerca de 10 anos após serem emitidas. Para mais informações, consulte a nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Estatística 2.5.
- 17 Nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Estatística 4.6.
- 18 P. Sisson. (11 de outubro de 2024). *Natural disasters are making a mess of America. Private equity wants the cleanup cash*. Sherwood News. Consultado em 2 de junho 2026. <https://sherwood.news/business/natural-disaster-clean-up-business-private-equity>
- 19 A.J. Stevenson. (26 de agosto de 2024). *Climate stocks storm past S&P 500*. Bloomberg. Consultado em 2 de junho 2026. <https://www.bloomberg.com/professional/insights/sustainable-finance/climate-stocks-storm-past-sp-500>
- 20 Nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Secção 3 – Double dividend
- 21 N. Klein. (2014). *This Changes Everything: Capitalism vs. the Climate*. Simon & Schuster.
- 22 K. Aronoff. (24 de janeiro de 2018) *Puerto Rico governor seizes opportunity created by Hurricane Maria, plans to privatize electric power*. The Intercept. Consultado em 2 de junho 2026. <https://theintercept.com/2018/01/24/puerto-rico-prepa-opportunity-government-plans-to-privatize-electric-power>

- 23 J. Wilkins. (11 de novembro de 2022). *Puerto Rico's electricity nightmare was brought to you by privatization*. Progressive International. Consultado em 2 de junho 2026. <https://progressive.international/wire/2022-11-11-puerto-ricos-electricity-nightmare-was-brought-to-you-by-privatization/en>
- 24 Irish Centre for Human Rights. (2 de abril de 2025). *Barbuda: a case study in disaster capitalism and resistance*. Consultado em 2 de junho 2026. <https://ichrgalway.org/2025/04/02/barbuda-a-case-study-in-disaster-capitalism-and-resistance>
- 25 F. Cappelli, V. Costantini e D. Consoli. (2021). "The Trap of Climate Change-Induced "Natural" Disasters and Inequality". *Global Environmental Change*, 70, 102329. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2021.102329>; S. Lindersson et al. (2023). "The Wider the Gap between Rich and Poor the Higher the Flood Mortality", op. cit.
- 26 S. Lindersson et al. (2023). "The Wider the Gap between Rich and Poor the Higher the Flood Mortality", op. cit.
- 27 K. Guinness, G. Bollmer e T. Doig. (1 de março de 2024). *Billionaires are building bunkers and buying islands. But are they prepping for the apocalypse – or pioneering a new feudalism?* The Conversation. Consultado em 2 de junho 2026. <https://theconversation.com/billionaires-are-building-bunkers-and-buying-islands-but-are-they-prepping-for-the-apocalypse-or-pioneering-a-new-feudalism-223987>
- 28 H. Donnell. (29 de janeiro de 2017) *Silicon Valley super-rich head south to escape from a global apocalypse*. *The Guardian*. Consultado em 2 de junho 2026. <https://www.theguardian.com/technology/2017/jan/29/silicon-valley-new-zealand-apocalypse-escape>
- 29 S. Cevik e J.T. Jalles. (2023). "For Whom the Bell Tolls: Climate Change and Income Inequality". *Energy Policy*, 174, 113475. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2023.113475>
- 30 L. Smiley. (20 de setembro de 2018). *Private firefighters and five-star hotels: how the rich sit out wildfires*. *The Guardian*. Consultado em 2 de junho 2026. <https://www.theguardian.com/world/2018/sep/20/private-firefighters-wildfire-insurance-climate-change-capitalism>
- 31 ibid.
- 32 J. Boomhower, M. Fowlie, J. Gellman e A. Plantinga. (2024). *How Are Insurance Markets Adapting to Climate Change? Risk Classification and Pricing in the Market for Homeowners Insurance*. Documento de Trabalho n.º 32625. National Bureau of Economic Research. Consultado em 2 de junho 2026. https://www.nber.org/system/files/working_papers/w32625/w32625.pdf
- 33 T. Thrash-Ntuk. (17 January 2025). *Wealth will dictate LA fire recovery unless California learns from mistakes of past disasters*. Cal Matters. Consultado em 2 de junho 2026. <https://calmatters.org/commentary/2025/01/wealth-los-angeles-fire-recovery>
- 34 FAO. (2023). *The Status of Women in Agrifood Systems*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Consultado em 2 de junho 2026. <https://openknowledge.fao.org/items/ad0741f-9de2-4d09-ae68-b19cc871601a>; IPCC. (2019). *Special Report on Climate Change and Land. Chapter 5 – Food Security*. Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas. Consultado em 28 de julho de 2026 em <https://www.ipcc.ch/srccl/chapter/chapter-5/>
- 35 Our World in Data. (2023). *Porcentagem das despesas de consumo destinada à alimentação, 2023*. Consultado em 29 de julho de 2026 em <https://ourworldindata.org/grapher/share-of-consumer-expenditure-spent-on-food>
- 36 FAO. (2008). *High Food Prices and Food Security*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Consultado em 2 de junho 2026. <https://www.fao.org/4/i0291e/i0291e03.pdf>
- 37 FAO, International Land Coalition (ILC) e Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement (CIRAD). (2026). *The Status of Land Tenure and Governance*. Consultado em 4 de junho 2026. <https://openknowledge.fao.org/bitstreams/b207367a-880e-412a-afdd-955fa943a518/download>
- 38 Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. (22 de abril de 2026). *In Benin, rural finance drives resilience and growth*. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Consultado em 2 de junho 2026. <https://www.ifad.org/en/w/rural-voices/in-benin-rural-finance-drives-resilience-and-growth>
- 39 I. Lahiri. (28 de março de 2024). *Cocoa prices rise to fresh records: will we run out of chocolate?* Euronews. Consultado em 2 de junho 2026. <https://www.euronews.com/business/2024/03/28/cocoa-prices-rise-to-fresh-records-will-we-run-out-of-chocolate>
- 40 FAO. (14 de março de 2025). *Adverse climatic conditions drive coffee prices to highest level in years*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Consultado em 2 de junho 2026. <https://www.fao.org/newsroom/detail/adverse-climatic-conditions-drive-coffee-prices-to-highest-level-in-years/en>
- 41 Nota metodológica do relatório "O Fosso das Catástrofes", Estatística 9.1.
- 42 Forbes. (2026). "Cargill-MacMillan family". Forbes. Consultado em 21 de julho de 2026 em <https://www.forbes.com/profile/cargill-macmillan-1/>

- 43 H. Hoffower. (27 de setembro de 2019). *Income inequality in the US has hit a record high. Meet the 15 richest American family "dynasties," who have a combined net worth of \$618 billion*. Business Insider. Consultado em 21 de julho de 2026. <https://www.businessinsider.com/richest-family-wealth-dynasties-ranked-generational-wealth-fortune-net-worth-2019-2>
- 44 M. Thompson e I. Gaviria. (2004). *Cuba – Weathering the Storm: Lessons in Risk Reduction from Cuba*. Oxfam America. Consultado em 28 de julho de 2026. <https://www.oxfamamerica.org/explore/research-publications/cuba-weathering-the-storm/>
- 45 A. Clayfield, E.J. Kirk e I. Story, I. (eds.) (2021) *Disaster Preparedness and Climate Change in Cuba: Management and Adaptation*. Bloomsbury Academic.
- 46 J. Hickel. (2020). "Quantifying National Responsibility for Climate Breakdown: An Equality-Based Attribution Approach for Carbon Dioxide Emissions in Excess of the Planetary Boundary." *The Lancet Planetary Health*, 4(9), e399–e404. [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(20\)30196-0](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(20)30196-0)
- 47 T.A. Deivanayagam, S. English, J. Hickel, J. Bonifacio, R.R. Guinto, K.X. Hill, et al. (2023). "Envisioning Environmental Equity: Climate Change, Health, and Racial Justice". *The Lancet*, 402(10395), 64–78. Consultado em 2 de junho 2026. <https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736%2823%2900919-4/fulltext#fig1>
- 48 Nações Unidas. (12 de novembro de 2024). *Secretary-General's remarks to World Leaders Climate Action Summit at COP29 [as delivered]*. Comunicado de imprensa. Consultado em 2 de junho 2026. <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statements/2024-11-12/secretary-generals-remarks-world-leaders-climate-action-summit-cop29-delivered>
- 49 J. Hickel. (2020). "Quantifying National Responsibility for Climate Breakdown", op. cit.
- 50 Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA). (2025). *Emissions Gap Report 2025: Off Target – Continued Collective Inaction Puts Global Temperature Goal at Risk*. PNUMA. Consultado em 28 de julho de 2026. <https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report-2025>
- 51 O orçamento de carbono é a quantidade de CO₂ que pode ser adicionada à atmosfera sem que as temperaturas médias globais aumentem, a longo prazo, mais de 1,5 °C.
- 52 "O orçamento de carbono restante no início de 2026, para termos uma probabilidade de 50% de limitar o aquecimento a 1,5 °C, está praticamente esgotado (restam 50 GtC, ou 170 GtCO₂, o equivalente a cerca de 4 anos de emissões aos níveis de 2025)." <https://essd.copernicus.org/articles/17/2641/2025/#section9> P. Friedlingstein, M. O'Sullivan, M.W. Jones, R.M. Andrew, D.C.E. Bakker, J. Hauck et al. (2026). "Global Carbon Budget 2025". *Earth System Science Data*, 18, 3211–3288. Consultado em 28 de julho de 2026. <https://doi.org/10.5194/essd-18-3211-2026>
- 53 Climate Council. (16 de outubro de 2019). *Infographic: the difference between 1.5 and 2 degrees warming*. Consultado em 21 de maio de 2026. <https://www.climatecouncil.org.au/resources/infographic-the-difference-between-1-5-and-2-degrees-warming>
- 54 As emissões de um país baseadas no consumo são as emissões causadas pelo consumo dos seus residentes, independentemente do local do mundo onde essas emissões ocorrem. Isto inclui também as emissões resultantes da produção dos bens consumidos. As emissões baseadas no consumo podem ser comparadas com as emissões territoriais de um país, que são as emissões produzidas dentro das fronteiras do país. As emissões baseadas no consumo podem ser distribuídas pela população, permitindo estimar as emissões causadas pelos estilos de vida dos indivíduos.
- 55 H. Hoehnke, M. Wussow, C. Zanocco, S. Carley, D. Konisky e D. Neumann. (2026). "Structural Barriers and Policy Pathways for a Just Clean Energy Transition". *Nature Reviews Clean Technology*, 2, 327–347. <https://doi.org/10.1038/s44359-026-00157-2>
- 56 M. Alestig et al. (2024). *Carbon Inequality Kills*, op. cit.
- 57 S. Gössling e A. Humpe. (2020). "The Global Scale, Distribution and Growth of Aviation", op. cit.
- 58 Nota metodológica do relatório "O Fosso das Catástrofes", Secção 1.
- 59 N. Dabi et al. (2025). *Pilhagem climática: Como um pequeno grupo poderoso está a condenar o mundo ao desastre*, op. cit.
- 60 *ibid.*
- 61 Nota metodológica sobre o Disaster Divide, Secção 2.
- 62 L. Chancel. (2022). "Global Carbon Inequality over 1990–2019". *Nature Sustainability*, 5, 931–938. <https://doi.org/10.1038/s41893-022-00955-z>

- 63 *Takers Not Makers*, op. cit. A. Taneja, A. Kamande, C. Guharay Gomez, D. Abed, M. Lawson and N. Mukhia. (2025). *Takers not Makers: The Unjust Poverty and Uneared Wealth of Colonialism*. Oxfam International. Consultado em 5 de outubro de 2026. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/server/api/core/bitstreams/93e9b9b2-5138-44fd-9bae-7b4c0ac727b4/content>
- 64 As emissões associadas aos investimentos são calculadas atribuindo aos acionistas as emissões de Âmbito 1 e 2 de uma empresa de acordo com a participação que um bilionário detém nessa empresa: se um bilionário detiver 25% de uma empresa, então 25% das emissões são atribuídas à sua carteira de investimentos. Apenas foram incluídos investimentos superiores a 10%, uma vez que estes são considerados de “acionistas principais”, com maior influência sobre a orientação e a estratégia da empresa.
- 65 Nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Estatística 3.1.
- 66 Nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Estatística 3.3.
- 67 Nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Estatística 3.2.
- 68 S&P Global. (2025). *Trucost Environmental Data: Methodology*. Consultado em 2 de junho 2026. https://portal.s1.spglobal.com/survey/documents/SPG_S1_Trucost_Environmental_Data_Methodology.pdf
- 69 A metodologia reflete o impacto ambiental, incluindo, entre outros, as emissões de gases com efeito de estufa, com custos dos danos diretos associados às operações diretas de uma empresa e custos indiretos resultantes da sua cadeia de abastecimento. Tal como acontece com as emissões de CO₂e, estes custos são calculados proporcionalmente à participação dos bilionários nas empresas que detêm.
- 70 Nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Secção 3 – Environmental Damage Costs
- 71 Nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Estatística 3.4.
- 72 S&P Global. (2025). *Trucost Paris Alignment Methodology*. Consultado em 29 de julho de 2026. https://portal.s1.spglobal.com/survey/documents/SPG_S1_Paris_Alignment_Methodology.pdf
- 73 Nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Estatística 3.5.
- 74 L. Chancel and Y. Rehm. (2025). *Global Inequalities in Ownership-Based Carbon Footprints over 2010–2022*. Documento de Trabalho n.º 2025/19. World Inequality Lab. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://wid.world/document/global-inequalities-in-ownership-based-carbon-footprints-over-2010-2022-world-inequality-lab-working-paper-2025-19>
- 75 *ibid.*
- 76 $365/826 = 0,44$ dias
- 77 O. Berland e M. Leroutier. (2025). *The Gender Gap in Carbon Footprints: Determinants and Implications*. Documento de Trabalho n.º 424. Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/wp-content/uploads/2025/05/working-paper-424-Berland-Leroutier.pdf>; R. Rätty e A. Carlsson-Kanyama. (2010). “Energy Consumption by Gender in Some European Countries”. *Energy Policy*, 38(1), 646–649. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2009.08.010>
- 78 L. Ramstetter e F. Habersack. (2020). “Do Women Make a Difference? Analysing Environmental Attitudes and Actions of Members of the European Parliament”. *Environmental Politics*, 29(6), 1063–1084. <https://doi.org/10.1080/09644016.2019.1609156>
- 79 C. Ergas e R. York. (2012). “Women”s Status and Carbon Dioxide Emissions: A Quantitative Cross-National Analysis”. *Social Science Research*, 41(4), 965–976. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2012.03.008>
- 80 A. Sundström, P. Paxton, Y.-T. Wang e S.I. Lindberg. (2017). “Women”s Political Empowerment: A New Global Index, 1900–2012”. *World Development*, 94, 321–335. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.01.016>
- 81 Y. Altunbas, L. Gambacorta, A. Reghezza e G. Velliscig. (2021). *Does Gender Diversity in the Workplace Mitigate Climate Change?* BIS Documento de Trabalho N.ºs 977. Bank for International Settlements. Consultado em 3 de junho de 2026. <https://www.bis.org/publ/work977.pdf>
- 82 S. Hundessa, W. Huan, R. Xu, Z. Yang, Q. Zhao, A. Gasparrini et al. (2025). “Global Excess Deaths Associated with Heatwaves in 2023 and the Contribution of Human-Induced Climate Change”. *The Innovation*, 6(10), 101110. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666675825003133>
- 83 J. Lizana, N. Miranda, S. Sparrow, D. Wallom, R. Khosla e M. McCulloch. (2026). “Global Gridded Dataset of Heating and Cooling Degree Days Under Climate Change Scenarios”. *Nature Sustainability*, 9, 470–80. <https://www.nature.com/articles/s41893-025-01754-y>
- 84 Os fenómenos de calor extremo são definidos como meses excepcionalmente quentes e secos, correspondentes a eventos com uma probabilidade de ocorrência de 1 em 100 anos, tendo como referência as condições climáticas de 1990.

- 85 Com base num estudo pioneiro: Schöngart et al. (2025). "High-Income Groups Disproportionately Contribute to Climate Extremes Worldwide", op. cit.
- 86 Nota metodológica do relatório "O Fosso das Catástrofes", Secção 4.
- 87 As mortes calculadas abrangem um período de 100 anos, atingindo um pico cerca de dez anos após as emissões. Este cálculo baseia-se no facto de as emissões de CO₂ atingirem o seu potencial máximo de aquecimento cerca de 10 anos após serem emitidas. Para mais informações, consulte a nota metodológica do relatório "O Fosso das Catástrofes", Estatística 2.5.
- 88 *ibid.*
- 89 A. Baer-Nawrocka and A. Sadowski. (2019). "Food Security and Food Self-Sufficiency Around the World: A Typology of Countries". *PLoS One*, 14(3), e0213448. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0213448>
- 90 A. Hultgren, T. Carleton, M. Delgado, D.R. Gergel, M. Greenstone, T. Houser et al. (2025). "Impacts of Climate Change on Global Agriculture Accounting for Adaptation". *Nature*, 642, 644–652. <https://doi.org/10.1038/s41586-025-09085-w>
- 91 *ibid.*
- 92 FAO. (2024). *The Unjust Climate: Measuring the Impacts of Climate Change on Rural Poor, Women and Youth*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://wrld.unwomen.org/practice/resources/unjust-climate-measuring-impacts-climate-change-rural-poor-women-and-youth>
- 93 Fanzo. (2017). From big to small: the significance of smallholder farms in the global food system. *The Lancet Planetary Health*. Consultado em 25 de setembro de 2026. [https://www.thelancet.com/journals/lanph/article/PIIS2542-5196\(17\)30011-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanph/article/PIIS2542-5196(17)30011-6/fulltext)
- 94 P. Bergeret, N. Ourabah Haddad, S. Hassan e F.M. Pierri. (2016). *Family Farming to Bolster Human Knowhow and Resources*. The International Centre for Advanced Mediterranean Agronomic Studies (CIHEAM) e FAO. Consultado em 2 de junho de 2026. https://www.iamm.ciheam.org/uploads/attachments/455/16_Mediterra2016_EN.pdf
- 95 FAO. (2025). Indicadores do emprego 2000-2023 (atualização de julho de 2025). Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Consultado em 29 de junho de 2026. <https://www.fao.org/statistics/highlights-archive/highlights-detail/employment-indicators-2000-2023-%28july-2025-update%29/en>
- 96 FAO. (2018). *The Gender Gap in Land Rights*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/4966d50c-233b-43a9-8fa7-8d43263dd082/content>
- 97 P.L. Samputra (2025). "Female Farmers Facing Food Insecurity and Climate change Vulnerability in Rural Area". *Progress in Disaster Science*, 26, 100437. <https://doi.org/10.1016/j.pdisas.2025.100437>
- 98 FAO. (3 de março de 2023). *FAO report: heatwaves and floods affect rural women and men differently, widen income gap*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.fao.org/newsroom/detail/fao-report--heatwaves-and-floods-affect-rural-women-and-men-differently--widen-income-gap/en>
- 99 M. Kotz, F. Kuik, E. Lis e C. Nickel. (2024). "Global Warming and Heat Extremes to Enhance Inflationary Pressures". *Communications Earth & Environment*, 5, 116. <https://doi.org/10.1038/s43247-023-01173-x>
- 100 E. Andres-Escayola. (2025). *The Global Effects of Climateflation*. Consultado em 29 de julho de 2026. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.5373566>
- 101 A. Maitland, A. Taneja, A. Kamande, C. Brown Solá, H. Bignell, M. Lawson et al. (2026). *Resisting the Rule of the Rich: Defending Freedom against Billionaire Power*. Oxfam International. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://www.oxfam.org/en/resisting-rule-rich>
- 102 *ibid.*
- 103 F. Cappelli et al. (2021). "The Trap of Climate Change-Induced "Natural" Disasters and Inequality", op. cit.; S. Lindersson et al. (2023). "The Wider the Gap between Rich and Poor the Higher the Flood Mortality," op. cit.
- 104 S. Cevik e J.T. Jalles. (2023). "For Whom the Bell Tolls", op. cit.
- 105 Este quadro analítico de três etapas foi introduzido pelo Banco Mundial. Embora seja prático e útil, a sua conceção original foi justamente criticada por adotar uma perspetiva demasiado economicista e orientada para o mercado na sua abordagem aos ativos e ao capital. A Oxfam procurou desenvolvê-lo de forma a refletir outros ativos ambientais, sociais e culturais fundamentais, proporcionando uma compreensão mais abrangente das desigualdades nos impactos climáticos e menos redutora. Ver, por exemplo, E. Dolan-Evans. (2022). "The Neo-Liberalisation of Resilience:

- Development, Conflict and the World Bank". *Security Dialogue*, 53(6), 560–577. Este quadro baseia-se no modelo apresentado por M. Bangalore, S. Hallegatte, A. Vogt-Schilb e J. Rozenberg. (2017). *Unbreakable: Building the Resilience of the Poor in the Face of Natural Disasters*. Banco Mundial. Consultado em 3 de junho de 2026. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstreams/49ae6a13-c8cb-5d07-9693-d5bef5130386/download>
- 106 E.B. Barbier. (2015). "Valuing the Storm Protection Service of Estuarine and Coastal Ecosystems". *Ecosystem Services*, 11, 32–38. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2014.06.010>
- 107 A exposição aos impactos do aquecimento também não é linear: as populações mais pobres, desproporcionalmente concentradas em regiões tropicais e subtropicais já por si quentes, tanto dentro dos países como entre países, enfrentam os danos mais graves a cada grau adicional de aquecimento, um padrão geográfico enraizado na história colonial.
- 108 W.N. Adger. (2006). "Vulnerability". *Global Environmental Change*, 16(3), 268–281. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2006.02.006>
- 109 M. Pelling. (2011). *Adaptation to Climate Change: From Resilience to Transformation*. Routledge.
- 110 C. Folke, S.R. Carpenter, B. Walker, M. Scheffer, T. Chapin e J. Rockström. (2010). "Resilience Thinking: Integrating Resilience, Adaptability and Transformability". *Ecology & Society*, 15(4), 20. Consultado em 3 de junho de 2026. <https://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss4/art20>
- 111 N.S. Diffenbaugh and M. Burke. (2019). "Global Warming Has Increased Global Economic Inequality". *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 116(20), 9808–9813. <https://doi.org/10.1073/pnas.1816020116>
- 112 B.A. Jafino, B. Walsh, J. Rozenberg e S. Hallegatte. (2020). *Revised Estimates of the Impact of Climate Change on Extreme Poverty by 2030*. Documento de trabalho de investigação sobre políticas públicas n.º 9417. Banco Mundial. Consultado em 30 de junho de 2026. <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/ad7eeab7-d3d8-567d-b804-59d620c3ab37/content>
- 113 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Türkiye. (17 de outubro de 2025). *New Global Multidimensional Poverty Index report reveals nearly 80% of the world's poor live in regions exposed to climate hazards*. Comunicado de imprensa. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.undp.org/turkiye/press-releases/new-global-multidimensional-poverty-index-report-reveals-nearly-80-worlds-poor-live-regions-exposed-climate-hazards>
- 114 PNUD e Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI). (2025). *2025 Global Multidimensional Poverty Index (MPI): Overlapping Hardships: Poverty and Climate Hazards*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Consultado em 3 de junho de 2026. <https://www.undp.org/turkiye/publications/2025-global-multidimensional-poverty-index-mpi#>
- 115 *ibid.*
- 116 J.M. Keenan, T. Hill and A. Gumber. (2018). "Climate Gentrification: From Theory to Empiricism in Miami-Dade County, Florida". *Environmental Research Letters*, 13(5), 054001. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/aabb32/pdf>
- 117 Center for American Progress. (5 de abril de 2018). *America's sordid legacy on race and disaster recovery*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.americanprogress.org/article/americas-sordid-legacy-race-disaster-recovery>
- 118 US Census Bureau (2025) *Income Inequality: Are the Rich Getting Richer and the Poor Getting Poorer?* Consultado em 29 de julho de 2026. <https://www.census.gov/topics/income-poverty/income-inequality.html>
- 119 V. Sulla, P. Zikhali e P.F. Cuevas. (2022). *Inequality in Southern Africa: An Assessment of the Southern African Customs Union*. Banco Mundial. Consultado em 3 de junho de 2026. <http://documents.worldbank.org/curated/en/099125303072236903/pdf/P1649270c02a1f06b0a3ae02e57eadd7a82.pdf>
- 120 A. Patankar. (2019). *Impacts of Natural Disasters on Households and Small Businesses in India*. ADB Documento de Trabalho da série sobre Economia n.º 603. Asian Development Bank. Consultado em 3 de junho de 2026. <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/547031/ewp-603-disasters-households-small-businesses-india.pdf>
- 121 Intersections International Initiative, Inc. (2019) *Statement submitted by Intersections International Initiative, Inc. E/ CN.5/2020/NGO/58*. Nova Iorque: Nações Unidas. <https://digitallibrary.un.org/record/3837004> Consultado em 13 de agosto de 2026.
- 122 C. Matass. (5 de setembro de 2019). *Mansions aren't the only property millionaires have to worry about when a hurricane hits – there's also yachts, cars, and wine collections. Here's how the ultra-wealthy prepare for the worst*. Business Insider. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.businessinsider.com/how-ultra-wealthy-luxury-homeowners-prepare-for-hurricanes>
- 123 B.L. Hoffmann. (30 de abril de 2021). *How climate change worsens poverty and inequality*. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.iadb.org/en/blog/research-development/how-climate-change-worsens-poverty-and-inequality>

- 124 S. Hallegatte, M. Bangalore, L. Bonzanigo, M. Fay, T. Kane, U. Narloch et al. (2016). *Shock Waves: Managing the Impacts of Climate Change on Poverty*. Banco Mundial. Consultado em 3 de junho de 2026. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/260011486755946625/pdf/ShockWaves-FullReport.pdf>
- 125 Oxfam Australia. (11 de novembro de 2024). *Number of people impacted by climate disasters in the Pacific increased 700% in the last decade: Oxfam*. Comunicado de imprensa. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.oxfam.org.au/media-releases/number-of-people-impacted-by-climate-disasters-in-the-pacific-increased-700-in-the-last-decade-oxfam>
- 126 L. Belarmino e M. Tahu. (2023). *Community Experiences of Climate Change and its Impacts in Timor-Leste*. Oxfam em Timor-Leste. Consultado em 3 de junho de 2026. <https://asia.oxfam.org/latest/publications/community-experiences-climate-change-and-its-impacts-timor-leste>
- 127 *ibid.*
- 128 Regiões de Gestão dos Recursos Naturais da Austrália. (28 de fevereiro de 2024). *Seawall builds climate resilience*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://nrmregionsaustralia.com.au/articles/seawall-builds-climate-resilience>; Engineers Without Borders Australia. (17 de junho de 2024). *Navigating the tides: Saibai Island's battle against climate change*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://ewb.org.au/blog/2024/06/17/navigating-the-tides-saibai-islands-battle-against-climate-change>
- 129 The Australian Climate Case. (n.d.). *The Torres Strait*. Consultado em 2 de junho de 2026. https://australianclimatecase.org.au/torres_strait_about/torres-strait; M. Faa. (22 de setembro de 2022). *UN Human Rights Committee finds Australia violated Torres Strait Islanders' rights by failing to protect them from climate change*. ABC News. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.abc.net.au/news/2022-09-23/un-finds-australia-violated-torres-strait-islanders-rights/101470524>
- 130 E. Kazeminia e C. Mortreux (2026). Institutional Barriers to Sea Level Rise Adaptation in Australia's Coastal Towns: A Systematic Review of Academic Literature. *WIREs Climate Change*. Consultado em 18 de agosto de 2026. <https://wires.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/wcc.70053>; Home Insurance Affordability and Socioeconomic Equity in a Changing Climate. *Actuaries Institute*. Consultado em 18 de agosto de 2026. <https://www.actuaries.asn.au/research-analysis/thought-leadership/home-insurance-affordability-and-socioeconomic-equity-in-a-changing-climate>
- 131 Boon, Helen. Preparedness and Vulnerability: an issue of equity in Australian disaster situations. Consultado em 18 de agosto de 2026. <https://knowledge.aidr.org.au/resources/ajem-jul-2013-preparedness-and-vulnerability-an-issue-of-equity-in-australian-disaster-situations/>; R.H. Burns (2025). *Australia's Heat Is Rising. So Is Its Climate Inequality*. Atmos. Consultado em 18 de agosto de 2026. [Australia's Heat Is Rising. So Is Its Climate Inequality](https://www.atmos.org.au/australias-heat-is-rising-so-is-its-climate-inequality). | Atmos
- 132 A.C. Vogt-Schilb e A. Bagolle. (22 de fevereiro de 2024). *A storm blows in inequality – 3 solutions to adapt to climate change while fighting poverty*. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.iadb.org/en/blog/nature-climate-and-disaster-risk/storm-blows-inequality-3-solutions-adapt-climate-change-while-fighting-poverty>
- 133 S. Long e A. Grundy. (20 de novembro de 2024). *The uninsurables: how climate change is pricing people out of home insurance*. The Australian Institute. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://australianinstitute.org.au/post/the-uninsurables-how-climate-change-is-pricing-people-out-of-home-insurance>; D. Richardson, S. Long e R. Campbell. (4 de novembro de 2024). *Premium price: the impact of climate change on insurance costs*. The Australian Institute. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://australianinstitute.org.au/report/premium-price-the-impact-of-climate-change-on-insurance-costs>
- 134 L. Smiley. (20 de setembro de 2018). *Private firefighters and five-star hotels: how the rich sit out wildfires*. The Guardian. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.theguardian.com/world/2018/sep/20/private-firefighters-wildfire-insurance-climate-change-capitalism>
- 135 *ibid.*
- 136 J. Boomhower et al. (2024). *How Are Insurance Markets Adapting to Climate Change?* op. cit.
- 137 T. Thrash-Ntuk. (17 January 2025). *Wealth will dictate LA fire recovery unless California learns from mistakes of past disasters*. CalMatters. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://calmatters.org/commentary/2025/01/wealth-los-angeles-fire-recovery>
- 138 Stanford Woods Institute for the Environment. (9 de janeiro de 2025). *Social and economic disparities impact wildfire protection*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://woods.stanford.edu/news/social-and-economic-disparities-impact-wildfire-protection>
- 139 D. Dunne. (29 de outubro de 2020). *Mapped: how climate change disproportionately affects women's health*. Carbon Brief. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.carbonbrief.org/mapped-how-climate-change-disproportionately-affects-womens-health>

- 140 K. Robin van Daalen, S. Savić Kallesøe, F. Davey, S. Dada, L. Jung, L. Singh et al. (2022). "Extreme Events and Gender-Based Violence: A Mixed-Methods Systematic Review". *The Lancet Planetary Health*, 6(6), e504–e523. [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(22\)00088-2](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(22)00088-2)
- 141 R. Pérez-Gañán, S. Dema Moreno, R. González Arias e V. Cocina Díaz. (2023). "How Do Women Face the Emergency Following a Disaster? A PRISMA 2020 Systematic Review". *Natural Hazards*, 116(1), 51–77. <https://doi.org/10.1007/s11069-022-05663-7>
- 142 A. Bush, S.M. Saify Iqbal, Dr M Emran Hasan, M. Sultana, Dr J. Saha e E.F. Haque. (2026). *Unpaid Care & Loss and Damage in Bangladesh: An Analysis of How Climate Disasters Impact Women through Unpaid Care Work, with Policy Recommendations for Better Responses*. Oxfam in Bangladesh e Oxfam GB. Consultado em 13 de agosto de 2026. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/server/api/core/bitstreams/7034b092-146e-4a99-ba0d-203d80bf3c31/content>
- 143 P. Wickramaratne e R. de Silva. (2023). *Loss and Damage to Land: Voices from Asia*. Oxfam International. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/loss-and-damage-to-land-voices-from-asia-621531>
- 144 M. Aase. (2020). "Listing for Change? Exploring the Politics of Relief Lists in Bangladesh after Cyclone Sidr". *Disasters*, 44(4), 666–686. <https://doi.org/10.1111/disa.12395>; N. Ahmed, A. Marriott, N. Dabi, M. Lowthers, M. Lawson e L. Mugehera. (2022). *Inequality Kills: The Unparalleled Action Needed to Combat Unprecedented Inequality in the Wake of COVID-19*. Oxfam. Consultado em 3 de junho de 2026. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/inequality-kills-the-unparalleled-action-needed-to-combat-unprecedented-inequal-621341>
- 145 IOM. (2015). *IOM Outlook on Migration, Environment and Climate Change*. Organização Internacional para as Migrações. Consultado em 7 de julho de 2026. <https://publications.iom.int/books/iom-outlook-migration-environment-and-climate-change>; OIM. (2024). *Environmental Migration. Migration Data Portal*. Organização Internacional para as Migrações. Consultado em 7 de julho de 2026. https://www.migrationdataportal.org/themes/environmental_migration_and_statistics_old
- 146 IDMC. (2026). *2026 Global Report on Internal Displacement (GRID)*. Centro de Monitorização das Deslocações Internas (IDMC). Consultado em 7 de julho de 2026. <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2026/>
- 147 ACNUR. (9 de novembro de 2025). *No Escape II – The way forward*. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Consultado em 29 de julho de 2026. <https://www.unhcr.org/media/no-escape-ii-way-forward>
- 148 K. Guinness et al. (1 de março de 2024). *Billionaires are building bunkers and buying islands*, op. cit.
- 149 Nomad Capitalist. (20 de abril de 2026). *Apocalypse insurance: how to prepare for times of crisis*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://nomadcapitalist.com/finance/investing/apocalypse-insurance-prepare-crisis>
- 150 H. Donnell. (29 de janeiro de 2017) *Silicon Valley super-rich head south to escape from a global apocalypse*. *The Guardian*. Consultado em 2 de junho 2026. <https://www.theguardian.com/technology/2017/jan/29/silicon-valley-new-zealand-apocalypse-escape>
- 151 I. Wells. (3 de outubro de 2024). *"It kills everything" – Amazon's indigenous people hit by record forest fires in Brazil*. BBC News. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.bbc.co.uk/news/articles/cvgxv8n7wd0o>
- 152 M. Valette. (17 de novembro de 2025). *When the forest burns: climate change, wildfires, and Indigenous adaptation in the Amazon*. Grantham Institute. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://granthaminstitute.com/2025/11/17/when-the-forest-burns-climate-change-wildfires-and-indigenous-adaptation-in-the-amazon>
- 153 *ibid.*
- 154 CICIG. (2018). *Ex secretario privado señala a Roxana Baldetti de recibir comisiones ilícitas*. Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala. Consultado em 7 de julho de 2026. <https://www.cicig.org/history//index.php?page=NOT-012-20180403> K. Gurney. (24 de outubro de 2014). *US prison holds Guatemala drug trafficking "queen"*. InSight Crime. Consultado em 7 de julho de 2026. <https://insightcrime.org/news/brief/us-prison-holds-guatemala-drug-trafficking-queen/>
- 155 G. Sánchez e B. Vásquez. (22 de outubro de 2015). *Baldetti dice que sus propiedades son fruto de 20 años de trabajo*. Prensa Libre. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://www.prensalibre.com/guatemala/justicia/roxana-baldetti-busca-evitar-que-sus-propiedades-las-administre-senabed/>
- 156 K. Rocío López. (2024). *Guatemala: En Iztapa, el mar se traga lentamente el cementerio del pueblo*. Plaza Pública. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://plazapublica.com.gt/ambiente/reportaje/guatemala-en-iztapa-el-mar-se-traga-lentamente-el-cementerio-del-pueblo/>
- 157 Oxfam. (2026). *Storytelling. Drainage and prevention of flash flooding – Houaymard*. Forthcoming publication

- 158 Joint Research Centre. (2026). *Potentially historic El Niño to come, analysis shows humanitarian toll*. Comissão Europeia. Consultado em 29 de junho de 2026. https://joint-research-centre.ec.europa.eu/jrc-news-and-updates/potentially-historic-el-nino-come-analysis-shows-humanitarian-toll-2026-06-15_en
- 159 OCHA. (2016). *El Niño: Overview of Impact, Projected Humanitarian Needs and Response as of 02 June 2016*. Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA). Consultado em 29 de junho de 2026. <https://reliefweb.int/report/world/el-ni-o-overview-impact-projected-humanitarian-needs-and-response-02-june-2016>
- 160 FEWS NET. (2026). *Food Assistance Outlook Brief: Projected Food Assistance Needs in December 2026*. Famine Early Warning Systems Network. Consultado em 29 de junho de 2026. <https://fews.net/global/food-assistance-outlook-brief/june-2026/print>
- 161 M. Cohen, G. Compain, T. Kesteloot, M. Meijer, E. Munoz, S. Murtagh et al. (2022). *Fixing Our Food: Debunking 10 Myths about the Global Food System and What Drives Hunger*. Oxfam International. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/fixing-our-food-debunking-10-myths-about-the-global-food-system-and-what-drives-621411>
- 162 FAO, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa Alimentar Mundial (PAM) e Organização Mundial da Saúde (OMS). (2025). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 – Addressing High Food Price Inflation for Food Security and Nutrition*. FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://openknowledge.fao.org/items/4b1f7d26-267d-4a81-aed4-4f9de4d93f85>; Nações Unidas (5 de maio de 2021). *155 million faced acute food insecurity in 2020, conflict the key driver*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://news.un.org/en/story/2021/05/1091302>
- 163 A. Maitland et al. (2026). *Resisting the Rule of the Rich: Defending Freedom against Billionaire Power*, op. cit.
- 164 Banco Mundial. (2026). *Food & Nutrition Security Update: Março de 2026*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/40ebbf38f5a6b68bfc11e5273e1405d4-0090012022/related/Food-and-Nutrition-Security-Update-121-March-27-2026v2.pdf>
- 165 D.B. Lobell e S. Di Tommaso. (2025). “A Half-Century of Climate Change in Major Agricultural Regions: Trends, Impacts, and Surprises”. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 122(20), e2502789122. <https://doi.org/10.1073/pnas.2502789122>;
- FAO. (2025). *The State of Food and Agriculture 2025 – Addressing Land Degradation across Landholding Scales*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://openknowledge.fao.org/items/6dfa0079-e156-47a2-9089-0274119e9cb7>
- 166 J.F. Morton. (2007). “The Impact of Climate Change on Smallholder and Subsistence Agriculture”. *PNAS*, 104(50), 19680–19685. <https://doi.org/10.1073/pnas.0701855104>
- 167 M. Barange, T. Bahri, M.C.M. Beveridge, K.L. Cochrane, S. Funge-Smith e F. Poulain (eds.). (2018). *Impacts of Climate Change on Fisheries and Aquaculture: Synthesis of Current Knowledge, Adaptation and Mitigation Options*. Documento Técnico da FAO sobre Pescas e Aquicultura n.º 627. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://openknowledge.fao.org/items/c914af92-fae1-467c-9dd0-7566a37afd11>
- 168 IPCC. (2019). *Special Report on Climate Change and Land. Chapter 5 – Food Security*, op. cit.
- 169 M. Kotz, M.G. Donat, T. Lancaster, M. Parker, P. Smith, A. Taylor et al. (2025). “Climate Extremes, Food Price Spikes, and their Wider Societal Risks”. *Environmental Research Letters*, 20(8), 081001. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/ade45f>
- 170 S. Butler. (21 de julho de 2025). *Rising food prices driven by climate crisis threaten world’s poorest, report finds. The Guardian*. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://www.theguardian.com/business/2025/jul/21/rising-food-prices-driven-by-climate-crisis-threaten-worlds-poorest-report-finds>
- 171 *ibid.*
- 172 Nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Estatística 5.2.
- 173 Our World in Data. (2023). *Percentagem das despesas de consumo destinada à alimentação, 2023*. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://ourworldindata.org/grapher/share-of-consumer-expenditure-spent-on-food>
- 174 M. Bangalore et al. (2017). *Unbreakable: Building the Resilience of the Poor in the Face of Natural Disasters*, op. cit.
- 175 IPCC. (2023). *IPCC Sixth Assessment Report: Impacts, Adaptation and Vulnerability – Summary for Policymakers*. Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/chapter/summary-for-policymakers>
- 176 J.D. Martinez, N. Ramankutty, Z. Mehrabi e T.W. Hertel. (2024). “A Modelled Estimate of Food Access within Countries Shows that Inequality within Countries Has Increased Despite Rising Equality Between Countries”. *Global Food Security*, 41, 100774. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2024.100774>

- 177 FAO. (2023). *The Status of Women in Agrifood Systems*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://openknowledge.fao.org/items/ad0741f-9de2-4d09-ae68-b19cc871601a>;
- IPCC. (2019). *Special Report on Climate Change and Land. Chapter 5 – Food Security*, op. cit.
- 178 J.F. Morton. (2007). “The Impact of Climate Change”, op. cit.
- 179 IPCC. (2023). *IPCC Sixth Assessment Report: Impacts, Adaptation and Vulnerability – Chapter 8: Poverty, Livelihoods and Sustainable Development*. Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/chapter/chapter-8>
- 180 FAO. (2025). *The State of Food and Agriculture 2025 – Addressing Land Degradation across Landholding Scales*, op. cit.
- 181 H.K. Kriit, J. Chen-Xu, J.C. Semenza, H. Heiliger, A. Markandya, N. Dasandi et al. (2026). “The 2026 Europe Report of the *Lancet* Countdown on Health and Climate Change: Narrowing Window for Decisive Health Action”. *The Lancet Public Health*, 11(6), e386–e407. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(26\)00025-3](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(26)00025-3)
- 182 M. Ivanic e W. Martin. (2008). “Implications of Higher Global Food Prices for Poverty in Low-Income Countries”. *Agricultural Economics*, 39(s1), 405–416. <https://doi.org/10.1111/j.1574-0862.2008.00347.x>
- 183 FAO. (2008). *High Food Prices and Food Security*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.fao.org/4/i0291e/i0291e03.pdf>
- 184 World Food Program USA. (s.d.). *The Dry Corridor in Central America*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://wfpusa.org/place/the-dry-corridor>
- 185 Oxfam and Acción contra el Hambre. (2026). *Sin Cosechas, Ni Protección Social: Evaluación de Seguridad Alimentaria y Cobertura de Programas de Protección Social en Guatemala y Honduras*. Consultado em 7 de agosto de 2026. <https://lac.oxfam.org/sin-cosechas-centroamerica/>
- 186 *ibid.*
- 187 *ibid.*
- 188 A. Mirzabaev, R. Bezner Kerr, T. Hasegawa, P. Pradhan, A. Wreford, M.C. Tirado von der Pahlen et al. (2023). “Severe Climate Change Risks to Food Security and Nutrition”. *Climate Risk Management*, 39, 100473. <https://doi.org/10.1016/j.crm.2022.100473>
- 189 FAO, International Land Coalition (ILC) e Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement (CIRAD). (2026). *The Status of Land Tenure and Governance*. FAO, ILC e CIRAD. Consultado em 4 de junho de 2026. <https://openknowledge.fao.org/bitstreams/b207367a-880e-412a-afdd-955fa943a518/download>
- 190 FAO. (2025). *The State of Food and Agriculture 2025 – Addressing Land Degradation across Landholding Scales*, op. cit.
- 191 GRAIN. (2026). *Capturing the Seed: China’s Agribusiness Expansion at Home and Abroad*. GRAIN. Consultado em 21 de julho de 2026. <https://grain.org/en/article/7400-capturing-the-seed-china-s-agribusiness-expansion-at-home-and-abroad>; J. Clapp. (2025). *Titans of Industrial Agriculture: How a Few Giant Corporations Came to Dominate the Farm Sector and Why It Matters*. MIT Press. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://direct.mit.edu/books/monograph/5909/Titans-of-Industrial-AgricultureHow-a-Few-Giant>; GRAIN e ETC Group. (2025). *Top 10 Agribusiness Giants: Corporate Concentration in Food & Farming in 2025*. GRAIN. Consultado em 21 de julho de 2026. <https://grain.org/en/article/7284-top-10-agribusiness-giants-corporate-concentration-in-food-farming-in-2025>; W. Berenschot e N. Loughlin. (2025). “States and Corporate Land Acquisition: Comparing Regimes of Dispossession Across the Global South”. *Globalizations*, 22(8), 1347–1360. <https://doi.org/10.1080/14747731.2025.2555139>
- 192 IPES-Food. (2016). *From Uniformity to Diversity: A Paradigm Shift from Industrial Agriculture to Diversified Agroecological Systems*. International Panel of Experts on Sustainable Food Systems. Consultado em 2 de junho de 2026. https://ipes-food.org/_img/upload/files/UniformityToDiversity_FULLL.pdf
- 193 Slow Food. (11 de maio de 2025). *Facts about food trade and supply that sound fake (but aren’t)*. Slow Food. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.slowfood.com/blog-and-news/facts-about-food-trade-and-supply-that-sound-fake-but-arent>; Banco Mundial (2023). *Unfair Advantage: Distortive Subsidies and Their Effects on Global Trade*. Property Insight Series. Banco Mundial. Consultado em 21 de julho de 2026. <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/0534eca53121c137d3766a02320d0310-0430012022/related/Unfair-Advantage-Distortive-Subsidies-and-Their-Effects-on-Global-Trade-2023.pdf>
- 194 FIDA. (22 de abril de 2026). *In Benin, rural finance drives resilience and growth*. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.ifad.org/en/w/rural-voices/in-benin-rural-finance-drives-resilience-and-growth>
- 195 Banco Mundial. (2005). *Managing Agricultural Production Risk: Innovations in Developing Countries*. Banco Mundial. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstreams/9923f8eb-efbb-5df5-9306-4ed4e87da749/download>

- 196 FAO. (2025). *Greenhouse Gas Emissions from Agrifood Systems: Global, Regional and Country Trends, 2001–2023*. FAOSTAT, Série de Briefings Analíticos, n.º 115. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://openknowledge.fao.org/bitstreams/7278290b-334e-457e-a589-439a971ecc84/download>
- 197 Por exemplo, R. Heede. (2014). “Tracing Anthropogenic Carbon Dioxide and Methane Emissions to Fossil Fuel and Cement Producers, 1854–2010”. *Climatic Change*, 122(1–2), 229–41. Consultado em 5 de outubro de 2026. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-013-0986-y>; C.-F. Schleussner, M. Andrijevic, J. Kikstra, R. Heede, J. Rogelj, H. Simpkin et al. (2023). *Carbon Majors” Trillion Dollar Damages: The Case for Contributions from Fossil Wealth to Loss and Damage Finance*. Climate Analytics. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://cal-clm.edcdn.com/assets/Carbon-majors%E2%80%99trillion-dollar-damages-final.pdf>
- 198 E. Kodosakis. (2023). “Forest Governance Developments During Economic Crises: The Case of Greece”. Tese de Doutorado, Universidade de Reading. Consultado em 2 de junho de 2026. https://centaur.reading.ac.uk/117855/1/KODOSAKIS_Thesis_Evangelos%20Kodosakis.pdf; D. Marcelo, A. Raina e S. Rawat. (2019). *Private Sector Participation in Disaster Recovery and Mitigation*. Global Facility for Disaster Reduction and Recovery (GFDRR). Consultado em 2 de junho de 2026. https://www.gfdrr.org/sites/default/files/publication/Private_Sector_Guidance_Note_DRAFT%206_LOWRES.pdf
- 199 E. Tajima e F. Khan. (24 de julho de 2024). *Four actions to help flood-devastated schools bounce back*. Asian Development Blog. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://blogs.adb.org/blog/four-actions-help-flood-devastated-schools-bounce-back>
- 200 K. Malouf Bous e J. Farr. (2019). *False Promises: How Delivering Education through Public–Private Partnerships Risks Fueling Inequality Instead of Achieving Quality Education for All*. Oxfam International. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/false-promises-how-delivering-education-through-private-schools-and-public-priv-620720>
- 201 Oxfam International. (25 de junho de 2025). *New wealth of top 1% surges by over \$33.9 trillion since 2015 – enough to end poverty 22 times over, as Oxfam warns global development “abysmally off track” ahead of crunch talks*. Comunicado de imprensa. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/new-wealth-top-1-surges-over-339-trillion-2015-enough-end-poverty-22-times-over>
- 202 OCDE. (2023). *Private Finance Mobilised by Official Development Finance Interventions*. OECD Development Perspectives, n.º 29. Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico. Consultado em 2 de junho de 2026. https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2023/01/private-finance-mobilised-by-official-development-finance-interventions_b2e9927e/c5fb4a6c-en.pdf
- 203 S. Atteridge e L. Engen. (2019). *Blended Finance in the Poorest Countries: The Need for a Better Approach*. ODI Global. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://odi.org/documents/5946/12666.pdf>
- 204 J.N. Francois, M. Konte e F.U. Ruch. (2024). “Crowding In” Effect of Public Investment on Private Investment Revisited. Documento de Trabalho sobre Investigação de Políticas n.º 10881. Banco Mundial. Consultado em 21 de julho de 2026. <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/b15576bb-2f99-4f0d-aa2a-3ec94496e6fa/content>
- 205 K.S. Jomo, A. Chowdhury, K. Sharma e D. Platz. (2016). *Public–Private Partnerships and the 2030 Agenda for Sustainable Development: Fit for Purpose?* Documento de Trabalho do DESA n.º 148. Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas. Consultado em 2 de junho de 2026. https://www.un.org/esa/desa/papers/2016/wp148_2016.pdf
- 206 A.J. Stevenson. (26 de agosto de 2024). *Climate stocks storm past S&P 500*. op. cit.
- 207 A.J. Stevenson. (9 de maio de 2025). *Disaster spending hits new highs*. Bloomberg. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.bloomberg.com/professional/insights/sustainable-finance/disaster-spending-hits-new-highs>
- 208 P. Sisson. (11 de outubro de 2024). *Natural disasters are making a mess of America*, op. cit.
- 209 A. Creeks. (2023). *Private Equity Profits from Disaster at the Expense of Workers, Communities, and Climate*. Private Equity Stakeholder Project. Consultado em 2 de junho de 2026. https://pestakeholder.org/wp-content/uploads/2023/09/PESP_DisasterRecoveryReport2023-1.pdf; P. Sisson. (11 de outubro de 2024). *Natural disasters are making a mess of America*, op. cit.
- 210 A. Creeks. (2023). *Private Equity Profits from Disaster*, op. cit.
- 211 R. Riddell, N. Ahmed, A. Maitland, M. Lawson e A. Taneja. (2024). *Inequality Inc: How Corporate Power Divides our World and the Need for a New Era of Public Action*. Oxfam International. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.oxfam.org/en/research/inequality-inc>
- 212 A. Creeks. (2023). *Private Equity Profits from Disaster*, op. cit.

- 213 *ibid.*, Anexo 1.
- 214 M. Schladen. (3 de janeiro de 2025). *Ohio coal plant said to be nation's most deadly. New owners seem likely to keep it open*. *Ohio Capital Journal*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://ohiocapitaljournal.com/2025/01/03/ohio-coal-plant-said-to-be-nations-most-deadly-new-owners-seem-likely-to-keep-it-open>
- 215 O. Rosane. (7 de setembro de 2023). *Private equity exposed for profiting from fossil fuels and disasters they cause*. Common Dreams. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.commondreams.org/news/private-equity-profits-disasters>
- 216 L. Fenlock, C. Slidders e N. Reisch. (3 de março de 2025). *Cut and run: how insurers dodge the climate costs they help create and why fossil fuel should pay*. Center for International Environmental Law. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.ciel.org/insurers-dodge-climate-costs-fossil-fuel-should-pay>
- 217 Carbon Majors. (n.d.). Sobre a Carbon Majors. <https://carbonmajors.org>. Consultado em 2 de junho de 2026.
- 218 E. Roston. (21 de outubro de 2025). *Disaster recovery is big business*. Bloomberg. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.bloomberg.com/features/2025-disaster-industrial-complex-us-economy>
- 219 Nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Secção 3 – Double Dividend
- 220 HC Capital Trust. (2025). *Annual Shareholder Report 2025: The Catholic SRI Growth Portfolio*. HC Capital Trust. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://hccapitalsolutions.com/Content/docs/TSR%20Annual%20Report%20HCSR%20CatholicSRI.pdf>
- 221 BlackRock. (n.d.). *iShares World ex U.S. Carbon Transition Readiness Aware Active ETF*. BlackRock. Consultado em 4 de junho de 2026. <https://www.blackrock.com/us/individual/products/318216/ishares-world-ex-u-s-carbon-transition-readiness-aware-active-etf>
- 222 Nota metodológica do relatório “O Fosso das Catástrofes”, Secção 3 – Double Dividend
- 223 N. Klein. (2014). *This Changes Everything*, op. cit.
- 224 E. Cohen. (2011). “Tourism and Land Grab in the Aftermath of the Indian Ocean Tsunami”. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 11(3), 224–36. <https://doi.org/10.1080/15022250.2011.593359>
- 225 Irish Centre for Human Rights. (2 de abril de 2025). *Barbuda: a case study in disaster capitalism and resistance*, op. cit.
- 226 K. Mohammed. (26 de setembro de 2023). “Billionaire club”: the tiny island of Barbuda braces for decision on land rights and nature. *The Guardian*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.theguardian.com/global-development/2023/sep/26/billionaire-club-the-tiny-island-of-barbuda-braces-for-decision-on-land-rights-and-nature>
- 227 N. Klein and A. Brown. (23 de janeiro de 2018) *Robert De Niro accused of exploiting Hurricane Irma to build resort in Barbuda*. The Intercept. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://theintercept.com/2018/01/23/robert-de-niro-barbuda-hotel-hurricane-irma>
- 228 R. Harrison. (21 de agosto de 2024). “Often forgotten”: how US hurricane relief and health care policies leave Puerto Rico behind. NYU News. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.nyu.edu/about/news-publications/news/2024/august/often-forgotten-puerto-rico-health-policy.html?challenge=d06e90d7-4d8f-4b88-9d8c-10b73beb60f1>
- 229 K. Aronoff. (24 de janeiro de 2018) *Puerto Rico governor seizes opportunity created by Hurricane Maria, plans to privatize electric power*. The Intercept. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://theintercept.com/2018/01/24/puerto-rico-prepa-opportunity-government-plans-to-privatize-electric-power>
- 230 J. Wilkins. (11 de novembro de 2022). *Puerto Rico's electricity nightmare was brought to you by privatization*. Progressive International. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://progressiveinternational.com/wire/2022-11-11-puerto-ricos-electricity-nightmare-was-brought-to-you-by-privatization/en>
- 231 W. De Rui e K. Kee Bum. (2 de maio de 2025). *Sizing the inevitable investment opportunity: climate adaptation*. GIC. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.gic.com.sg/thinkspace/sustainability/sizing-the-climate-adaptation-opportunity>
- 232 PNUMA. (2025). *Adaptation Gap Report 2025. Running on Empty. The World is Gearing up for Climate Resilience – Without the Money to Get There*. Programa das Nações Unidas para o Ambiente. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.unep.org/resources/adaptation-gap-report-2025>
- 233 P. Watkiss e K. England. (2025). *Adaptation Finance and the Private Sector: Opportunities and Challenges for Developing Countries*. Zurich Climate Resilience Alliance. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.mercycorps.org/sites/default/files/2025-09/zcra-private-finance-evidence.pdf>

- 234 O. Ghannam, N. Ahmed, A. Kamande, I.M. Aymar, A. Marriott e R. Riddell. (2025). *From Private Profit to Public Power: Financing Development, Not Oligarchy*. Oxfam International. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://www.oxfam.org/en/private-profit-public-power-financing-development-not-oligarchy>
- 235 M. Ramos. (30 de setembro de 2025). *How flood control projects fail the poor in the Philippines*. Context. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.context.news/climate-risks/how-flood-control-projects-fail-the-poor-in-the-philippines>
- 236 E. Henderson e D. Murphy. (8 de agosto de 2025). *Natural disasters have cost us \$162 billion this year. Insurance covered most of it*. Fórum Económico Mundial. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.weforum.org/stories/2025/08/global-insurance-industry-gap>
- 237 O. Ben-Shahar e K.D. Logue. (2016) "The Perverse Effects of Subsidized Weather Insurance". *68 Stanford Law Review*, 571. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2549320>
- 238 J. Reeves. (2017). *The Wrong Model for Resilience: How 67-backed Drought Insurance Failed Malawi, and What We Must Learn from It*. ActionAid. Consultado em 2 de junho de 2026. https://actionaid.org/sites/default/files/the_wrong_model_for_resilience_final_230517.pdf
- 239 L. Chancel e C. Mohren, (eds.). (2025). *Climate Inequality Report 2025: Climate Change – A Capital Challenge*. World Inequality Lab. https://wid.world/www-site/uploads/2025/10/Climate_Inequality_Report_2025_Final.pdf
- 240 *ibid.*
- 241 I. Lahiri. (28 de março de 2024). *Cocoa prices rise to fresh records: will we run out of chocolate?* Euronews. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.euronews.com/business/2024/03/28/cocoa-prices-rise-to-fresh-records-will-we-run-out-of-chocolate>
- 242 FAO. (14 de março de 2025). *Adverse climatic conditions drive coffee prices to highest level in years*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.fao.org/newsroom/detail/adverse-climatic-conditions-drive-coffee-prices-to-highest-level-in-years/en>
- 243 EBIT de 2024 do segmento Global Sourcing da ofi, um grupo operacional resultante da Olam Group. (2025). *H2 2024 Results: Management Discussion and Analysis*. Olam Group. Consultado em 29 de julho de 2026. https://www.olamgroup.com/content/dam/olamgroup/investor-relations/ir-library/financial-results/financial-results-pdfs/2024/h2-2024-results/28feb2025_h2_2024_results_management_discussion_and_analysis.pdf
- 244 Louis Dreyfus Company. (2025). *FY 2024 Financial Highlights*. Louis Dreyfus Company. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www ldc.com/wp-content/uploads/Update-on-FY-2024-Financials.pdf>
- 245 P. Whoriskey. (8 de abril de 2025). *As egg prices soared at the supermarket, so did producer profits*. *The Washington Post*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.washingtonpost.com/business/2025/04/08/egg-prices-profit-increase-cal-maine>
- 246 C.P. Chandrasekhar. (24 de julho de 2024). *Why do domestic food prices keep going up when global prices fall?* International Development Economics Associates (IDEAs). Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.networkideas.org/2024/07/24/why-do-domestic-food-prices-keep-going-up-when-global-prices-fall>
- 247 A. Wion, A. Luciano, S.N. Gonzalez, B. Kuepper, L. Linnaeus Tannor e M. Vander Stichele. (2024). *The Role of Commodity Traders in Shaping Agricultural Markets*. Parlamento Europeu, Departamento Temático das Políticas Estruturais e de Coesão. Consultado em 29 de julho de 2026. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2024/747276/IPOL_STU\(2024\)747276_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2024/747276/IPOL_STU(2024)747276_EN.pdf)
- 248 UNCTAD. (2023). *Trade and Development Report 2023. Growth, Debt and Climate: Realigning the Global Financial Architecture. Chapter 3 – Food Commodities, Corporate Profiteering and Crises: Revisiting the International Regulatory Agenda*. Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Consultado em 29 de julho de 2026. https://unctad.org/system/files/official-document/tdr2023ch3_en.pdf
- 249 K. Plume. (3 de agosto de 2023). *Cargill fiscal 2023 revenue rises 7% to record \$177 billion*. Reuters. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://www.reuters.com/markets/commodities/cargill-fiscal-2023-revenue-rises-7-record-177-billion-2023-08-03/>
- 250 I. Almeida e E. Allworth. (12 de agosto de 2025). *Cargill's revenue falls to 4-year low amid declining crop prices*. Bloomberg. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2025-08-12/cargill-s-revenue-falls-to-4-year-low-amid-declining-crop-prices> [acesso condicionado por subscrição]
- 251 FAO Food Price Index little changed amid mixed commodity price trends. UGA. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://uga.ua/en/news/fao-food-price-index-little-changed-amid-mixed-commodity-price-trends>
- 252 Reuters. (3 de junho de 2020). *Cargill halts public reporting of quarterly results*. Reuters. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://www.reuters.com/article/world/cargill-halts-public-reporting-of-quarterly-results-idUSKBN23A2XY/>

- 253 F. Harvey. (23 de agosto de 2022). *Record profits for grain firms amid food crisis prompt calls for windfall tax*. *The Guardian*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.theguardian.com/environment/2022/aug/23/record-profits-grain-firms-food-crisis-calls-windfall-tax>
- 254 M. Gibbs, A. Ross, L. Faull, L. Hekman e F. Harvey. (14 de abril de 2023). *Exposed: the hedge funds cashing in on the food price spike*. Lighthouse Reports. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.lighthousereports.com/investigation/exposed-the-hedge-funds-cashing-in-on-the-food-price-spike>
- 255 B. Algieri, L. Kornher e J. von Braun. (2025). "The Changing Drivers of Inflation – The Case of Food: Macroeconomics, Speculation, Climate Change and War". *Structural Change and Economic Dynamics*, 75, 782–800. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0954349X25001602#abs0001>
- 256 Oxfam. (15 de junho de 2026). *Ending Impunity and Inequality: At G7 Summit, Leaders Must Push to End the US-Israel War on Iran and Stem the Global Inequality Shock it is Causing*. Oxfam. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://www.oxfam.org/en/research/ending-impunity-and-inequality>
- 257 Nota metodológica do relatório "O Fosso das Catástrofes", Estatística 9.1.
- 258 Forbes. (2026). "Cargill-MacMillan family", op. cit.
- 259 H. Hoffower. (2019). *Income inequality in the US has hit a record high*, op. cit.
- 260 M. Thompson e I. Gaviria. (2004). *Cuba – Weathering the Storm*, op. cit.
- 261 A. Clayfield, E.J. Kirk e I. Story (eds.). (2021). *Disaster Preparedness and Climate Change in Cuba: Management and Adaptation*. Bloomsbury Academic.
- 262 ibid. Quando o furacão George atingiu Cuba e a República Dominicana com a mesma intensidade (categoria 3-4), em 1998, morreram seis pessoas em Cuba e 380 na República Dominicana, apesar de a República Dominicana ter uma população menor. Na altura, a República Dominicana apresentava um coeficiente de Gini de 0,48, indicativo de um nível muito elevado de desigualdade. Em Cuba, o coeficiente de Gini era estimado em cerca de 0,3, o que correspondia a um nível baixo de desigualdade. Para a República Dominicana, ver FRED, Economic Data. (n.d.). "GINI Index for the Dominican Republic". Consultado em 29 de julho de 2026. <https://fred.stlouisfed.org/series/SIPOVGINIDOM>
- 263 A. Clayfield et al. (2021). *Disaster Preparedness and Climate Change in Cuba*, op. cit.
- 264 M. Alestig et al. (2024). *Carbon Inequality Kills*, op. cit.
- 265 N. Dabi et al. (2025). *Climate Plunder: How a Powerful Few are Locking the World into Disaster*, op. cit.
- 266 M. Brehm Christensen, A. Khalfan, A.S. Dahlbeck, C. Hallum e A. Maitland. (2025). *How to Increase Taxes on Fossil Fuel Profits*. Oxfam International. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/how-to-increase-taxes-on-fossil-fuel-profits-621775/>
- 267 N. Dabi et al. (2025). *Pilhagem climática: How a Powerful Few are Locking the World into Disaster*, op. cit.
- 268 M. Alestig et al. (2024). *Carbon Inequality Kills*, op. cit.
- 269 N. Dabi et al. (2025). *Pilhagem climática: How a Powerful Few are Locking the World into Disaster*, op. cit.
- 270 M. Alestig et al. (2024). *Carbon Inequality Kills*, op. cit.
- 271 N. Dabi et al. (2025). *Pilhagem climática: How a Powerful Few are Locking the World into Disaster*, op. cit.
- 272 C. Falduto e R. Jachnik. (2025). *Unpacking the USD 300 Billion Goal and the USD 1.3 Trillion Scale Up Call in the NCQG*. Documentos do Grupo de Peritos da OCDE/IEA sobre as Alterações Climáticas. n.º 2025/03. Edições da OCDE. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://doi.org/10.1787/bb53df0c-en>
- 273 Como A. Sieber e I. Erzini Vernoit. (2024). "Quantifying International Public Finance Provision Needs for the New UN Climate Finance Goal". *npj Climate Action*, 3, 104. <https://doi.org/10.1038/s44168-024-00190-6>
- 274 NOTES
- National Disaster Risk Reduction and Management Authority. (2026). *Rasuwa-Bhotekoshi flood: Search, rescue and relief response situation report #16*. Government of Nepal. Accessed 18 September 2026. <https://ndrrma.gov.np/en/situation-report/430>
- 275 National Disaster Risk Reduction and Management Authority. (2026). *Rapid Damage and Needs Assessment (RDNA) Rasuwa-Bhotekoshi Flood 2026*. Government of Nepal. Accessed 16 September 2026. <https://drive.google.com/file/d/10f1Jv-3NkE23b0U0SaXmKNxqD80tsoyc/view>
- 276 World Bank. (2026). *GDP (current US\$) - Nepal*. World Bank Open Data. Accessed 18 September 2026. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=NP>

- 277 Germanwatch. (2026). *Climate Risk Index 2026 – Who suffers most from extreme weather events?* Accessed 18 September 2026. <https://www.germanwatch.org/en/93310>
- 278 Oxfam in Nepal. (2025). *Unpacking climate finance in Nepal: Gaps, challenges and opportunities*. Kathmandu, Nepal. Accessed 16 September 2026. <https://nepal.oxfam.org/latest/publications/unpacking-climate-finance-nepal>
- 279 Mongabay India. (2026). *Nepal's flood claim tests whether a nascent climate fund can deliver*. Accessed 16 September 2026. <https://india.mongabay.com/2026/09/nepals-flood-claim-tests-whether-a-young-climate-fund-can-deliver/>
- 280 Comissão Europeia. (2022). *Addressing Income Inequality through Development Cooperation: A Quick Guide*. Consultado em 2 de junho de 2026. https://international-partnerships.ec.europa.eu/system/files/2022-09/income-inequalities-executive-summary_en.pdf
- 281 A. Maitland et al. (2026). *Resisting the Rule of the Rich: Defending Freedom against Billionaire Power*, op. cit.
- 282 R. Riddell, N. Ahmed, A. Maitland, M. Lawson e A. Taneja. (2024). *Inequality Inc*, op. cit.
- 283 A. Maitland et al. (2026). *Resisting the Rule of the Rich: Defending Freedom against Billionaire Power*, op. cit.
- 284 A. Khalfan, A. Nilsson Lewis, C. Aguilar, J. Persson, M. Lawson, N. Dabi et al. (2023). *Climate Equality: A Planet for the 99%*. Oxfam International. Consultado em 18 de julho de 2026. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/climate-equality-a-planet-for-the-99-621551/>
- 285 Compêndio de Políticas da Oxfam sobre o papel do Estado e dos serviços públicos numa Economia Humana / Nova Economia
- 286 J. Roest. (29 de janeiro de 2025) *Social Protection + Financial Inclusion = A Path to Climate Resilience*. CGAP Blog. Consultado em 18 de julho de 2026. <https://www.cgap.org/blog/social-protection-financial-inclusion-path-to-climate-resilience>
- 287 C. Coffey, P. Espinoza Revollo, R. Harvey, M. Lawson, A. Parvez Butt, K. Piaget et al. (2020). *Time to Care: Unpaid and Underpaid Care Work and the Global Inequality Crisis*. Oxfam International. Consultado em 18 de julho de 2026. <https://www.oxfam.org/en/research/time-care>
- 288 A. Khalfan et al. (2023). *Climate Equality: A Planet for the 99%*, op. cit.
- 289 E. Boydell, J. Webb e C. Sterrett. (2018). *Using Community-Centred Approaches to Build Resilience at Scale*. Oxfam Australia. Consultado em 18 de julho de 2026. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/using-community-centred-approaches-to-build-resilience-at-scale-620560/>
- 290 D. Pruett e C. Hill. (2024). *Climate Plans for the People: Civil Society and Community Participation in National Action Plans on Climate Change*. Oxfam International. Consultado em 29 de julho de 2026. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/climate-plans-for-the-people-civil-society-and-community-participation-in-natio-621594/>
- 291 E. Boydell et al. (2018). *Using Community-Centred Approaches to Build Resilience at Scale*, op. cit.
- 292 *ibid.*
- 293 W. Anseeuw e G.M. Baldinelli. (2020). *Uneven Ground: Land Inequality at the Heart of Unequal Societies*. International Land Coalition (ILC) e Oxfam International. Consultado em 18 de julho de 2026. <https://www.oxfam.org/en/research/uneven-ground-land-inequality-heart-unequal-societies>
- 294 E. Wakesho e S. Hawkes. (2020). *Women's Rights From the Ground Up: A Strategic Approach to Securing Women's Land Rights*. Oxfam International. Consultado em 18 de julho de 2026. <https://www.oxfam.org/en/research/womens-rights-ground>
- 295 The Outlier. (n.d.). *A perfect storm*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://perfectstorm.theoutlier.co.za>
- 296 F.A. Engelbrecht, J. Steinkopf, N. Chang, S. Biskop, J. Malherbe, C.J. Engelbrecht et al. (2025). "Extreme Event Attribution using Km-scale Simulations Reveals the Pronounced Role of Climate Change in the Durban Floods". *Communications Earth & Environment*, 6, 506. <https://doi.org/10.1038/s43247-025-02460-5>
- 297 GroundWork. (28 de novembro de 2024). *Launch of the People's Plan for the Right to Housing in the Age of Climate Change*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://groundwork.org.za/launch-of-the-peoples-plan-to-the-right-to-housing-in-an-age-of-climate-change>
- 298 J. Evans. (2 de junho de 2025). *How a city came together to rewrite its future in the age of climate change*. *Daily Maverick*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://www.dailymaverick.co.za/article/2025-06-02-how-a-city-came-together-to-rewrite-its-future-in-the-age-of-climate-change>
- 299 GroundWork e The Durban Coalition. (2024). *People's Plan for the Right to Housing in the Age of Climate Change*. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://groundwork.org.za/wp-content/uploads/2024/11/PeoplesPlan-eng-web.pdf>

- 300 J. Evans. (2025). *How a city came together*, op. cit.
- 301 Para uma definição de como poderão ser definidos os lucros excessivos e, consequentemente, estabelecidos eventuais limites, ver M. Brehm Christensen et al. (2025). *How to Increase Taxes on Fossil Fuel Profits*, op. cit.
- 302 M. Alestig et al. (2024). *Carbon Inequality Kills*, op. cit.
- 303 M. Brehm Christensen et al. (2025). *How to Increase Taxes on Fossil Fuel Profits*, op. cit.
- 304 OCDE (2023) *Enhancing the insurance sector's contribution to climate adaptation*. Documentos de Política da OCDE sobre Empresas e Finanças, n.º 26. Paris: Edições da OCDE. Consultado em 18 de agosto de 2026. <https://doi.org/10.1787/0951dfcd-en>
- 305 H. Saarinen, R. Varghese Buchholz, B. Zagema e C. Joseph. (2024). *Putting an End to World Hunger: The European Union's Role in Transforming the Global Food System*. Oxfam International. Consultado em 2 de junho de 2026. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/server/api/core/bitstreams/0b858070-4ebc-4404-8a21-3db0a20c1245/content>

Sobre a Oxfam

A Oxfam é um movimento global de pessoas que lutam contra a desigualdade para acabar com a pobreza e a injustiça. Trabalhamos em várias regiões em mais de 70 países, juntamente com milhares de parceiros e aliados, apoiando as comunidades a construir uma vida melhor para si mesmas, aumentar a resiliência e proteger vidas e meios de subsistência, mesmo em tempos de crise. Escreva para qualquer uma das agências para obter mais informações ou visite www.oxfam.org.

Oxfam África do Sul (www.oxfam.org.za)

Oxfam Alemanha (www.oxfam.de)

Oxfam América (www.oxfamamerica.org)

Oxfam Aotearoa (www.oxfam.org.nz)

Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au)

Oxfam-na-Bélgica (www.oxfamsol.be)

Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br)

Oxfam Canadá (www.oxfam.ca)

Oxfam Colômbia (www.oxfamcolombia.org)

Oxfam Dinamarca (www.oxfam.dk)

Oxfam França (www.oxfamfrance.org)

Oxfam GB (www.oxfam.org.uk)

Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)

Oxfam Índia (www.oxfamindia.org)

Oxfam Intermón (Espanha) (www.oxfamintermon.org)

Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org)

Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org)

Oxfam KEDV (www.kedv.org.tr)

Oxfam México (www.oxfammexico.org)

Oxfam Novib (Países Baixos) (www.oxfamnovib.nl)

Oxfam Filipinas (www.oxfam.org)

Oxfam Quebec (www.oxfam.qc.ca)